



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP
Mestrado em Ciência Política

Igor de Oliveira Dantas

Projetos e Fluxos Econômicos da China na América do Sul (2003–2023): Uma Análise à Luz da
Teoria Marxista da Dependência

Rio de Janeiro
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP
Mestrado em Ciência Política

Igor de Oliveira Dantas

**Projetos e Fluxos Econômicos da China na América do Sul (2003–2023): Uma Análise à Luz
da Teoria Marxista da Dependência**

Dissertação de Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu)
apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro como requisito exímio para titulação de
mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva

RIO DE JANEIRO

2026

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em: 27/03/2026

banca examinadora:

Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva (Orientador) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Profa. Dr. Fernando Correa Prado (Professor externo) Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Prof. Dra. Roberta Rodrigues Marques da Silva (Professora interna) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

D192 Dantas, Igor de Oliveira
Projetos e Fluxos Econômicos da China na América do Sul
(2003?2023): Uma Análise à Luz da Teoria Marxista da
Dependência / Igor de Oliveira Dantas. -- Rio de Janeiro :
UNIRIO, 2026.
124

Orientador: Fabricio Pereira da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, 2026.

1. China. 2. América do Sul. 3. Teoria da Dependência.
I. Pereira da Silva, Fabricio, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Obrigado pelos professores, amigos e família que apoiaram a realização deste trabalho, em especial meu avô Sérgio, que desde cedo me incentivou a ler e as conversas com Thaíssa, que inspiraram essa possibilidade de seguir o caminho da pós-graduação. Deu certo, mas é só um primeiro passo em um caminho de pesquisa que espero ser prolífico e útil em uma perspectiva coletiva e de construção de um mundo que supere os dilemas de hoje.

RESUMO

A China é hoje uma das principais economias do mundo, e também tem grande importância geopolítica. Há uma relação crescente com os países da América do Sul. O presente trabalho tem como foco identificar as principais hipóteses sobre essa relação na literatura, analisar os projetos e a perspectiva da China na América do Sul entre 2003 e 2023. Como objetivo complementar, busca-se avaliar quantitativamente os impactos dos fluxos financeiros chineses (exportações, importações e investimentos diretos) na região, assim como entender se há diferença nas produtividades desses países. Como referencial teórico se utiliza principalmente a teoria marxista da dependência devido a hipótese de que essa relação entre China e América do Sul reproduz elementos da dependência, porém com diferenças substantivas em relação aos EUA e outros países imperialistas.

Palavras-chave: China; América do Sul; Teoria da dependência.

ABSTRACT

China is currently one of the world's leading economies and also holds significant geopolitical importance. There is a growing relationship with South American countries. This dissertation focuses on identifying the main hypotheses about this relationship in the literature, analyzing China's projects and perspectives in South America between 2003 and 2023. As a complementary objective, it seeks to quantitatively assess the impacts of Chinese financial flows (exports, imports, and direct investments) in the region, as well as to understand if there are differences in the productivity of these countries. The theoretical framework primarily uses Marxist dependency theory due to the hypothesis that this relationship between China and South America reproduces elements of dependency, but with substantial differences compared to the US and other imperialist countries.

Keywords: China, South America, Dependency theory.

Lista de Quadros e Gráficos

Quadro 1 – Referências utilizadas na revisão de bibliografia.....	20
Quadro 2 – Participação do comércio de médio e alto nível tec. sobre o comércio total 2000-2020.....	52
Quadro 3 – Dez maiores aquisições de companhias chinesas na América do Sul.....	64
Gráfico 1 – Publicações acadêmicas por ano.....	34
Gráfico 2 – Evolução anual dos preços das commodities internacionais por grupos.....	35
Gráfico 3 – Perdas anuais da América Latina para a China 1990-2003.....	51
Gráfico 4 – Linha da evolução das exportações de produtos sul-americanos para a China.....	87
Gráfico 5 – Setores dos produtos exportados.....	87
Gráfico 6 – Percentuais em dinheiro das exportações de cada setor.....	88
Gráfico 7 – Sankey das exportações por país.....	89
Gráfico 8 - Evolução das importações de produtos chineses na região.....	90
Gráfico 9 - Setores dos produtos importados.....	91
Gráfico 10 - Percentuais em dinheiro das importações de cada setor.....	91
Gráfico 11 - Sankey de importações chinesas para a América do Sul 2005-2022.....	93
Gráfico 12 - Evolução dos investimentos chineses na região.....	94
Gráfico 13 - Setores de investimento chinês na região em número de investimentos.....	95
Gráfico 14 - Percentual em dinheiro de cada setor de investimentos chineses.....	96
Gráfico 15 - Fluxo de investimentos chineses na região entre 2005 e 2022.....	97
Gráfico 16 - Produtividade do trabalho (PIB por hora trabalhada) China x América do Sul 2023-2023.....	99

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	10
1.1 - Justificativa	11
1.2 - Problema de pesquisa	13
1.3 - Pergunta de pesquisa	14
1.4 – Objetivos	14
1.5 - Hipótese	14
1.6 - Marco teórico	14
1.6.1 <i>A contribuição crítica da Teoria Marxista da Dependência.....</i>	15
1.6.2 <i>Desenvolvimento do subdesenvolvimento</i>	16
1.6.3 <i>Passagem do período colonial para as independências</i>	17
1.6.4 <i>Controle das exportações</i>	17
1.6.5 <i>Transferência de valor para o exterior.....</i>	17
1.6.6 <i>Superexploração da força de trabalho</i>	20
1.6.7 <i>Exército industrial de reserva</i>	20
1.6.8 <i>Necessidade de constantes reformas “modernizadoras”</i>	20
1.6.9 <i>Cisão no ciclo do capital</i>	21
1.7 - Metodologia	23
2 - Revisão Bibliográfica	24
2.1. <i>Dados importantes para a discussão</i>	35
2.2. <i>Sínteses e Revisões do Campo</i>	37
2.3. <i>A disputa EUA x CHINA pós crise de 2008 e a caracterização da posição chinesa no sistema</i>	40
2.4. <i>A China como Parceira Estratégica: Perspectivas de Cooperação e Complementaridade.....</i>	43
2.4.1 – <i>Parceria nas questões climáticas</i>	46
2.4.2. <i>Investimentos em infraestrutura</i>	48
2.4.3. <i>Política externa e articulação em organismos internacionais</i>	49
2.5. <i>Reedição da Dependência: Leituras Críticas sobre Assimetrias e Vulnerabilidades</i>	52
2.5.1. <i>A questão da indústria</i>	54
2.5.2. <i>As novas tecnologias de informação como dependência</i>	57
2.5.3. <i>Questão do extrativismo</i>	60
2.5.4. <i>Sobre a IIRSA</i>	62
2.6. <i>Conclusões Analíticas da revisão de literatura: Contribuições, Contradições e Desafios</i>	63
3 - Projetos e perspectiva chinesa para a relação com a América do Sul	66

3.1 - 2003-2013 Os anos de Hu Jintao	66
3.1.1 – Investimentos	68
3.1.2 – Primeiro documento chinês sobre América Latina e Caribe	70
3.2 - 2013-2023 A primeira década do Governo Xi Jinping.....	72
3.2.1 – Investimentos no período Xi Jinping.....	72
3.2.2 Política externa nos primeiros dez anos de Xi Jinping	73
3.2.3 - 2016 segundo documento sobre América Latina e Caribe	74
3.2.4 - BRI na América do Sul	76
3.3 - Exploração de petróleo	78
3.4 - Exploração mineira/Lítio	79
3.5 - Usinas hidrelétricas, como a de Coca Codo Sinclair (Equador) e Jupia e Ilha Solteira (Brasil) ..	82
3.6 Porto de Chancay e a logística entre oceanos Atlântico e Pacífico	84
3.7 - Datacenters e instalações de TIC.....	86
3.8 – Conclusões	87
4 – Fluxos financeiros e produtividade China-América do Sul.....	91
4.1 – Análise dos dados.....	91
4.1.1 - Exportações	91
4.1.2 - Importações	95
4.1.3 - Investimentos	98
4.2 - Índices de produtividade do trabalho na China e América do Sul	102
4.3 – Conclusão: Uma relação de dependência econômica	105
5- Conclusões da dissertação	108
Referências.....	115

1 – Introdução

O presente trabalho tem como foco analisar os projetos da China na América do Sul entre 2003 e 2023. Como objetivo complementar, busca-se avaliar quantitativamente os impactos dos fluxos financeiros chineses (exportações, importações e investimentos diretos) na região.

A China é atualmente a segunda economia do mundo em valores absolutos (Silveira; Cascaes Montanha, 2024) e um país que neste século vem protagonizando diversas movimentações geopolíticas e econômicas pelo mundo. Exemplos não faltam: A Iniciativa Cinturão e Rota (em inglês *Belt and Road Initiative* (BRI)), sua participação destacada nos BRICS, tratados de livre comércio em países como Equador, Peru e Chile (Terui Villegas; González García, 2024) e mesmo a guerra comercial que vem desempenhando com os EUA ramos estratégicos como o de semicondutores são demonstrações importantes de sua posição na economia política mundial (Dussel Peters, 2022).

Com esse crescimento, também aumentou a atenção que o restante do mundo dá a este país de grandes dimensões e uma população ainda mais gigantesca, de cerca de um bilhão e trezentos milhões de habitantes. A posição de país mais populoso só foi superada muito recentemente por outro gigante, a Índia (Coelho, 2023).

Há muitas dúvidas sobre o sistema sociopolítico chinês, fruto de uma revolução socialista em 1949, mas com características que hoje o afastam da concepção mais tradicional do que seria considerado como socialismo, tampouco o país está seguindo um receituário do capitalismo ocidental em sua fase neoliberal. Para Jabbour et al. (2020) a China atual está se configurando como uma formação social bastante *sui generis*, uma nova economia do projeto, pelos termos dos autores. Muitos citam o país como uma amálgama de elementos capitalistas e socialistas:

A combinação daquilo que, segundo qualquer critério convencional, é no momento uma economia predominantemente capitalista, com aquilo que, segundo qualquer critério convencional, ainda é incontestavelmente um Estado comunista - ambos, em seus respectivos gêneros, os mais dinâmicos jamais vistos. Politicamente, os efeitos dessa contradição deixam suas marcas por todo o espectro da sociedade, onde eles se fundem ou se mesclam. Nunca tantos saíram tão rapidamente da pobreza absoluta. Nunca indústrias modernas e infraestruturas ultramodernas foram implantadas em escala tão vasta, em tão pouco tempo, nem nunca uma classe média florescente emergiu tão rapidamente junto com elas (ANDERSON, Apud Nakatani; Faleiros, 2016, p. 60)

Países da América do Sul são parte diretamente interessada nesse processo, haja vista que na grande maioria deles a China se localiza como o principal ou um dos principais parceiros comerciais (Bernal-Meza, 2021). Essa aproximação, que se aprofundou bastante nas últimas décadas, é alvo de preocupação do assim chamado mundo ocidental (EUA e parte do continente europeu) que outrora foram parceiros comerciais com amplo domínio na região.

Mesmo com o alto montante de exportações e investimentos chineses, o crescimento da China preocupa as principais economias da região. É um exemplo ilustrativo que até a década de 1980 o Brasil possuía um PIB maior que o da China (Bernal-Meza, 2021). Ainda segundo Bernal-Meza, esse processo pode ser considerado como uma re-periferização destes países latino-americanos, isto é, países como o Brasil e Argentina que já tinham atingido certo desenvolvimento industrial (ainda que distante das grandes potências) retrocedem a patamares de indústria semelhantes a décadas anteriores.

Ao analisar os produtos sul-americanos exportados para a China se pode ter uma amostra do porquê o autor segue essa hipótese, já que os campeões de vendas são justamente commodities e produtos de baixo valor agregado como grãos de soja e minérios.

Por outro lado, há toda uma literatura que enxerga a China como um agente catalizador de mudanças positivas na região e um país que vem buscando um novo modelo de relações internacionais, com promoção de negociações ganha-ganha e um princípio de não intervenção em assuntos domésticos de outras nações (Nogara; Pautasso, 2021). Torres González (2018) considera como uma relação de interdependência, em que objetivos comuns garantirão uma cooperação a longo prazo.

Afinal, quais tem sido os principais projetos e os fluxos econômicos chineses na região da América do Sul? Como a China se projetou na região no período de 2003 a 2023?

1.1 - Justificativa

A China possui um crescente papel tanto geopolítico como econômico, muito acentuado nas últimas décadas, quando de fato se coloca como uma superpotência a desafiar a hegemonia

estadunidense no plano global. Sua presença na América do Sul acompanhou esse processo e se manifesta em aspectos políticos, sociais e econômicos (Dussel Peters, 2022).

Em 1999, a relação com a América Latina e Caribe (ALC) movimentava cerca de 8 bilhões de dólares americanos e em 2009 já atingia o patamar de 130 bilhões, e que não parou de crescer desde então. Hoje é o principal, ou está entre os principais, parceiros comerciais de praticamente todos os países da região. Entre eles se destacam o Brasil, Argentina, Chile e Peru como parceiros estratégicos com grande volume de relações comerciais bilaterais (Torres González, 2018).

É importante destacar o contexto vivido neste século da crise de 2008 e seus efeitos posteriores em todo o mundo. Segundo Nakatani e Gomes (2014), a crise contemporânea não deve ser entendida apenas como econômica, mas como expressão de um conjunto de crises: financeira, ambiental, energética e social. Esse conjunto de fatores revela o caráter sistêmico da crise capitalista. Os autores destacam que o capital fictício, de natureza especulativa e parasitária, foi o principal responsável pela instabilidade do sistema, dominando outros setores do capital e sendo mantido artificialmente pela intervenção estatal.

Ressaltam ainda que a crise de 2008 intensificou a transferência de valor e mais-valia dos países periféricos para os centrais, bem como dos trabalhadores para os capitalistas. Tal perspectiva é útil para entender a inserção da América do Sul na relação com a China, já que a região se torna grande fornecedora de matérias-primas e receptora de produtos industriais e investimentos vindos dos chineses, o que reforça sua condição dependente no sistema mundial (Nakatani; Gomes, 2014).

A opção pelo estudo de toda região da América do Sul e não somente um país ou englobando toda a América Latina e Caribe se mostra útil, pois esses países têm uma condição que contém peculiaridades próprias, mas essencialmente se configuram como países periféricos no sistema capitalista de Estados (Marini, 2021), majoritariamente desenvolvendo atividades primário- exportadoras.

Estes países compartilham em alguns momentos históricos, fenômenos em comum, como os séculos de colonialismo, as ditaduras das décadas de 1950 a 1980 e a onda rosa (governos de esquerda e centro-esquerda eleitos democraticamente na região) nos anos 2000.

Os países caribenhos, da América central e o México também são parte da periferia do sistema capitalista, porém têm peculiaridades históricas e formações sociais diferentes, a exemplo de sua relação com os EUA, que é ainda mais acentuada política e economicamente (Serbin, 2022). Outra diferença é que na América do Sul a cesta de produtos exportados também é relativamente distinta (Jaeger, 2017).

A intensidade crescente da parceria América do Sul e China, além de chamar a atenção no âmbito social, precisa ser também alvo de análises científicas, que nos permitam compreender as muitas implicações que não são evidentes ao redor deste processo e responder a questões como: Estaria essa relação dentro da dinâmica usual centro-periferia do capitalismo ou se presencia na região a inauguração de um novo modelo de relação bilateral em que uma potência visa auxiliar o desenvolvimento desses países periféricos em verdadeiras relações ganha-ganha?

Evidentemente que este trabalho não poderá dar conta de responder essa pergunta ampla, porém buscará entender alguns aspectos dessa relação e de como a China tem se projetado na região.

Para delimitar melhor a temporalidade da análise serão usados dois marcos temporais, iniciar em 2003, quando o mandato do presidente Hu Jintao se iniciou, marcando uma intensificação da relação da China com a região (Dosch; Goodman, 2012) e indo até 2023, em que se completou dez anos de mandato de Xi Jinping, que representou outro marco importante na política externa chinesa com a região e na própria dimensão econômica da China (Serrano Moreno; Telias; Urdinez, 2021).

Atingindo seus objetivos, este trabalho poderá contribuir com uma reflexão latino-americanista mais fundamentada e ajudar tanto pesquisadores como movimentos sociais que ainda tateiam para entender mais profundamente o que é a China hoje e como se dá a relação deste país com o Brasil e a região.

1.2 - Problema de pesquisa

Apesar da presença nos noticiários, da clara relevância social do fenômeno supracitado e de algumas posições divergentes já terem surgido no campo científico, o debate sobre China no Brasil e na região latino-americana e caribenha não é tão difundido socialmente.

Dentre aqueles que se dedicaram a compreender essa relação entre a China e ALC se destacam análises bastante divergentes quanto a compreensão desse processo. Os grupos podem ser divididos entre aqueles que estão mais céticos sobre os benefícios da relação China-ALC e são críticos a aproximação e aqueles que buscam compreender a China em uma perspectiva mais positiva, como um parceiro estratégico seja por uma visão estritamente pragmática ou mesmo por questões ideológicas convergentes.

1.3 - Pergunta de pesquisa

O problema de pesquisa pode ser traduzido na seguinte pergunta de pesquisa: “Como se caracterizam as iniciativas e projetos chineses na região da América do Sul no período entre 2003 e 2023? Como isso se relaciona com os fluxos econômicos China – AS”?

1.4 – Objetivos

Objetivo geral

Investigar a relação entre China e América do Sul no período entre 2003 e 2023. Focando em entender os principais projetos e fluxos econômicos chineses na região.

Objetivos específicos

- Analisar a literatura e identificar as hipóteses mais comumente aceitas sobre a presença chinesa na região e as principais linhas teóricas no tema.
- Investigar e analisar quais são os principais projetos e a perspectiva da China sobre a região.
- Analisar quantitativamente a relação nas exportações, importações e investimentos chineses na região, assim como diferenças de produtividade.

1.5 - Hipótese

Os fluxos econômicos e projetos chineses na região representam aspectos de reprodução de uma dinâmica de dependência econômica, porém com características próprias (diferentes da relação histórica de colonialismo e imperialismo com os EUA e Europa, segundo o marco teórico).

1.6 - Marco teórico

No marco teórico marxista o trabalho seguirá um método materialista histórico e dialético, que pode ser definido como uma amalgama. Parte de uma concepção materialista, isto é, que se opõe a filosofia idealista considera a matéria concreta como o primordial no entendimento de um ser, fenômeno ou coisa. Aliado a isso está a dialética, que apesar de sua origem idealista com Hegel, é um método utilizado pioneiramente por Karl Marx e Friedrich

Engels para compreender o desenvolvimento histórico de maneira totalizante, com todas as suas contradições, não só para pensar a realidade, mas também para transformá-la (Alves, 2010).

Como resumem Gouvêa e Mastrapaolo (2019, p. 2): “O objetivo do marxismo não é compreender o capitalismo e sim contribuir para superá-lo, na medida em que se constitua historicamente como arma na luta por esta superação”.

Dentro do método Marxiano se desenvolverão algumas vertentes, nem sempre convergentes. Este trabalho trabalhará com um Marxismo que segue defendendo a hipótese de que dentro do sistema capitalista os interesses das distintas classes são em última medida inconciliáveis e na atual fase do desenvolvimento do capital o planeta se encontra em uma encruzilhada que se não repensar o modo de produção e reprodução da vida poderá nos levar a um cenário de barbárie e colapso social e ambiental a nível global.

A estrutura atual da divisão internacional do trabalho e o tabuleiro da geopolítica seguem validando as ideias de Lênin (2011) sobre o imperialismo e contando com a profícua contribuição do marxismo latino-americano se produziram obras essenciais para compreender como o capitalismo se estabelece na periferia do sistema.

Destaca-se aqui a teoria marxista da dependência (TMD), conjunto de ideias originais da década de 60 e 70 que se associam com a teoria do imperialismo e até hoje representam um campo de estudo importante sobre a nossa região e todas as áreas periféricas ao redor do globo (Luce, 2018).

Para este trabalho alguns conceitos da TMD serão base de muitas análises o que leva a necessidade de explicitá-los com maior profundidade:

1.6.1 A contribuição crítica da Teoria Marxista da Dependência

A teoria da dependência é um conjunto de ideias surgidas na América Latina, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, em um ponto da história que a maioria dos países da região eram independentes de suas antigas colônias, mas ainda reproduziam uma dinâmica de grande dependência econômica e política em relação aos chamados países desenvolvidos. Esta teoria surge alguns anos depois de a ONU criar a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e com o surgimento de um pensamento desenvolvimentista de autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado que teve grande influência na região (Cristaldo, 2015). Esses autores iniciam uma crítica ao modelo agroexportador.

A teoria da dependência segue nessa linha e critica a clássica ideia liberal de que cada nação possui vantagens comparativas, que explicaria o porquê alguns países terem se especializado em indústrias de alto valor agregado e tecnologia, enquanto outros se restringem ao comércio de commodities, ficando muito mais à mercê de flutuações dos preços e tendo dificuldade em seu próprio desenvolvimento enquanto país.

Teorias do norte global determinaram a nomenclatura de subdesenvolvidos a esses países, com esse prefixo sub no sentido de serem atrasados, como se estivessem mais atrás em uma corrida liderada pelos países desenvolvidos, alguns até mesmo apontando esses países como pré-capitalistas (Marini, 2022). A solução para essas teorias seria tentar repetir os passos do desenvolvimento, como se fosse um caminho linear e sem fatores históricos e locais que pudessem gerar efeitos diferentes (Carcanholo, 2008).

Existem algumas vertentes dessa teoria, esta dissertação vai trabalhar com a teoria marxista da dependência, que é uma vertente que avalia que é possível sim superar a dependência, mas isso requer uma transformação radical dessas sociedades, em suma com uma revolução, e não por dentro do próprio sistema capitalista (Gouvêa; Nascimento; Castelo, 2022).

As burguesias locais não teriam como projeto um verdadeiro desenvolvimento nacional que superasse os problemas crônicos desses países e conseguisse compartilhar melhor os recursos frutos do trabalho de uma população até então superexplorada, pelo contrário, representariam a face interna do fenômeno do imperialismo (Luce, 2018). vamos aos principais conceitos que caracterizam a dependência para sua vertente marxista, que serão usados na análise dos dados deste artigo.

1.6.2 Desenvolvimento do subdesenvolvimento

André Gunder Frank (1968) cunha esse conceito em seu artigo homônimo, entendendo que um fenômeno não podia se desconectar do outro, isto é, o desenvolvimento dos países centrais do capitalismo se deu pelo subdesenvolvimento de países periféricos. Já Marini resume que “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial” (Marini, 2021, p. 47). Enquanto para Carcanholo, desenvolvimento e subdesenvolvimento são:

fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade, ou seja, que, embora sejam situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial (Carcanholo, 2008, p.253).

1.6.3 Passagem do período colonial para as independências

Após alguns séculos de domínio ibérico na região da América Latina, a região vê inúmeros processos de independência política no século XIX. Essas independências são acompanhadas de perto e incentivadas pela Inglaterra, que já ocupava um lugar muito mais dominante na economia política mundial e começa a desenvolver um vantajoso comércio, comprando alimentos e matérias primas e vendendo bens de maior valor agregado, emprestando dinheiro e investindo diretamente nesses jovens países. Assim, o capitalismo europeu e estadunidense foi criando formas de se expandir e de subtrair mais valor produzido em países periféricos (Marini, 2021).

1.6.4 Controle das exportações

Para os estudos da TMD as exportações são o grande centro da economia de um país dependente. Marini (2022) entende que a inserção desses países no mercado mundial, no século XIX se deu através de exportações que tendiam a monoprodução (um exemplo é o ciclo do café no Brasil e na Colômbia, do Estanho na Bolívia, do Cacau no Equador) e a uma extrema elitização dos ganhos com essas atividades (Luce, 2018).

Mesmo com alguns países com um maior desenvolvimento de mercado interno no século XX essa situação seguiu ocorrendo, dividindo os mercados e deixando para a classe dominante local a exploração dos produtos do mercado interno e atividades secundárias.

Se configurando como as principais fontes de receitas para os países dependentes, as exportações dos produtos primários em alguns lugares eram controladas diretamente pelo capital estrangeiro e em alguns países que estabeleceram um pouco melhor a burguesia local e a infraestrutura econômica e institucional isso era controlado por empresários locais, mas que acabavam investindo todo o excedente na própria atividade primária exportadora, sem se preocupar tanto com a formação de mercado interno e reinvestimento no desenvolvimento do país.

1.6.5 Transferência de valor para o exterior

A transferência de valor é um pilar do capitalismo dependente. Pode se dar de algumas formas, mas primeiramente deve-se entender o processo que leva a essa transferência. Marini (2022) criticava a noção da época de intercâmbio desigual por só considerar o âmbito da circulação, enquanto para o autor, o processo de transferência de valor envolve tanto a circulação como a produção das mercadorias:

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (Marini, 2022, p. 182).

O primeiro passo é entender que os preços praticados no mercado são socialmente determinados. Isto é, determinada mercadoria tem um valor de troca determinado pela média de trabalho humano necessária à produção daquele item. Logo, em produtos com um mesmo valor de uso, será um diferencial a produtividade no fazimento daquela mercadoria.

Exemplo: Um grande empresário com uma indústria mais produtiva fará mais mercadorias em uma mesma quantidade de tempo e intensidade de trabalho (esta última podendo até ser menor), e terá uma maior composição orgânica do capital, que é uma maior proporção de capital constante (máquinas, meios de produção...) do que capital variável (investimento na força de trabalho) (Marx, 2022).

Esse processo produtivo lhe permitirá ter uma vantagem no mercado. Um pequeno produtor levará o mesmo tempo para produzir uma quantidade bem menor de mercadorias e, como ele não define os valores de troca, ou colocará um preço muito alto e não será competitivo, ou terá que aplicar os preços do mercado e obterá um mais valor reduzido em comparação ao grande empresário.

O mais-valor produzido pelo grande empresário em seu processo produtivo será somado a um mais-valor extraordinário, vindo desse pequeno produtor. Essa mesma dinâmica pode ser transposta para os países dependentes em relação aos centrais. Uma geladeira produzida na Argentina ou um sapato produzido no sul do Brasil terão uma menor composição orgânica de capital, serão menos produtivos que seus semelhantes produzidos na Alemanha ou China.

Esse aumento da produtividade ocorre quando há inovações e melhoras técnicas na produção, isto é, o trabalhador produz mais mercadorias em uma jornada de igual tempo, intensidade e remuneração. Isso possibilita diminuir o valor de cada mercadoria e ampliar o mais-valor relativo, isto é, aumentar o tempo da jornada que o trabalhador está produzindo excedente para o capitalista (Marini, 2022).

Países dependentes possuem maior dificuldade e menos recursos para acompanhar o progresso técnico com suas próprias pernas, se subordinando ao uso de tecnologias estrangeiras e apostando em ramos com menor produtividade.

Marini (2023) observa que a distinção entre produtividade e intensidade é fundamental para compreender as formas de extração de mais-valor. Enquanto aumentos na produtividade advém da introdução de inovações técnicas que ampliam o mais-valor relativo, a intensificação do trabalho tende a ampliar o mais-valor absoluto e, quando combinada à remuneração abaixo do valor da força de trabalho, sustenta a acumulação capitalista por meio da superexploração, presente nos países dependentes, e que será melhor explicada no próximo ponto.

Existem, portanto, as seguintes formas de transferência de valor:

- 1) Essa citada acima, gera um mais valor extraordinário por diferença de composição orgânica do capital, dentro de um mesmo ramo ou entre ramos diferentes que se intercambiam no mercado;
- 2) Transferência de valor pelo poder do monopólio, pois os países centrais muitas vezes dominam acesso a determinados insumos e mercadorias, conseguindo estabelecer valor de troca restando aos dependentes se subordinarem se quiserem acesso àquele bem.
- 3) Existem outras formas, que serão melhor explicitadas abaixo:

...a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela simples razão de os primeiros importarem capital dos últimos; A instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e colocando os países dependentes periféricos à mercê do ciclo de liquidez internacional (Carcanholo, 2008, p.254-255).

O capital externo, na forma de investimento direto, tende a repatriar lucros e dividendos, e, portanto, remete valor criado na periferia para o centro. Por outro lado, na sua forma de endividamento, implica a transferência de valor a partir do pagamento de juros e amortizações de dívida. Por fim, a dependência tecnológica também coloca a transferência de valor produzido na periferia para o centro na forma de pagamento de royalties (Carcanholo, 2008).

Vale destacar a atualidade do papel da transferência de valor pela diferença de produtividade entre os países. Ainda que nos dias de hoje raramente um país produz a totalidade de uma mercadoria mais complexa, devido as cadeias de valor que dividem a produção em diversas pequenas etapas intermediárias espalhadas pelo mundo, mas com as partes estratégicas se mantendo nos países centrais (Caputo Leiva, 2021).

Demonstrar essa transferência de valor enquanto intercâmbio desigual não significa dizer que há países que negociam de maneira equânime e conseguem assim um projeto de desenvolvimento na concepção desenvolvimentista. A publicização desse fator apenas reitera o papel subordinado e integrado ao mercado mundial das burguesias locais (Luce, 2018).

1.6.6 Superexploração da força de trabalho

Com toda essa leva de recursos das economias dependentes para as economias centrais, as burguesias locais precisam trabalhar numa lógica de expansão de sua produção de excedente, já que uma parcela dele sempre vai para entes externos. Isso pode ser visto com o arrocho nos salários, jornadas de trabalho mais extensas e intensas, configurando a superexploração da força de trabalho (Carcanholo, 2008; Marini, 2022), que é mais do que só um passo além da exploração descrita por Marx e Engels, já que ao menos deveria fornecer condições para a reprodução social desses trabalhadores.

Na periferia do sistema, nem mesmo esta reprodução é garantida, então não é somente um mais valor mais intenso (Luce, 2018), e sim uma quebra na lei do valor, não no sentido de negação total, mas uma contradição que serve ao capital no contexto da dependência. Ainda que a superexploração possa ocorrer também nos países centrais, até hoje ela se formou como traço sistemático apenas nos países dependentes.

1.6.7 Exército industrial de reserva

Um conceito apresentado na obra de Marx (2023) que ganha outra proporção nos países dependentes pois, para que os trabalhadores aceitem melhor a superexploração, é necessária a manutenção de altas taxas de desemprego e informalidade, sugerindo a quem quiser reclamar melhores salários, que em caso de ausência, haveria uma fila de trabalhadores dispostos a se submeter àquele emprego.

1.6.8 Necessidade de constantes reformas “modernizadoras”

Sem atacar a raiz dos problemas, é quase constante na história dos países dependentes que a burguesia e grande parte dos representantes políticos lutem por reformas que trariam, enfim, a modernidade que superaria o presente arcaico e colocariam o país no passo do desenvolvimento. Normalmente esse tipo de política aprofunda ainda mais a dependência, ao

diminuir direitos trabalhistas, piorar condições previdenciárias e outros ataques a como se calcula o valor da força de trabalho nesses países. Muitas vezes são tidas como a solução em períodos de crise econômica ou baixa dos preços internacionais das commodities, para equilibrar os negócios e minimizar perdas na taxa de lucros (Santos, 2018).

1.6.9. Cisão no ciclo do capital

Isso é um fenômeno que ocorre nos países dependentes, do desenvolvimento da estrutura produtiva não servir sequer minimamente às necessidades do povo daquele país (Luce, 2018). É uma contradição, se comparado ao desenvolvimento histórico dos países centrais do capitalismo, mas na verdade é muito compreensível pela ótica de que essas economias servem primeiramente a interesses externos.

A formação de mercado interno, portanto, é um grande desafio para esses países. Aqueles que conseguiram criar certa estrutura social um pouco mais desenvolvida, como Brasil, México e Argentina, ainda pode se encontrar esse elemento, mas ainda assim, muito aquém do potencial que essas economias teriam se fossem voltadas para o fomento desse mercado interno e das necessidades concretas das pessoas que neles vivem. No modelo atual as necessidades atendidas se concentram em uma ínfima parcela da população que consegue se apropriar de uma parte dos lucros das atividades exportadoras.

Se a mercadoria produzida realiza seu ciclo externamente e não visa atender o mercado interno, a superexploração pode ser plenamente uma solução para o empresário que tenta manter ou ampliar sua taxa de lucro em meio a baixa produtividade de seu ramo (Luce, 2018). Um exemplo disso é também o acesso a bens e a própria alimentação dos brasileiros, que não é garantida pelo grande agronegócio e sim por pequenos produtores.

Atualidade e ressonância da teoria da dependência

A dependência não seria apenas um fator econômico, mas uma complexa formação econômico-social nos países da América Latina e outras regiões periféricas, que os afeta politicamente, em como o Estado funciona, em sua estrutura de classes e forças produtivas (Luce, 2018).

Para sustentar a superexploração da força de trabalho, os altos índices de desemprego e as más condições gerais de vida, em muitas ocasiões as classes dominantes locais (com apoio

internacional em vários casos) se valeram de governos autoritários com grande uso de força (Santos, 2018), é o exemplo das ditaduras que povoaram a América do Sul em meados do século XX. Para Bambirra (1986), os capitais estrangeiros atuam nos países do continente interferindo também na política e na cultura locais.

Mesmo com a redemocratização a dependência seguiu. Nos anos 1980 e 1990 as indústrias na América do Sul sofrem duro golpe, até hoje não superado. Um processo de intensa desindustrialização (Morceiro; Guilhoto, 2019), que vem acompanhado de políticas neoliberais que aprofundaram a dependência, focando ainda mais nas exportações de commodities e privatizando diversas empresas estatais.

Há autores que colocam o aprofundamento recente da dependência ligado a alta financeirização do capitalismo mundial nas últimas décadas, em que boa parte das classes dominantes de países dependentes preferem apostar no rentismo do que investir em indústrias ou outros setores produtivos. Além da chegada de uma nova revolução industrial (ou indústria 4.0), em que bens de tecnologia da informação se tornam vitais para praticamente todos os setores econômicos e seus centros de processo decisório e produção seguem sendo países centrais do capitalismo (Paulani, 2022; Ribeiro, 2024).

A linha neoliberal segue tomando como base o argumento das vantagens comparativas e apela para uma visão “pragmática”, que sempre deixa para amanhã a questão da dependência. Mesmo governos bem diferentes ideologicamente são pressionados pelo “mercado” a atuar de acordo com uma mesma política econômica, em consonância com o consenso de Washington (Oureiro, 2024).

Um adendo sobre a questão do desenvolvimento. Durante a pesquisa, o conceito de desenvolvimento apareceu em algumas ocasiões, seja em fontes oficiais chinesas ou de autores que estudam o tema. É importante deixar claro que em muitas dessas citações, o conceito aplicado é mais próximo da compreensão que vê o desenvolvimento como econômico, um maior acúmulo de capital expresso em taxas e indicadores como PIB (Cardoso; Costa Pinto, 2015).

Essa visão, que divide os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos a partir dessa visão de desenvolvimento é amplamente reconhecida: “Uma divisão largamente utilizada em documentos institucionais (nacionais e internacionais), na academia, na mídia, em discursos políticos e também no senso comum” (Correa Prado, 2019, p. 110)

Essa é uma visão comum naquela corrente denominada desenvolvimentismo (que se relaciona com a CEPAL e outros autores estudados, ainda que de maneira muito diversa), e é

limitada, pela visão marxista, a lutar por uma melhor colocação no sistema geopolítico mundial, a melhores condições de consumo para as pessoas daquele país, mas não a real superação da dependência ou da obtenção de um pleno desenvolvimento humano (Cardoso; Costa Pinto, 2015).

O motor da TMD não seria esse desenvolvimento, mas sim um desenvolvimento humano, livre e consciente, que viria na estratégia da Revolução Socialista. Com uma vida além do trabalho e da mera sobrevivência, com redução efetiva do quantitativo de trabalho socialmente requerido para manutenção da vida (Cardoso; Costa Pinto, 2015; Correa Prado, 2019).

1.7 - Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos se adotará inicialmente a revisão bibliográfica de publicações científicas sobre a relação China-América do Sul no período entre 2003 e 2023 e pretende-se realizar uma abordagem de análise mista quanti e qualitativa focando em dois aspectos, especificamente a perspectiva chinesa sobre a região, seus principais projetos e iniciativas e também um olhar econômico dessa relação.

O primeiro capítulo será uma revisão bibliográfica. Vosgerau e Romanowski (2014) colocam que revisões bibliográficas são importantes para definição de uma área, avaliação de seu acúmulo até o presente momento e de possibilidades de aprofundamento de possíveis lacunas de investigação. Citando os autores: “nessa perspectiva, os estudos que têm por finalidade a realização desta revisão permitem a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 167).

No segundo capítulo, um foco da análise qualitativa posterior a revisão será entender e analisar quais os principais projetos da China para a região, a partir de fontes primárias (como documentos oficiais do governo chinês) e secundárias. Permeando essas análises com o referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Em relação ao terceiro capítulo, trará análise quantitativa e será dedicado a analisar os dados relativos a exportações, importações e investimentos diretos chineses na região, a partir do uso do software R. Com a adoção de banco de dados do painel China do BRICS policy center (2025), um centro de estudos e análises políticas sobre os países do bloco BRICS. Também

trabalhará a questão da diferença da produtividade, que se relaciona com as transferências de valor entre os países.

O banco de dados reúne dados de 2005 a 2023 das relações econômicas China-América do Sul com as seguintes variáveis: Ano, país de origem, país de destino, tipo de fluxo econômico e valor.

Com essa estrutura de capítulos acredita-se que será possível ter base para tirar conclusões e investigar sobre a validade ou não da hipótese na conclusão.

2 - Revisão Bibliográfica

Este capítulo visa realizar uma revisão da literatura, analisando fontes secundárias e visando atender ao objetivo específico de identificar as principais hipóteses e linhas teóricas acerca da relação China-América do Sul.

Seguindo a delimitação temporal da pesquisa, período entre 2003 e 2023 se pesquisou na base Scielo em fontes de pesquisa em inglês, espanhol e português com os seguintes comandos (China) AND (América do Sul) e filtrando pelos anos (a partir de 2003) e pela área temática Scielo (ciências humanas e ciências sociais aplicadas). Inicialmente foram encontrados 14 resultados, o que se mostra um número inicial insuficiente para se aprofundar no tema e dar conta da diversidade de pesquisas sobre isso.

Ao tentar ampliar um pouco o escopo da pesquisa na base Scielo, optou-se por testar os termos (China) AND (América Latina), novamente filtrando pesquisas em língua portuguesa, inglês e espanhol, a partir do ano de 2003 e relacionadas às áreas ciências humanas e ciências sociais aplicadas: Foram encontrados 128 resultados, um número bem mais extenso e adequado ao tamanho das pesquisas no tema.

Como a região da América do Sul representa boa parte dos países inseridos no conceito de América Latina (AL) e estes representam grande parte das exportações para a China (Ferchen, 2011), optou-se por seguir usando esse termo na busca, já que se mostrou mais usual entre os pesquisadores da relação com a China.

Eliminando quarenta que não se adequavam ao tema (muitos tratavam sobre migração chinesa, línguas, ou tratavam a China e América Latina secundariamente em comparação com os EUA e outras regiões) restaram oitenta e nove fontes a se pesquisar. Complementarmente foram pesquisadas fontes na base do Google Scholar, em geral textos muito referenciados nos artigos e autores mais conectados com o referencial teórico marxista. Abaixo uma tabela com as obras que foram selecionadas e os pontos que se relacionaram com o tema da dissertação:

Quadro 1 – Referências utilizadas na revisão de bibliografia

Autor(es)/Ano	Título do trabalho	Temas de interesse para a dissertação
Matt Ferchen, 2011.	As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?	Exemplo de revisão das principais hipóteses sobre a relação China-América Latina com dados importantes entre 2000-2010.
Juan Manuel Gil Barrágan; Andrés Aguilera Castillo, 2017.	China and Latin America: Strategic partners or competitors?	Dualidade da relação China-América Latina. Dados entre 2002-2017.
Juliana Gonzalez Jauregui, 2021.	Latin American countries in the BRI: challenges and potential implications for economic development.	Dados de financiamentos entre 2005-2021, consequências das iniciativas da BRI.
Juliana Gonzalez-Jauregui,, Diana A Tussie, 2023.	La presencia económica de China en Sudamérica: implicaciones para las dinámicas de cooperación intrarregional.	Relações financeiras China-América Latina, detalhes sobre os projetos da BRI na região.
Benjamin Creutzfeldt, 2014.	China en América Latina: seguimiento de la evolución.	Dados de intercâmbio cultural, acadêmico e diplomático. Fala sobre a visão chinesa sobre o termo consenso de Beijing.
Evan Ellis, 2018.	The Strategic Context of China's Advance in Latin America: An Update.	Investimentos chineses no ramo militar e de vigilância na relação com a América Latina.
Lorenzo Maggiorelli; Juan Federico Pino Uribe; Carlos Felipe Cifuentes, 2023.	Cuatro formas de percibir a China desde América Latina: análisis de clústeres de la composición de la opinión pública de la región	Investimentos e presença militar chinesa na região.
Carlos Aguiar De Medeiros; Maria Rita Vital Paganini Cintra, 2015.	Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos	Aumento das exportações chinesas e desindustrialização na América Latina.
Raúl Bernal-Meza, 2021	América Latina e a nova relação centro-periferia com a China. A reestruturação da economia mundial.	Dados econômicos e visão que corrobora com hipótese da reprodução da dependência econômica (reprimarização, para o autor).
Enrique Dussel Peters, 2022.	Capitalismo con características chinas.	BRI, promoção de novo modelo de globalização

	Conceptos y desarrollo en la tercera década del siglo XXI.	pela China e dados sobre projetos chineses na região.
Florencia Rubiolo; Diego Telias, 2022.	China-United States competition in Latin America: evolution, perspectives, and implications in the COVID-19 context.	Atuação chinesa na pandemia de covid-19 em contraste com os EUA. Diferença na postura com a América Latina.
Barbara Stallings; Cynthia Sanborn, 2024	Investigadores en América Latina se enfocan en las relaciones con China. Economía política, mercados e instituciones.	Revisão bibliográfica especialmente importante por referências a debates sobre infraestrutura e críticos ao extrativismo na relação sino-latinoamericana.
Gabriel Galdino Gomes; Amaury Gremaud, 2021.	Revisão bibliográfica sistemática das pesquisas sobre China na América Latina.	Outra revisão, que ajuda ao mostrar como os pesquisadores do tema se dividem, e que mesmo com dois grupos (um mais crítico e outro mais defensor da China), existem nuances em ambos.
Andrés Serbin, 2022.	Latin America-China Relations: A Review of Recent Literature (2010-2020).	Revisão de um período importante para pesquisa, conta com boas referências e destaca a importância de se diferir América Central da América do Sul.
Rafael Henrique Dias Manzi, 2016.	O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira.	Destaca o período pós boom das commodities, com gráficos e dados importantes da queda dos preços desses produtos, que influenciaram a relação entre os países estudados.
Florencia Rubiolo; Gonzalo Fiore-Viani, 2023.	China en el orden liberal internacional: debates globales y lecturas desde América del Sur.	Desenvolve o tema de disputa de hegemonia entre China x EUA com uma perspectiva crítica da noção da China como país do Sul Global.
Bruna Coelho Jaeger, 2017.	Investimentos Chineses em Infraestrutura na América do Sul: impactos sobre a integração regional.	Considera os projetos de infraestrutura apoiados pela China na região como o principal benefício, mas ressalva a coexistência pacífica dos chineses na ordem mundial atual.

Sarah Solomon, 2020.	China's Geopolitical Strategy in Latin America: Pursuing Hegemony.,	Referencia autores que veem a China como um bom exemplo para a região, além de um potencial desafiante da atual hegemonia.
Joshua Cooper, 2004.	The Beijing consensus.	Cunha o termo consenso de Beijing, que é utilizado por alguns autores para explicar o modelo de desenvolvimento chinês pós abertura, em contraposição ao consenso de Washington.
Javier Vadell, 2011.	A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico.	Ressalta uma visão equilibrada sobre a relação. Pode ser positiva a curto prazo e ter problemas a longo prazo. Fala sobre a articulação entre os países da região com a China em organismos diplomáticos.
Jaime Torres González, 2018.	El Pacífico suramericano y su integración con China y Asia	Vê a relação com a China como um processo de interdependência. Critica o uso do termo Consenso de Beijing e destaca o crescimento das relações econômicas no século XXI.
Paulo Nakatani; Helder Gomes, 2014.	A natureza e contradições da crise capitalista.	Caracteriza a crise de 2008 e suas consequências, que afetam a relação China-América do Sul.
Elias Jabbour; Alexis Dantas; Javier Vadell, 2022.	Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China	Traça panorama histórico chinês, explicitando seu projeto de globalização alternativa e sua filosofia Tian-xia.
Elias Marco Khalil Jabbour; Alexis Toribio Dantas; Carlos José Espíndola; Júlio Vellozo, 2020.	A (Nova) Economia do Projetamento: o conceito e suas novas determinações na China de hoje.	Aprofunda visão sobre nova economia do projetamento chinesa e como ela não é exatamente um caminho exemplar para o Brasil e demais países da região.
Javier Vadell, 2019.	La iniciativa BRICS y China: entre la emergencia y la irrelevância.	Apreciação crítica do papel dos BRICS e do protagonismo chinês no

		bloco, que possui alguns membros da América do Sul.
Ralf J. Leiteritz, 2013.	Changing Weather: China's Role in Latin America's Climate Change	Relaciona o aumento do protagonismo da China como um fator importante nas discussões sobre clima e desenvolvimento sustentável.
Gabriel Luiz Campos Dalpiaz; Elias Jabbour. 2025.	Análise filosófica-econômica do conceito de projetamento no socialismo chinês do século XXI.	Aprofunda os conceitos de nova economia do projetamento, suas origens e como se encaixa na China. O que facilita o entendimento da hipótese de Jabbour.
Esther Majerowicz; Carlos Aguiar De Medeiros, 2018.	Chinese industrial policy in the geopolitics of the information age: the case of semiconductors	Analisa a questão da política industrial chinesa na disputa de hegemonia, focando no caso dos semicondutores.
Minqi Li, 2017	From Socialism to Capitalism, and to Eco-Socialism?	Faz uma análise das mudanças no regime chinês. Li conclui que o futuro das próximas décadas pode depender da possibilidade da China liderar uma transição ecossocialista global, redefinindo tanto o papel do Estado quanto a direção civilizatória da economia mundial
Juan Enrique Serrano Moreno; Diego Telias; Francisco Urdinez, 2021.	Deconstructing the Belt and Road Initiative in Latin America.	Indica algumas características do projeto da BRI na América Latina, o qual os autores identificam como um prosseguimento da política externa chinesa no século XXI.
Jose Luis Valenzuela Alvaréz, 2017.	Evolución de la Política Exterior de China para América Latina	Expõe uma hipótese que considera os problemas da relação mais culpa das debilidades dos governos da América do Sul.
Constanza Jorquera Mery, 2021.	El sistema Tianxia como vínculo clave entre China y América Latina	Relaciona como a filosofia Tian-xia é aplicada na política externa com a região, para o autor é uma

		visão alternativa ao imperialismo.
Tingyang Zhao, 2006.	Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’ (Tian-xia,)	Autor chinês que explica a governança Tian-xia em mais profundidade.
Eliane Megumi Akemi Terui Villegas; Juan González García, 2024.	El Foro China-CELAC en la disputa por la hegemonía económica global entre Estados Unidos y China, en América Latina y el Caribe.	Fala sobre o Fórum China-CELAC e outros organismos internacionais em que existe essa relação, trazendo benefícios para investimentos como o porto de Chankay e a BRI.
Xinyu Zhang, 2024.	Strategic Enhancement and Differential Governance: China’s Partnership Diplomacy in Latin America.	O autor detalha algumas viagens de Xi Jinping a América do Sul e consequentes acordos diplomáticos com países como Venezuela, Uruguai e Chile. Mas também ressalta algumas contradições em organismos da ONU.
Haibin Niu, 2018.	A strategic analysis of chinese infrastructure projects in latin america and the caribbean. <i>In: china’s infrastructure projects in latin america and the caribbean</i>	Contribuição ao debate sobre projetos de infraestrutura, explica de maneira clara o modelo “1+3+6” proposto pelos chineses em 2014.
Jie Guo, 2023.	The political economy of China–Latin America relations: the making of a post-boom paradigm.	Expõe algumas dificuldades, como em alguns períodos o Fórum da Celac com a China foi esvaziado por negociações bilaterais entre os países.
François Lafargue, 2006.	China’s Presence in Latin America: Strategies, Aims and Limits.	Corrobora a crítica do ruído diplomático entre China e Brasil quanto a presença dos segundos no conselho de segurança da ONU.
Jörn Dosch; David S. G. Goodman, 2012	China and Latin America: Complementarity, Competition, and Globalisation	Traz informações relevantes de como a relação se intensificou no governo Hu Jintao, algumas situações de parcerias e concorrências.
Margaret Myers, 2025.	China’s Regional Engagement Goals in Latin America.	observa que, apesar dos avanços, o impacto da China nos organismos regionais ainda é limitado

		devido ao predomínio dos Estados Unidos e às fragilidades da integração latino-americana.
Mónica Liseth Cardozo de Barrios; Edgar Mauricio Luna Domínguez; Jorge Omar Moreno Treviño, 2023.	Latin America and China: international trade and economic growth	Autores explicitam a dinâmica de exportação de commodities latino-americanas e importação de bens manufaturados chineses.
Maria Cristina Cacciamali; Márcio Bobik; Umberto Celli Jr, 2012.	Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global.	compreendem o crescimento chinês na primeira década do século XXI como uma possível fonte de contradições e mesmo conflitos em blocos como os BRICS, o que pode prejudicar seus membros da América Latina.
Carlos Alberto Ardila; Jessica Andrea Rodríguez, 2018.	Chinese geostrategic vision and its incidence on Latin America and Africa: A view from the theory of naval power.	Seguem a hipótese que questiona a localização chinesa como país de sul global. Embora diferenciem a China de outros países centrais do capitalismo e dividam a culpa da dependência com debilidades locais.
Jorge Alberto López Arévalo; Óscar Rodil Marzábal, 2019.	La inserción comercial de China en Latinoamérica.	Reitera a hipótese da dependência com relação a China e destaca os conflitos sociais causados por atividades extrativistas de empresas chinesas ou que vendem pra China.
Rebecca Ray; Kevin P Gallagher, 2016.	China in Latin America: environment and development dimensions..	Trazem um dado importante sobre os poucos empregos gerados pelas atividades estimuladas pela relação com a China.
Maurílio L. Botelho; Marcos Barreira, 2021.	“Capitalismo asiático” e crise global.,	Relacionam os recentes aumentos salariais da classe trabalhadora chinesa com uma “exportação da superexploração” para regiões que correspondem a uma periferia do país na

		divisão internacional do trabalho, entre elas a América do Sul.
Mauricio Mesquita Moreira, 2005.	O desafio chinês e a indústria na América Latina.	Passa por alguns detalhes sobre a indústria na América Latina e como o desenvolvimento chinês representa um empecilho para esse setor na região.
Paula Nabuco, 2012.	Hukou e migração na China: alguns apontamentos sobre divisão do trabalho	Fala sobre alguns elementos do desenvolvimento chinês, migração interna e argumenta que esse desenvolvimento foi empecilho para o desenvolvimento na América do Sul.
Mário Henrique Ogasavara; Gilmar Masiero; Paula Cristina Nabuco, 2015.	Demanda de mão de obra: emprego, desemprego e produtividade do trabalho na China.	Destaca elementos que garantem a competitividade chinesa: ampla disponibilidade de mão de obra barata e os ganhos de produtividade, em especial no ramo da indústria.
Carlos Aguiar De Medeiros; Esther Majerowicz Gouveia, 2024.	The “new normal” of the Chinese economy.	Autores argumentam que o recente aumento dos salários na China pode abrir oportunidades para certas economias periféricas com indústrias mais avançadas, ainda que a concorrência se mantenha forte em muitos ramos.
Leda Maria Paulani, 2022.	A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil.	Artigo base da hipótese que considera que as novas TIC aprofundam a dependência, em especial no caso do Brasil, mas com elementos comuns na região.
Valéria Lopes Ribeiro, 2024.	América Latina: desenvolvimento, dependência e o papel do capital chinês	Reforça a hipótese da dependência das TIC adicionando o elemento dos dados, que são uma mercadoria valiosa e abundante na região da América do Sul.
Valéria Lopes Ribeiro, 2018.	A economia política dos Estados Unidos e da China pós crise de 2008:	Aprofunda nas interdependências entre

	interdependência econômica e relações interestatais.	China e EUA no período pós crise 2008.
Esther MAJEROWICZ, 2020	A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação	Para a autora reduzir a disputa tecnológica a uma rivalidade entre China e Estados Unidos é insuficiente, uma vez que ambos os polos compartilham o objetivo de intensificar o controle sobre os trabalhadores e aprofundar a exploração no capitalismo contemporâneo
Ulisses A. Mejías; Nick Couldry, 2019.	The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism.	Exploram a questão da comercialização dos dados. Usam o termo colonialismo de dados.
Robert Evan Ellis, 2013.	La dimensión estratégica de actividades en China en el sector de telecomunicaciones latinoamericano.	Fala da ameaça que é para a soberania dos países da região uma dependência no setor de telecomunicações.
Diego L. Van De Maele, 2017.	Xi Jinping and the Sino–Latin American relations in the 21st century: facing the beginning of a new phase?	Cita projetos em comum América do Sul-China, a exemplos do satélite “Tupac Katari” na Bolívia, o acordo sobre usinas nucleares na Argentina e da base de monitoramento espacial na Patagônia Argentina.
Maristella Svampa, 2013.	Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina.	Explica o conceito de consenso das commodities e seus efeitos nocivos para o meio ambiente da região, com participação de capital chinês.
Francisco Javier Valderrey Villar; Daniel Lemus Delgado, 2019.	Minería, movimientos sociales y la expansión de China en América Latina.	Reflete sobre conflitos gerados com movimentos sociais e comunidades locais no processo de expansão das relações econômicas sul-americanas com a China.

Paulo Nakatani; Rogério Naques Faleiros, 2016.	O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea	Artigo que fala de como a China vem tratando a questão da terra internamente. Aumento de agrotóxicos e lógica empresarial no campo.
Maristella Svampa, 2019	As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, guinada ecoterritorial e novas dependências	Desenvolve mais a hipótese do consenso de commodities em um artigo mais recente, já em um novo ciclo de valorização desse tipo de mercadoria.
Bettina Gransow, 2015.	Chinese Infrastructure Investment in Latin America—an Assessment of Strategies, Actors and Risks.	Continua o debate sobre investimento chinês em infra na América Latina, traz uma comparação dessa relação com a que o Japão mantinha com a China nas décadas de 1970 e 1980.
Nashira Chávez; Po Chun Lee, 2019.	Lo que el poder se llevó: la geoeconomía de los recursos energéticos entre China y América Latina.	Argumento de que após o fim da guerra fria a disputa entre Estados se concentra mais no campo da economia, em relações assimétricas que geram dependência.
Alex Callinicos, 2014	As múltiplas crises do imperialismo	Disputa EUA x China, expansão militar chinesa e acirramento da rivalidade econômica entre essas potências.
Claudio Katz, 2023.	La crisis del sistema imperial.	O autor identifica a disputa entre China e EUA como a principal confrontação geopolítica hoje, ainda que pelo aspecto da diferença de orçamento militar, não sejam equiparáveis enquanto imperialismos.
Claudio Katz, 2025	BRICS: Uma coligação defensiva contra o império.	Caracteriza os BRICS como um grupo heterogêneo econômica e politicamente e essencialmente defensivo contra a hegemonia dos EUA, sem um projeto alternativo contra o capitalismo global.
Claudio Katz, 2012.	El ajedrez global de la crisis.	Observa que, durante a crise de 2008, a China

		reforçou sua integração capitalista ao socorrer bancos ocidentais e convergir com o FMI, revelando maior compromisso com a estabilidade do sistema.
Orlando Caputo; Graciela Galarce, 2014.	China Desplazó a EEUU Como Primera Potencia Económica Mundial.	China consolidada como a primeira potência econômica mundial, embora os Estados Unidos ainda mantenham a hegemonia global. Os autores destacam que o capitalismo mundial passou a depender crescentemente da China.
Escalante Moreno, Helios. 2019.	Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA-COSIPLAN): neoextractivismo y emergencia de Brasil y China en América Latina.	Explica as origens e descreve a IIRSA.
Samir Eid Pessanha, 2018.	A produção desigual do espaço sul-americano: iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA).	Análise crítica da IIRSA, vendo como uma forma de escoar mercadorias para os países imperialistas, entre eles a China, segundo o autor.
Raphael Padula, 2014.	Da IIRSA ao cosiplan da unasul: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança.	Para Padula, a IIRSA teve algumas debilidades, como projetos dispersos, diferença nos níveis de comprometimento entre países e entes não estatais e sem objetivos geopolíticos claros.
Mariana Collette Piai Ersina, 2018	A IIRSA como reflexo da crise estrutural do capital na América do Sul	Reforça a hipótese de que a IIRSA atua em confluência com os interesses dos países centrais do capitalismo.
Juan-Manuel Aguilar-Antonio, 2023.	China y Estados Unidos: antagonismos y liderazgos en el ciberespacio frente a América Latina.	Competição chinesa e estadunidense pelo setor de t.i. na América do Sul.

Benjamin Creutzfeldt, 2023.	The Boys Who Cried Wolf Warrior: China's Diplomatic Strategy in Latin America	Analisa a postura dos diplomatas chineses na América Latina.
Thiago Soares Nogara; Diego Pautasso, 2021.	A ascensão chinesa e a nova guerra fria.	Hipótese da China como um país que busca negociações ganha-ganha e parcerias estratégicas com países do Sul Global.
Lesbia Pérez-Santillán, 2023.	Relación comercial con China e implicaciones en las estructuras productivas de América Latina	A intensificação das relações com a China ajudou no período de crescimento econômico no início do século XXI, porém também renovaram uma vulnerabilidade da América Latina, pelo peso das exportações de commodities
Rafael Bernardo Silveira; Otávio Cascaes Montanha, 2024.	Análise das relações geoeconômicas Brasil – China no período 2013 – 2023.	Dados econômicos importantes sobre a China.

Segue a revisão, separada em cinco subcapítulos: primeiramente uma seção com os principais dados político-econômicos dessa relação, seguindo por autores que fazem revisões do campo; uma análise dos autores que veem a China como uma parceira estratégica; por autores que veem a relação como reedição da dependência e conclusões gerais da revisão.

2.1. Dados importantes para a discussão

Como o tema envolve muitos dados econômicos, essa seção visa reunir os principais encontrados nos artigos, a fim de subsidiar as discussões a seguir, dando uma proporção numérica mais precisa à relação China-América do Sul.

Primeiramente é relevante caracterizar a diferença entre as economias chinesa e sul americana. Essa diferença se aprofundou nas últimas décadas, vejamos alguns fatores que ajudam a explicar isso.

Entre 2001 e 2015 o comércio bilateral cresceu de quinze bilhões de dólares americanos para duzentos e cinquenta e nove bilhões (valores da época). Entre os fatores que podem ser

considerados nesse crescimento, está a entrada da China na organização mundial do comércio (WTO) (Gil Barragán; Aguilera Castillo, 2017).

No ano de 2013 a América Latina foi a segunda região com mais investimentos diretos chineses (com 13%), só perdendo para a Ásia, que por motivos de proximidade geográfica conta com 68% (Gil Barragán; Aguilera Castillo, 2017).

Em questão de empréstimos chineses a região também vem se destacando desde 2005, ainda que de maneira focalizada em alguns países. Brasil, Venezuela, Equador e Argentina receberam 93% desses empréstimos (Gil Barragán; Aguilera Castillo, 2017).

Desde 2005, dois dos maiores bancos chineses voltados para o desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (Ex-Im Bank), forneceram à América Latina cerca de US\$ 141 bilhões em financiamento, superando os empréstimos combinados do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina (Gonzalez Jauregui, 2021).

Quanto a intercâmbio cultural e acadêmico, a China possui 33 institutos Confúcio na região, além de uma série de estudiosos sobre América Latina em Pequim e Xangai, que publicam a respeitada *Lading Meizhou Yanjiu* - revista de estudos latino-americanos (Creutzfeldt, 2014).

Sobre diplomatas, a República Popular da China lidera como país com mais cargos diplomáticos a nível global, duzentos e setenta e seis — incluindo embaixadas, consulados e missões permanentes em organizações internacionais, muitos desses na região da América do Sul (Lowy Institute, 2019, apud, Creutzfeldt, 2023).

No âmbito militar a China é a segunda em gastos no mundo e também se faz presente na região, com intercâmbios para treinamentos de militares latino-americanos em seu território, venda de armas e transferência de tecnologia em setores estratégicos como o aeroespacial e inclusive presença militar em missões de paz como a ocorrida no Haiti de 2004 a 2010 (Ellis, 2018; Maggiorielli; Pino Uribe; Cifuentes, 2023).

De 2005 e 2010 a China se consolidou como o maior país exportador a nível mundial, e no segundo maior em importações, atrás apenas dos EUA (Farooki; Kaplinsky, 2012, apud Medeiros; Cintra, 2015). Em relação a exportações da América Latina, Bernal-Meza (2021) cita a base de dados da CEPAL sobre os produtos mais adquiridos em 2016: Em primeiro lugar a Soja com 21% das exportações, sendo seguido por minério de cobre, minério de ferro, cobre refinado e petróleo.

Em 2013, quando o presidente Xi Jinping assume o comando da república popular da China, ele faz o anúncio do projeto que seria protagonista na política externa chinesa e na sua inserção na economia mundial, a iniciativa cinturão e rota (Belt and Road Initiative - BRI, em inglês):

A fim de realizar o "sonho chinês", apresentado pelo presidente Xi Jinping no 19º Congresso do Partido Comunista como uma forma de "promover o rejuvenescimento nacional", transformar a China em um país socialista e modernizado até 2049 e, portanto, restaurar a posição histórica do país de centralidade econômica, política e cultural, a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) foi introduzida para se tornar uma das iniciativas econômicas e de política externa mais relevantes do país (Gonzalez Jauregui, 2021, p. 348).

Para Dussel Peters (2022) a BRI representa uma alternativa chinesa ao modelo de globalização promovido pelos EUA desde o fim da segunda guerra mundial, com o sistema de Bretton Woods (sua centralidade no dólar, presença do fundo monetário internacional – FMI e banco mundial em investimentos e empréstimos a países).

Durante a pandemia de Covid-19, a China assim como Índia e Rússia fizeram uma diplomacia das vacinas, com envio de recursos humanitários e ajuda principalmente na produção e distribuição das vacinas em regiões periféricas do globo, ocupando um lugar geopolítico que os EUA escolheram se ausentar (Gonzalez-Jauregui; Tussie, 2023).

O presidente dos EUA, Trump, inclusive suspendeu repasses para a organização mundial de saúde e, assim como outros líderes da extrema direita mundial, espalhou uma série de notícias falsas relacionando a China com a “criação do vírus” (Rubiolo; Telias, 2022).

2.2. Sínteses e Revisões do Campo

Revisões bibliográficas e artigos que buscam compreender diferentes perspectivas são parte relevante do estudo de um tema. Ajudam a identificar os principais pesquisadores, traçar possíveis sínteses e clarificar diferenças. Felizmente os trabalhos sobre a relação China-América Latina contam com algumas revisões.

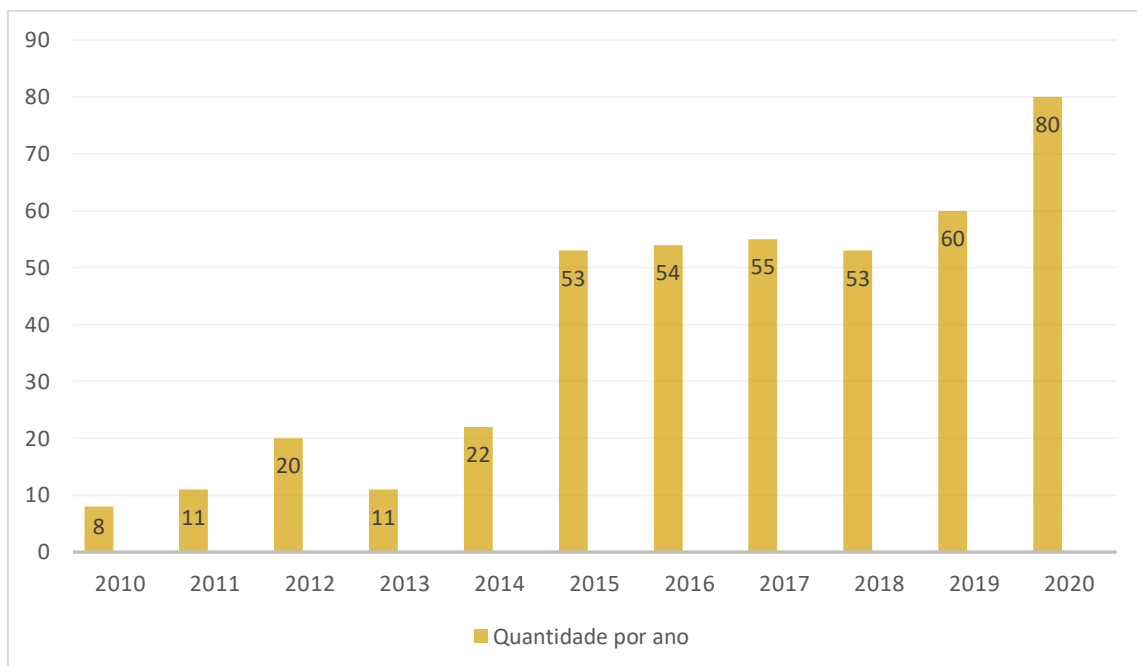
Boa parte dos pesquisadores do tema buscam analisar se a relação com a China é positiva ou negativa, avaliando transações econômicas, ações diplomáticas e relacionando com a disputa de hegemonia local com os EUA (Stallings; Sanborn, 2024).

Ferchen (2011) traz um bom panorama das pesquisas na área até aquele momento, já dividindo os pesquisadores entre os que defendem que a relação é complementar, de ganho

mútuo, e aqueles que compreendem como uma reedição da dependência. Gomes e Gremaud (2021) atualizam a revisão com uma visão semelhante, refletindo que nenhum dos pesquisadores idealizava a relação.

Serbin (2022) destaca o fato de a maioria dos estudos olhar para a América Latina e Caribe como um grupo homogêneo e unificado, segundo ele por uma preponderância inicial de estudos originados em países de língua inglesa e que a prática foi adotada pelos autores chineses.

Gráfico 1 - Publicações acadêmicas por ano



Fonte: (Serbin, 2022).

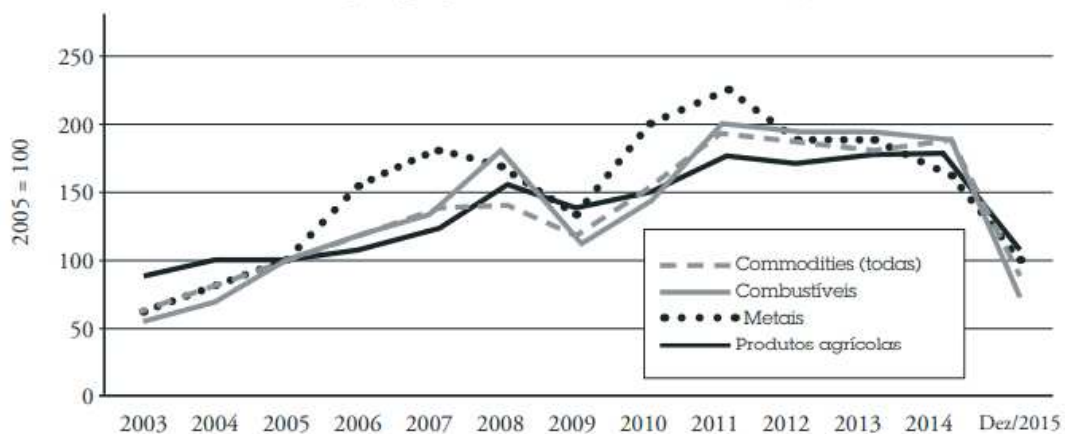
Uma contribuição do trabalho de revisão de Ferchen (2011) é sua visão de que em ambos os lados da discussão há uma certa incompreensão de que o Boom das commodities, muito puxado pelo crescimento chinês, não necessariamente seria um fenômeno constante, haja vista que no período anterior aos anos 2000 a indústria chinesa e o país como um todo possuíam um outro perfil industrial e menor demanda de minérios e outros produtos primários, e que isso poderia mudar novamente no futuro:

de maneira mais específica, iniciando por volta de 2002 e 2003, e revertendo tendências que estavam em vigor desde o começo das reformas no final da década de 1970, a economia chinesa entrou em um período de acelerado uso de capital intensivo para o crescimento de sua indústria de base. Isso, na verdade, alavancou a demanda por matérias-primas, incluindo uma variedade de minerais, metais e fontes de energia, para suprir sua indústria de base. Para satisfazer essa demanda a China tem

crescentemente se voltado para os países ricos em commodities da América Latina (Ferchen, 2011, p. 107).

De certa forma, Ferchen previu uma tendência que foi aferida na década de 2010 a 2020, com o crescimento chinês seguindo forte, porém com uma maior diversidade de sua indústria e não conseguindo ser responsável por manter taxas de crescimento do PIB da América Latina em um contexto mais geral de crise econômica e redução nos preços de commodities, como visto no gráfico 2 (Manzi, 2016).

Gráfico 2 - Evolução anual dos preços das commodities internacionais por grupos.



Fonte: (Manzi, 2016)

É crescente o interesse entre pesquisadores e centros acadêmicos nos Estados Unidos, o que resultou na consolidação de diferentes abordagens analíticas para interpretar essa complexa interação. Como destaca Serbin:

in sum, over the past 15 years the community of experts and academics who research and publish in U.S. centers and networks on China and LAC relations predominantly use two distinctive approaches. The first is international relations neorealism with its geostrategic implications, and the second is international political economy with its focus on economic data, with nods to currents of dependency theory developed in Latin America (Serbin, 2022, p. 13).

Na China também há investimento governamental no tema. Desde 2010, foram criados mais de sessenta e três centros de estudos sobre ALC, principalmente com foco na economia e na BRI.

Os estudos na América do Sul são menos integrados, em sua maioria estudam as relações bilaterais com os respectivos países, nas abordagens teóricas se destacam análises estruturalistas de inspiração cepalina e uma corrente conectada a teoria da dependência (Serbin, 2022).

Em torno do debate da disputa de hegemonia, principalmente autores estadunidenses enxergam a China como um desafiante ao domínio dos EUA e um país revisionista da ordem Mundial. Outros autores percebem diferente, entendendo que a China vem tentando se adequar aos organismos internacionais e as regras desse sistema, que, se está com problemas, estes não foram gerados pela China (Rubiolo; Fiore-Viani, 2023).

O próprio discurso oficial chinês apresenta o princípio de coexistência pacífica (Surgiu como “ascensão pacífica”, depois transformado em “desenvolvimento pacífico” nos discursos), que pressupõe que a China evitará promover ou defender mudanças radicais na ordem internacional (Jaeger, 2017). Ordem essa, que é hoje muito desfavorável aos países dependentes.

2.3. A disputa EUA x CHINA pós crise de 2008 e a caracterização da posição chinesa no sistema

Muitos dos textos estudados não tratam diretamente da relação entre China e América do Sul, porém contextualizam o cenário global e a relação da China com a potência hegemônica dos EUA, o que ajuda no entendimento do capítulo.

Segundo Ribeiro (2024), o capitalismo contemporâneo mantém uma hierarquia no sistema mundial que, embora admita certos casos de ascensão, tende a reproduzir posições desiguais entre países centrais e periféricos.

Nesse sentido, pode-se argumentar que uma das principais diferenças históricas entre a China e os países da América do Sul reside no fato de que o país asiático realizou uma revolução social que transformou profundamente sua estrutura de classes.

A partir da Revolução de 1949, houve uma ruptura significativa com as antigas elites agrárias e uma redistribuição de poder social e econômico que consolidou uma base para posteriores processos de industrialização e modernização. Essa mudança estrutural, ancorada em uma transformação social radical, criou as condições para que a China, décadas mais tarde, pudesse se inserir no capitalismo global em uma posição ascendente, ao contrário da América do Sul, que não passou por um processo similar e permaneceu, em grande medida, presa às dinâmicas de dependência e subordinação no sistema internacional.

Ainda que muito possa se discutir sobre o regime chinês, é inegável que enquanto por aqui se repetia o receituário do consenso de Washington de maneira acrítica, a China conseguiu aplicar uma economia com grau de planificação e controle estatal muito superior e que trouxe resultados concretos, consolidando o país em uma posição central no capitalismo mundial.

Ribeiro (2018) aponta que a crise financeira de 2008 expôs de forma ainda mais evidente as contradições do modelo neoliberal baseado na financeirização e na globalização, revelando sua incapacidade de garantir melhores condições de renda para a maioria da população. Embora o dólar tenha mantido sua posição como moeda hegemônica, a economia real dos Estados Unidos passou a evidenciar sinais de perda relativa de liderança, percepção reforçada até mesmo por analistas liberais. Nesse contexto, o fenômeno político representado por Trump sinalizou um ambiente de crescente instabilidade interna e de tensões em torno da hegemonia norte-americana no sistema internacional.

No caso da China, a crise não interrompeu a trajetória ascendente, ainda que tenha diminuído seu ritmo, sendo marcada por forte expansão em pesquisa, desenvolvimento e modernização tecnológica.

O país passou a investir mais em setores estratégicos da chamada Indústria 4.0, além de promover mudanças estruturais no perfil de suas exportações, que migraram de bens de baixo valor agregado para produtos de alta tecnologia (OECD, 2015 Apud Ribeiro, 2018). Essa transição demonstra não apenas uma diversificação produtiva, mas também a consolidação da China como economia complexa e menos dependente de segmentos industriais tradicionais.

Paralelamente, esse avanço reforçou a percepção de que a redistribuição global do poder econômico após 2008 intensificou a concorrência geopolítica, especialmente entre EUA e China (Callinicos, 2014). A relação entre as duas potências tem se caracterizado por uma combinação de interdependência econômica e crescente rivalidade política e estratégica. A expansão militar chinesa, sobretudo no Mar do Sul da China e na África, evidencia um reposicionamento global do país, ao mesmo tempo em que os EUA mantêm forte presença no Pacífico, contam com a retórica antichinesa e a guerra comercial nos principais ramos da economia hoje.

Sobre a caracterização da China como imperialista:

O caráter desta expansão chinesa assume cada vez mais contornos de um processo que busca favorecer apenas a própria China, principalmente pela agressividade dos investimentos chineses em todo o mundo, por meio da compra de ativos estratégicos fundamentais para a soberania de países periféricos, como no Brasil. A ascensão da China e sua projeção global insere nesse sentido novas determinações do imperialismo e, principalmente, instaura um ambiente de forte competitividade global, cujas características e manifestações ainda estão por vir, mas que sem dúvida colocarão enormes dificuldades para as economias periféricas como a brasileira (Ribeiro, 2018, p. 35).

Falando em imperialismo, para Katz (2023) esse conceito é atualíssimo em um mundo com crescentes investimentos militares, reafirmação da centralidade de organismos como a OTAN e confrontos como a guerra da Ucrânia e as disputas no mar do sul da China. O autor identifica a disputa entre China e EUA como a principal confrontação geopolítica hoje, intensificada a partir da crise financeira de 2008. Washington redirecionou tropas para a Ásia, bloqueou iniciativas de aproximação chinesa com o Japão e, posteriormente, sob o governo Trump, radicalizou o cerco, identificando Pequim como inimigo estratégico.

A resposta chinesa a esse processo tem sido defensiva, com ênfase no fortalecimento de sua capacidade militar e na proteção de áreas estratégicas como o Mar do Sul da China, cujas rotas concentram parte significativa do comércio global (Katz, 2023). O autor ressalta, que ainda são bem diferentes os orçamentos militares de ambos os países, fator esse que impede a equiparação da China ao imperialismo dos EUA, ao menos no sentido militar.

A estratégia chinesa pauta-se pela busca de paridade com os Estados Unidos por meio de acordos comerciais, maior aproximação com a Europa, a formação de alianças estratégicas com Rússia, Oriente Médio e países do Sudeste Asiático e a relação comercial com América Latina e África.

Observa que, durante a crise de 2008, a China reforçou sua integração capitalista ao socorrer bancos ocidentais e convergir com o FMI, revelando maior compromisso com a estabilidade do sistema do que com qualquer enfrentamento ao neoliberalismo naquele momento (Katz, 2012).

Caputo e Galarce (2014) afirmam que a China já se consolidou como a primeira potência econômica mundial, embora os Estados Unidos ainda mantenham a hegemonia global ao combinar seu poder econômico, militar, tecnológico e ideológico. No entanto, essa hegemonia vem sendo crescentemente desafiada pela China em todos os planos. Os autores demonstram que, sem o dinamismo da economia chinesa e suas políticas voltadas para conter os efeitos da crise de 2008, o colapso do sistema capitalista teria sido muito mais grave, possivelmente comparável à crise de 1929. Dessa forma, a China teria exercido papel central na sustentação do capitalismo global contemporâneo, atuando como locomotora de sua recuperação e estabilização.

Segundo os autores, a análise comparativa entre China e Estados Unidos, considerando produção, exportações, investimentos e reservas internacionais, revela uma crescente interdependência assimétrica. Os autores destacam que o capitalismo mundial passou a depender crescentemente da China, tanto pela expansão de sua produção e exportações quanto

pela presença de empresas transnacionais norte-americanas que obtêm parte significativa de seus lucros em território chinês (Caputo; Galarce, 2014).

Li (2017) analisa a trajetória da China dentro do sistema mundial a partir da teoria do sistema mundo de Wallerstein, compreendendo-a como um país que transitou da periferia à semiperiferia do capitalismo global. Historicamente integrada ao sistema de forma subordinada desde as Guerras do Ópio, a China foi convertida, durante o século XX, em um polo de acumulação de capital ao oferecer uma força de trabalho barata e uma infraestrutura industrial, tornando-se peça-chave na realocação global de indústrias e na manutenção das taxas de lucro dos países centrais.

Esse processo, marcado pela troca desigual e pela transferência de mais-valor para o centro, consolidou sua posição semiperiférica, na qual o país explora economias mais frágeis, como as de África e América do Sul ao mesmo tempo em que é explorado pelas potências capitalistas avançadas.

Segundo o autor, essa ascensão chinesa representa uma transformação estrutural do sistema mundial, pois a redução da distância econômica entre centro e semiperiferia tende a diminuir o excedente transferido da periferia e, conseqüentemente, ameaçar a sustentabilidade da acumulação capitalista global.

A própria elevação do custo da mão de obra chinesa, impulsionada pela organização e reivindicação da classe trabalhadora urbana, já pressiona a taxa de lucro mundial, indicando os limites da expansão neoliberal apoiada na exploração intensiva do trabalho. Li argumenta que, se a China retirar parte significativa do mais-valor que hoje transfere ao centro, a base material sobre a qual o capitalismo global se sustentou por séculos poderá começar a entrar em colapso (Li, 2017).

2.4. A China como Parceira Estratégica: Perspectivas de Cooperação e Complementaridade

Esta seção examina as abordagens acadêmicas que interpretam a China como uma parceira estratégica para a região, destacando aspectos de cooperação econômica, investimentos em infraestrutura, articulações em organismos internacionais e afinidades no discurso político, especialmente em temas como desenvolvimento sustentável e ordem global multipolar.

A partir dessas análises, busca-se compreender como a relação sino-latino-americana tem sido concebida como complementar e mutuamente benéfica por uma parcela da literatura, ainda que com ressalvas e críticas quanto a seus efeitos estruturais e ambientais de longo prazo.

O crescimento das relações China América do Sul suscitou muitos estudos que o associam como um fator relevante para o crescimento recente da região e uma redução dos efeitos da crise mundial de 2008 (Creutzfeldt, 2014; Stallings; Sanborn, 2024).

Medeiros e Cintra (2015) vão em linha semelhante e discutem dois efeitos sentidos na relação com a China, o efeito demanda e efeito estrutura. Efeito demanda se refere ao crescimento da demanda por commodities latino-americanas que acompanhou a ascensão chinesa, e que proporcionou ampliar o desenvolvimento econômico da região. Com a demanda também aumentou a parcela da venda de commodities nas exportações totais.

Portanto há um efeito positivo em potencial, mas a crítica dos autores decorre do fato que esse momento de crescimento não foi utilizado pela região como um propulsor de uma maior diversificação produtiva e investimentos industriais. Pelo contrário, a indústria foi desmontada nos anos 1990 e mesmo entre países mais industrializados na região houve significativas perdas de espaço em mercados de produtos de maior valor agregado para produtos chineses (Medeiros; Cintra, 2015).

Sobre o “efeito estrutura”, este se configura mais como uma ameaça, ainda que possivelmente indireta, as economias da região que competem em alguns mercados industriais com a China:

por exemplo, quando há uma queda da parcela de mercado das exportações latino-americanas para os EUA e, simultaneamente, um aumento da parcela da China neste mercado haveria uma “ameaça direta”; quando ambas as parcelas aumentam, mas a chinesa cresce a uma taxa mais alta haveria uma “ameaça parcial”. A perda dos mercados externos e internos e a “primarização da pauta exportadora” conjugariam assim o maior risco da ascensão chinesa (Jenkins e Barbosa, 2012, apud Medeiros; Cintra, 2015, p. 33).

Existe uma linha dos estudos sobre a relação que coloca a China além de um bom parceiro econômico, também como um bom exemplo para a região. Um país que até pouco tempo era agrário e muito pobre, mas conseguiu se desenvolver a ponto de retirar quinhentas milhões de pessoas da pobreza e que quer transmitir seu conhecimento e modelo de desenvolvimento (Solomon, 2020).

Pautasso (2019) acredita que foi possível a superação da dependência no caso chinês com uma forte intervenção do Estado na economia, aumentando a complexidade produtiva em setores industriais e mais recentemente de alta tecnologia. E acha que isso é parte de parâmetros que os países centrais do capitalismo também fizeram, em algum momento histórico, portanto seria um bom exemplo. Entende que a situação de dependência de regiões como América Latina

se dá mais pela adoção de receituários liberais como o consenso de Washington, e que a dependência não seria algo estruturante dessas sociedades.

o governo chinês tem impulsionado a interação entre Estado e setor privado, financiado a fusão de setores, conformando oligopólios (campeões nacionais) com vistas a aprofundar a produtividade e a socialização do investimento. O planejamento estatal inclui financiamento barato através de bancos públicos nacionais, produção de insumos básicos com preços baixíssimos e estímulo da demanda por meio de compras governamentais (Pautasso, 2019, p. 191).

A ascensão da China enquanto uma potência econômica e geopolítica suscitou debates sobre a disputa com os EUA, que para Pautasso et al. (2021) se divide em três níveis: Um mais superficial demonstrado por medidas protecionistas estadunidenses como tarifas, mas também envolve algo mais profundo: a disputa da liderança tecnológica e pela hegemonia no sistema internacional.

Cunhado a primeira vez por Cooper (2004) o termo “Consenso de Beijing” se refere a um modelo político e econômico que desafia a hegemonia estadunidense e o consenso de Washington (CW), que foram tão influentes na América Latina até então, aumentando a desigualdade, privatizações e com uma forte carga ideológica (Vadell, 2011).

A China e alguns países asiáticos investiram na indústria e não praticaram as medidas “one size fits all” do CW, entendendo que cada país teria especificidades, ainda que eventualmente adotando medidas parecidas (Torres González, 2018). Esta mudança teria ajudado as economias da Ásia a obterem um maior crescimento, enquanto as latino-americanas estagnaram ou passaram por crises (Gallagher, 2016 apud Gil Barragán; Aguilera Castillo, 2017).

Cooper (2004) não julga o Consenso de Beijing como algo positivo ou negativo em si, mas destaca que ele já está reformulando a ordem internacional e atraindo a atenção de países periféricos que buscam caminhos alternativos. Para muitos desses países, o modelo chinês é visto com otimismo por oferecer resultados expressivos na redução da pobreza e no crescimento, sem impor condicionalidades políticas e econômicas severas.

Alguns autores sugerem parcimônia ou até negam o uso do termo Consenso de Beijing por não ser um vocabulário que a própria China utiliza ou defende abertamente como contraponto ao consenso de Washington (Creutzfeldt, 2014; Torres González, 2018).

Dantas, Jabbour e Vadell (2022) entendem que a China historicamente se adaptou as mudanças no capitalismo na década de 1970 e hoje se configura como socialismo de mercado ou uma nova economia do projetamento, mais favorável ao Sul global e responsável por um projeto de globalização alternativo:

...desafiando os fundamentos institucionais liberais de Ocidente numa renovada geopolítica num sistema multipolar com traços intercivilizatórios que obrigam a refletir a respeito da construção de um genuíno e inclusivo multilateralismo. Essa geopolítica intercivilizatória, no plano ideacional, se fundamenta no pensamento de comunidade de destino compartilhada para a humanidade (Jabbour; Dantas; Vadell, 2022, p. 93).

Para essa hipótese, a China não é exatamente um modelo para o Brasil e demais países latino-americanos, mas apresenta elementos universais que podem ser refletidos no desenvolvimento local, como um maior papel do Estado na planificação e controle de setores estratégicos de financiamento e produção. Um Estado guiado pela ciência e visando o bem estar da humanidade acima do lucro empresarial (Jabbour et al., 2020).

Sobre cooperação financeira, a China buscou o apoio sul-americano em iniciativas como o Novo Banco do Desenvolvimento (NBD) dos BRICS, inclusive com presidência da ex-presidenta brasileira Dilma Rousseff, em 2023. Vários países da região também são membros do Banco asiático de investimentos em infraestrutura (BAII), instituição que têm apoio de Beijing (Gonzalez-Jauregui; Tussie, 2023).

Segundo Vadell (2019), o fortalecimento institucional dos BRICS não pode ser entendido de forma isolada, pois está profundamente associado à liderança chinesa na conformação de novas instituições globais. A atuação da China promovendo organismos como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o NBD revela um processo de subsunção institucional, no qual os BRICS passam a integrar uma estrutura de governança internacional articulada e liderada pela China.

Para o autor existem três principais fatores que unificam os BRICS e são influenciados pela China. O primeiro deles é a crise do paradigma neoliberal desde a crise de 2008, países emergentes passam a questionar mais profundamente organismos como Banco Mundial e Fundo monetário internacional (FMI). Ao mesmo tempo que reclamam maior participação nesses espaços, passam a se integrar em organismos alternativos como os acima citados. Todos esses processos são acompanhados pelo desenvolvimento chinês e sua preponderância econômica e geopolítica nessa nova configuração do sistema (Vadell, 2019).

2.4.1 – Parceria nas questões climáticas

Em relação a questões climáticas, em 2007, foi apresentado o primeiro Programa Nacional de Mudanças Climáticas da China, com o objetivo de fiscalizar e coordenar as

políticas e projetos de mudança climática e representar o país em fóruns internacionais (Leiteritz, 2013). Ao fim da década de 2000 a China se torna um ator importante nessas discussões sobre desenvolvimento sustentável, com alguns princípios importantes para os países periféricos:

China has emphasized three key elements in its political discourse on climate change, occasionally in contradiction to its real actions on the ground: (i) the defense of the common, yet differentiated responsibilities and duties principle; (ii) an approach identifying reasonable and sufficient target goals to achieve long-term climate change moderation; and (iii) the allocation for proper financing resources to address environmental issues (Leiteritz, 2013, p. 331).

Desta forma, ao menos no discurso, a China se coloca lado a lado dos países em desenvolvimento colocando a maior responsabilidade sobre a crise climática aos países centrais do capitalismo, que são mais poluentes hoje e historicamente afetaram muito mais o clima.

Além do discurso, existem medidas concretas. Como a rota da seda verde, um subprograma da BRI para investimentos e parcerias na área ambiental. Empresas chinesas são líderes em energias Eólica e solar, com 70% dos painéis solares e 1/3 das turbinas eólicas a nível global (Gonzalez-Jauregui; Tussie, 2023).

Isso se dá num contexto da última década, que marcou um novo normal na economia chinesa. No plano interno, essa estratégia tem se apoiado no aumento dos salários reais, na ampliação do consumo das famílias e na promoção de setores emergentes de alta tecnologia, como os veículos elétricos e as indústrias verdes (Dalpiaz; Jabbour, 2025; Medeiros; Majerowicz Gouveia, 2024)

Conforme apontam Medeiros e Majerowicz Gouveia (2024), a política industrial chinesa impulsiona uma reconfiguração produtiva centrada em inovação, eficiência energética e sustentabilidade ambiental. A liderança da China em segmentos como baterias de lítio, painéis solares e turbinas eólicas evidencia o papel estratégico da transição energética no novo ciclo de acumulação e na consolidação de sua economia.

Li (2017) relaciona a crise ecológica à própria lógica destrutiva da acumulação capitalista, afirmando que a continuidade desse sistema é incompatível com a sustentabilidade ambiental. O autor propõe que a superação desse impasse requer controle democrático dos recursos energéticos e uma redistribuição igualitária dos bens materiais, o que só seria possível em um novo tipo de socialismo — o “ecossocialismo”.

Nesse modelo, o consumo e a produção seriam orientados por critérios de equidade social e limites ecológicos, eliminando o desperdício e os privilégios das elites. Li conclui que

o futuro das próximas décadas pode depender da possibilidade da China liderar uma transição ecossocialista global, redefinindo tanto o papel do Estado quanto a direção civilizatória da economia mundial (Li, 2017).

2.4.2. Investimentos em infraestrutura

Nesta subseção, serão abordadas as iniciativas chinesas de investimento em infraestrutura na América Latina. Analisa autores apontam que veem esses aportes como oportunidades estratégicas para países em desenvolvimento que carecem de apoio financeiro de potências tradicionais.

A ideia de que os investimentos e empréstimos chineses em infraestrutura em países em desenvolvimento teriam como único objetivo beneficiar a China ignora o fato de que essas economias dispõem de poucos recursos para essa área e tampouco contam com o apoio de países centrais, como os Estados Unidos e membros da União Europeia. Assim, a construção de portos, ferrovias e outras estruturas representa um benefício de longo prazo, que não os obriga a fazer concessões políticas ou econômicas à China (Heine, 2021, apud Stallings; Sanborn, 2024).

Para Jaeger (2017) o principal benefício dos investimentos chineses à América do Sul são os resultados concretos em infraestrutura e a promoção da integração física regional. Mesmo com possíveis transformações políticas e econômicas nas relações internacionais, a infraestrutura é algo concreto, que vai sobrevivendo a mudanças na evolução do processo de integração, a autora também reforça a diferença em relação a empréstimos do FMI e outros países, que pedem colaborações políticas.

Em relação ao impacto ambiental causado por alguns desses projetos e outras atividades ligadas ao comércio com a China, importante ressaltar que há estudos que mostram que a China não deixa de investir ou comprar produtos se há mudanças na governança ambiental e social dos países (ESG), o que coloca a responsabilização sobre esses impactos mais voltada para governos e empresas locais (Stallings; Sanborn, 2024).

A iniciativa cinturão e rota (BRI) vem trazendo inúmeros investimentos em infraestrutura ao redor do mundo, em 2018 a América Latina começou a participar desse processo oficialmente (Serrano Moreno; Telias; Urdinez, 2021).

Embora, para alguns autores, a BRI se trate mais de uma nova roupagem da política externa chinesa dos últimos anos (Gonzalez-Jauregui; Tussie, 2023; Serrano Moreno; Telias;

Urdinez, 2021), não se pode considerar essa atuação como uma política homogênea e centralizada. Há diferentes graus de envolvimento conforme o país, além da participação de múltiplos atores, incluindo empresas estatais e privadas, em projetos que, de fato, representam investimentos significativos na região.

Corroboram o argumento de continuidade os projetos já existentes na região anteriormente a criação da BRI: A Ferrovia Panamá-Chiriqui, o Porto Colón do Panamá, a Ferrovia boliviana Montero-Bulo Bulo, a Ferrovia Bioceânica Brasil-Peru, a Ferrovia Bioceânica Central (que começaria na Bolívia e conectaria o país ao Brasil e ao Peru), um túnel internacional Argentina-Chile e o cabo de fibra óptica transpacífico no Chile (Gonzalez Jauregui, 2021).

2.4.3. Política externa e articulação em organismos internacionais

É crescente o engajamento da China com a América Latina no campo da diplomacia multilateral e da articulação institucional. Seja em órgãos da ONU ou em articulações locais mais recentes (Vadell, 2011; Valenzuela Alvaréz, 2017).

Para Jorquera Mery (2021) a política externa chinesa, seus projetos (como a BRI) e sua participação em fóruns mundiais seguem um modelo alternativo ao imperialismo, chamado Tian-xia (que significa “todos abaixo do céu”).

Baseado em uma filosofia da dinastia Zhou (1046-256 a.c.), a governança Tian-xia enxerga o mundo por completo, com todas as pessoas, com a liderança de um imperador (na atualidade as lideranças do Estado chinês) que deve atrair os povos, torna-los aliados pela construção de um destino comum harmonioso que os deixe satisfeitos (Jabbour; Dantas; Vadell, 2022; Zhao, 2006).

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é um órgão que reúne os países da região afim de promover maior integração e cooperação. Criado em 2011 por iniciativa dos governos brasileiro e mexicano, a partir de 2015 conta com a presença da China, a convite dos países da região, formando o fórum China-CELAC (Terui Villegas; González García, 2024; Zhang, 2024)

Esse espaço representa uma alternativa para auto-organização desses Estados sem a presença dos EUA, que historicamente domina organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi nele que em 2014 o presidente Xi Jinping anunciou o modelo “1+3+6”, um plano que, de maneira unificada, envolve três forças motrizes: o comércio, o investimento

e a cooperação financeira e identifica energia e recursos, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica e tecnologia da informação como as seis prioridades de cooperação (Dussel Peters, 2022; Ellis, 2018; Niu, 2018).

Alguns países maiores, como o Brasil, por vezes preferem se relacionar em diálogos bilaterais do que na CELAC, que engloba todos os países da região. Existiram momentos de maior ou menor aproximação, no entanto esse organismo vem se desenvolvendo mais e mais com o retorno de governantes de esquerda na América do Sul a partir de 2019, na Argentina, Chile, Bolívia, Brasil e Colômbia (Guo, 2023).

Essa aproximação geopolítica também foi fundamental para que em 2017 a China começasse o diálogo para inserir a América Latina na nova rota da seda (BRI) (Terui Villegas; González García, 2024).

Além do Fórum com a CELAC a China participa enquanto membro observador de vários outros organismos como a Associação Latino-americana de Integração (ALADI), no parlamento latino-americano e caribenho (PLC), na Aliança do Pacífico (AP), entre outros. Ademais, firmou tratados de livre comércio com Chile, Peru e Equador e possui ações no Banco Interamericano de desenvolvimento (BID) (Terui Villegas; González García, 2024).

Desde então as atividades do Fórum China CELAC tem se expandido:

a finales de 2021 durante la Tercera Reunión Ministerial del fcc que tuvo lugar de manera virtual, se adoptó el Plan de Acción Conjunto China-celac para la Cooperación en Áreas Clave 2022-2024. En este nuevo documento se determinaron las siguientes áreas clave: cooperación política y seguridad; cooperación económica y pragmática; cooperación en infraestructura de alta calidad; cooperación en materia social, cultural y de pueblo a pueblo; asuntos internacionales y cooperación subregional e interregional (Foro China-celac, 2021, apud Terui Villegas; González García, 2024, p. 27).

Para Zhang (2024) as visitas do presidente Xi Jinping a países da região, com assinatura de acordos na Venezuela, Chile, Uruguai, constituem uma fase de aprofundamento das parcerias estratégicas sino-latino-americanas durante a década de 2010.

Há ruídos na relação quando a política externa brasileira tenta há algum tempo um lugar no conselho de segurança da ONU e a postura chinesa quanto a essa questão é ambígua. Ainda que aprove reformas na instituição, não apoia o objetivo brasileiro claramente (Lafargue, 2006; Zhang, 2024). Do mesmo modo, a China apoia a Venezuela economicamente com empréstimos e investimentos, mas sem prestar endosso político a retórica anti-americana do então presidente Hugo Chávez (Dosch; Goodman, 2012).

No caso Venezuelano, os países decidiram em 2023 evoluir a relação para uma parceria “all weather”, que pressupõe laços fortes independente de mudanças em fatores externos conjunturais. Além dessa, outras parcerias muito desenvolvidas na região são com Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Peru, o que pressupõe cooperação em reuniões da ONU, muitas visitas oficiais e comércio (Zhang, 2024).

Nesse contexto, a disputa econômica entre China e EUA que vem evoluindo recentemente também pode representar uma oportunidade para os países da região. Investimentos como o Porto de Chancay no Peru, toda a ajuda durante a pandemia da Covid-19, entre outros exemplos, são mostras que a China é um aliado confiável para o atual momento histórico (Terui Villegas; González García, 2024).

Myers (2020) observa que, apesar dos avanços, o impacto da China nos organismos regionais ainda é limitado devido ao predomínio dos Estados Unidos e às próprias fragilidades da integração latino-americana. No entanto, o país asiático segue utilizando essas plataformas para fortalecer sua imagem, apoiar projetos de desenvolvimento e reforçar parcerias estratégicas na região.

Claudio Katz (2012, 2025) ressalta a heterogeneidade dos BRICS, já que parte do desenvolvimento recente desses países foi impulsionado pela demanda chinesa por produtos primários, enquanto outros apresentam desenvolvimento industrial mais avançado. Assim, enquanto China e Rússia demonstram maior autonomia frente às potências centrais, Brasil, Índia e África do Sul mantêm fortes vínculos de dependência, o que explica a ausência de estratégias comuns dentro do grupo.

Além disso, a presença de governos conservadores e a cumplicidade com potências ocidentais, como no caso de alguns novos integrantes alinhados a Israel, evidenciam a relativa plasticidade política do grupo e sua limitação em constituir um polo de emancipação efetiva frente ao imperialismo (Katz, 2025).

Katz (2025) interpreta os BRICS como uma coligação essencialmente defensiva, surgida no contexto de declínio relativo da Hegemonia dos Estados Unidos e da transição para uma ordem multipolar. Não se trata de um bloco anti-imperialista ou anticapitalista. Segundo o autor, o grupo atua resistindo à dominação política, econômica e militar norte-americana, ainda que não ofereça por si um projeto alternativo de transformação estrutural do capitalismo global, até por toda sua heterogeneidade.

Essa posição, ainda que limitada, coloca melhores condições para conter o ímpeto belicista e as imposições do centro imperial estadunidense, abrindo brechas políticas para que

movimentos populares e forças críticas ampliem suas margens de ação dentro do sistema mundial.

Katz sustenta que os movimentos sociais devem dirigir reivindicações democráticas e populares a esse bloco, que, embora contribua para uma dispersão de poder global, mantém contradições profundas, como práticas autoritárias e reprodução de relações centro-periferia, o que limita seu potencial transformador dentro da ordem mundial capitalista.

Em resumo, vários desses autores entendem a relação como arriscada e/ou tendo seus pontos negativos, mas colocam a responsabilidade maior dessas debilidades da região nos governos locais (Valenzuela Alvaréz, 2017). Para González-Jauregui e Tusie (2023) falta consenso e a construção de agenda própria para a região, a fim de aproveitar a relação com a China para trocas relevantes na tecnologia e no âmbito econômico e geopolítico, gerando benefícios compartilhados.

2.5. Reedição da Dependência: Leituras Críticas sobre Assimetrias e Vulnerabilidades

A intensificação das relações com a China ajudaram no período de crescimento econômico no início do século XXI, porém também renovaram uma vulnerabilidade da América Latina, o peso das exportações de commodities enquanto bens manufaturados são trazidos por importações, em geral (Cardozo de Barrios; Luna Domínguez; Moreno Treviño, 2023; Pérez-Santillán, 2023).

Alguns autores compreendem o crescimento chinês na primeira década do século XXI como uma possível fonte de contradições e mesmo conflitos em blocos como os BRICS, Cacciamali, Bobik e Celli Jr (2012) e Dosch e Goodman (2012) citam o exemplo do Brasil, sua crescente exportação de commodities para a China que vem acompanhada da desindustrialização que o país vem passando.

A afirmação de que a China desenvolveria relações Sul-Sul com países africanos e latino-americanos é contestada por autores que consideram que o desenvolvimento econômico e papel geopolítico que a China possui atualmente não se enquadra como um país do Sul Global. Tampouco suas relações econômicas com países periféricos poderiam ser classificadas como algo diferente de relações capitalista usuais entre países do centro e periféricos (Ardila; Rodríguez, 2018; Bernal-Meza, 2021; López Arévalo; Rodil Marzábal, 2019; Ribeiro, 2024; Rubiolo; Fiore-Viani, 2023; Torres González, 2018).

Ardila e Rodríguez (2018) ponderam que a manutenção dessa situação de dependência se relaciona também com um certo conformismo dos países latino-americanos, ao não aproveitarem a entrada de recursos das commodities para investir em diversificação produtiva e em setores industriais.

Os autores ressaltam que apesar disso, a China age diferente da maioria das grandes potências ocidentais, sem impor mudanças políticas nos países que se relaciona (por pressão ou intervenção armada) nem praticando preços inacessíveis para regiões periféricas (Ardila; Rodríguez, 2018).

Em relação ao comércio entre China e América Latina, é importante frisar que, apesar do crescimento nos últimos vinte anos ter se mantido, houve momentos de dificuldades para os países daqui. O Boom das commodities não foi uma constante, a década de 2010 representou uma queda nos preços em vários desses produtos, como cobre e Petróleo. Dada a alta dependência das economias locais, muitos países latino-americanos entraram em recessões ou diminuíram bruscamente seus indicadores econômicos (Bernal-Meza, 2021; Torres González, 2018).

Ou seja, a relação ganha-ganha foi temporária, já que após a primeira década do século XXI os preços das commodities voltaram a cair enquanto os produtos manufaturados chineses e os empréstimos desse país para América Latina subiam. O que gerou relações deficitárias em muitos países da região (Bernal-Meza, 2021).

Ray e Gallagher (2016) apontam que as atividades econômicas locais que a relação sino-latino-americana estimula geram proporcionalmente menos empregos que outros ramos e mesmo que outras atividades voltadas para exportação:

while exports in general supported between 56 and 61 jobs per US\$ 1 million of output, exports to China lost over one fourth of their labor intensity, from supporting 66.9 to only 44.1 jobs per US\$ 1 million of output. This result is not surprising given the shift in the LAC-China export basket toward a greater emphasis on extraction, which supports very few jobs (Ray; Gallagher, 2016, p. 149).

Segundo Barreira e Botelho (2021) o desenvolvimento chinês trouxe com o passar dos anos uma diminuição do grau de exploração da força de trabalho naquele país, mas que esse processo levou a uma “exportação da superexploração” para regiões que correspondem a uma periferia do país na divisão internacional do trabalho, isto é, as atividades ligadas a empresas chinesas nessas localidades remuneram abaixo do valor de reprodução da força de trabalho.

Para Bernal-Meza (2021) a América Latina sofre com uma periferização ou reperiferização, isto é, um retrocesso a um estágio econômico anterior, menos industrializado e

mais dependente das mercadorias primárias. Os últimos trinta anos de desenvolvimento industrial chinês seriam um fator importante desse processo, assim como causa de uma menor integração regional, com a perda de espaço de países como o Brasil e Argentina nas relações com os vizinhos, que passaram a comercializar mais com a China.

Claro que não é um processo de causa única, o autor ressalta que também há responsabilidade local:

pelo fracasso do modelo de inserção pela via da desregulação, do dismantelamento das indústrias estatais, das privatizações dos bens públicos e da abertura comercial unilateral que foram promovidas pelas políticas neoliberais aplicadas pela maioria dos países sul-americanos (Bernal-Meza, 2021, p. 232).

2.5.1. A questão da indústria

A história dos países latino americanos passa por uma busca pelo desenvolvimento muito conectada com as commodities. Em alguns casos como Brasil, México e Argentina já nas primeiras décadas do século XX houve uma industrialização, ainda que limitada a alguns setores, embora no contexto geral da região a industrialização era uma ausência ou muito superficial.

Porém, pelo menos desde as formulações da CEPAL, por volta da década de 1950, existe um desejo mais generalizado de substituição das importações por produção local de manufaturas (Moreira, 2005). A teoria da dependência surge na década de 1960 como outra contribuição importante de crítica ao modelo agroexportador (Luce, 2018).

Nas décadas de 1980 e 1990 as ideias neoliberais se tornam hegemônicas na América Latina, trazendo também o início de um processo ainda em curso de desindustrialização (Medeiros; Cintra, 2015).

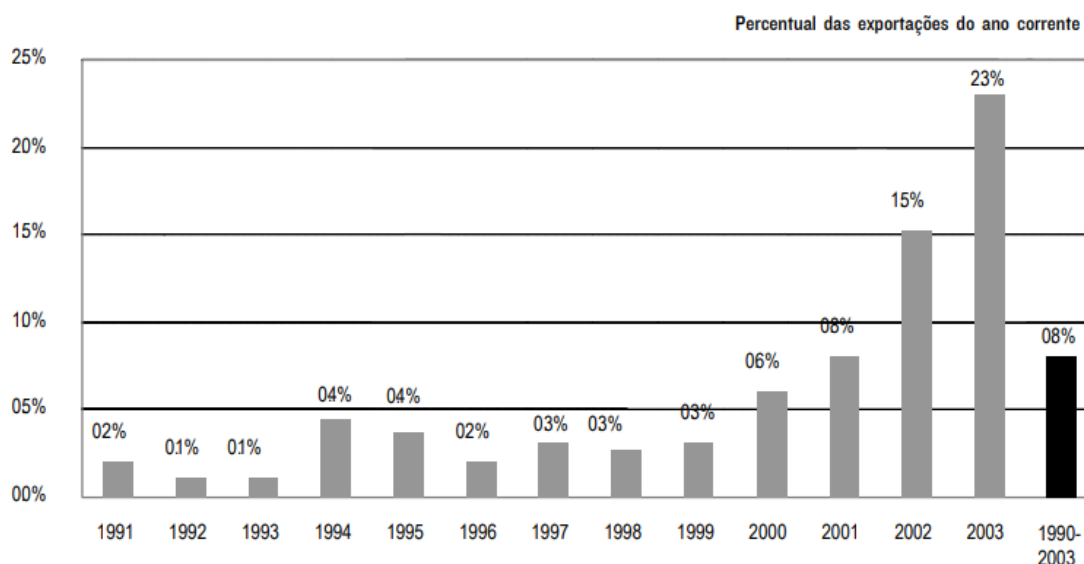
Em meados dos anos 2000, Moreira (2005) e Nabuco (2012) consideram que o desenvolvimento chinês representa um empecilho para a indústria latino-americana. Viam fatores como a grande população e mão de obra e os baixos salários pagos na época como vantagens, assim como o papel do Estado chinês na indução desse projeto industrial:

enquanto a América Latina passou a década de 1990 ocupada em desmontar o Estado intervencionista da era de substituição de importações, a China entrava no mercado mundial construindo um modelo de desenvolvimento muito similar ao de outros tigres asiáticos. Isto é, um modelo de crescimento com forte intervenção do Estado nos mercados de produto e fatores e com o único e claro objetivo de promover a industrialização via expansão das exportações (Moreira, 2005, p. 29)

Esse papel do Estado chinês aparecia de forma a conceder as organizações chinesas uma série de medidas como incentivos fiscais, grande oferta de crédito, flexibilidade quanto ao uso de propriedades intelectuais estrangeiras, entre outras. Isso fortalece a política de “campeões nacionais” em ramos considerados chave para o desenvolvimento industrial (Moreira, 2005).

Para o autor, a China rivaliza principalmente com os países da região que já possuem um maior desenvolvimento industrial e tem participação no mercado mundial de exportações de manufaturados. E isso pode ser visto comparando perdas de espaço em países e mercados e produtos que a china ganhou uma maior porção:

Gráfico 3 - Perdas anuais da América Latina para a China 1990-2003



Fonte: (COMTRADE, apud, Moreira, 2005)

O gráfico evidencia a mudança de patamar que o ano de 2003 representou para a economia chinesa, tendência que se consolidou nos anos posteriores à publicação do estudo em questão. Em contraste, os dados da indústria latino-americana no mesmo período revelam um movimento inverso, marcado pelo decréscimo (Medeiros; Cintra, 2015).

De acordo com Ogasavara, Masiero e Nabuco (2010), a competitividade chinesa apoia-se em dois pilares principais: a ampla disponibilidade de mão de obra barata, considerada praticamente inesgotável, e os ganhos de produtividade oriundos tanto da melhor alocação do trabalho quanto da crescente qualificação impulsionada por políticas educacionais.

As reformas iniciadas em 1978 transformaram profundamente o mercado de trabalho, instalando um regime no qual a produtividade se tornou critério central de eficiência. A partir

da década de 1990, a indústria assumiu papel de setor mais dinâmico da economia chinesa, registrando crescimento simultâneo no emprego e na produtividade, em padrões comparáveis ao “período de ouro” da economia estadunidense (Ogasavara; Masiero; Nabuco, 2015).

O exemplo brasileiro é ilustrativo. Um dos países da região com mais desenvolvimento industrial, ainda que limitado a alguns ramos, viu seu espaço diminuir em mercados em que produtos chineses estão crescendo. Exportações Brasileiras teriam caído 14,4 % (Chile), 8,6% (Venezuela) e 6,8% (Argentina) devido a exportações chinesas para esses países. Além de perder espaço em outros mercados importantes fora da América do Sul, como México, EUA e Europa (Jenkins and Barbosa, 2011, apud Gil Barragán; Aguilera Castillo, 2017).

Entretanto esse cenário pode ter mudanças, se olharmos para os últimos anos. Depois de um longo período em que a China cresceu economicamente com baixa remuneração da força de trabalho industrial, sendo mais competitiva que países da América do Sul, na última década o país vem aumentando seus salários.

Medeiros e Majerowicz (2024) argumentam que o recente aumento dos salários na China pode alterar a dinâmica competitiva global, abrindo oportunidades para certas economias periféricas com base manufatureira, sobretudo nos segmentos que dependem de trabalho menos qualificado.

Contudo, alertam que outros subsectores industriais desses países permanecerão sob forte pressão da concorrência chinesa, especialmente aqueles vinculados às indústrias com excesso de capacidade produtiva, como o aço, e aos setores verdes emergentes, nos quais muitos países periféricos vem tentando se inserir (Medeiros; Majerowicz Gouveia, 2024)

Barragán e Aguilera Castillo (2017) reconhecem o papel positivo que a China exerceu auxiliando o crescimento da região e mostrando boas políticas públicas de redução da desigualdade e de sustentação do crescimento a longo prazo. Porém consideram também as ameaças que essa relação traz para as indústrias da região, diminuindo o espaço no mercado para produtos manufaturados e aumentando a especialização em commodities.

Quadro 2 - Participação do comércio de médio e alto nível tecnológico sobre o comércio total, 2000-2020

	2000	2005	2006	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Importações da América Latina e	9.2	10.3	11.7	8.1	8.1	9.6	7.4	6.3	6.1	6.6

Caribe para a China										
Exportações chinesas a América Latina e Caribe	31.9	42.5	46.1	52.1	47.9	48.4	48.45	49.2	50.1	51.7

Fonte: elaboração própria baseado em China Customs Statistics (Cechimex, 2021) apud Dussel Peters (2022).

Os dados do quadro 2 ajudam a visualizar o tamanho da assimetria na relação sino-latino-americana. O percentual de produtos de maior valor agregado chinês é quase nove vezes maior nas trocas entre os países. Vejamos mais sobre um setor específico da indústria.

2.5.2. As novas tecnologias de informação como dependência

Conforme o capitalismo avança, algumas características vão mudando. Nos dias de hoje a indústria tradicional perdeu espaço para o que chamam de indústria 4.0. Ramo que envolve as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), inteligência artificial, redes sociais e o grande mercado de dados relacionado a isso (Paulani, 2022).

Nesse setor, o ritmo de mudanças é acelerado e hoje se configura uma verdadeira corrida tecnológica protagonizada pelos Estados Unidos e a China. A América Latina acompanha esse processo como consumidora e importadora dessas tecnologias, hoje indispensáveis para quase todos os ramos da economia. Isso amplia ainda mais a distância tecnológica entre a região e os países desenvolvidos, o que aprofunda a dependência (Ribeiro, 2024).

Como mencionado, a China possui grande destaque nesse setor, com empresas como Alibaba, Xiaomi, Baidu, entre outras, sempre com forte articulação com o Estado (Majerowicz, 2020).

O país é um dos principais exportadores de smartphones, notebooks, investe em infraestrutura digital com recentes avanços no 5G e também no campo das inteligências artificiais (Ribeiro, 2024). Outro exemplo disso é o peso no mercado de 5G de duas empresas chinesas: a Huawei e a ZTE juntas possuíam uma fatia de 36% em 2018 (Majerowicz, 2020).

Além do consumo, a América Latina aparece na equação como uma região com grande potencial de dados a serem processados pelas grandes empresas e um local para instalação de Datacenters, que requerem uma boa infraestrutura energética para seu armazenamento e processamento de dados, só a Huawei tem cinco na América do Sul (Ribeiro, 2024).

Outro ponto relevante dessa área é a questão da Cibersegurança. Para Aguillar-Antonio (2023) o vertiginoso avanço tecnológico aprofunda as disputas internacionais e traz potenciais ameaças para as nações dependentes no Ciberespaço.

Segundo o autor, enquanto EUA e China lideram as inovações e também as ações de contenção de problemas de segurança, muitas nações ainda patinam na busca por um marco regulatório dessas tecnologias e medidas que evitem vazamentos de dados e ataques de malwares, que podem gerar sérios problemas econômicos e políticos.

Majerowicz e Medeiros (2018) enfatizam a importância dos semicondutores, alegando que não são apenas um insumo econômico essencial para uma variedade de produtos das TIC, mas um ativo estratégico que influencia diretamente a capacidade militar e a segurança cibernética.

O Exército de Libertação Popular e o Estado chinês incorporaram essa compreensão ao desenvolver doutrinas de “guerra sob condições de informatização”, nas quais a superioridade em chips e infraestrutura digital é considerada decisiva. O controle sobre a produção e o fornecimento desses componentes, portanto, é visto como uma questão de defesa nacional e de soberania informacional, o que explica o apoio e investimento estatal (Majerowicz; Medeiros, 2018).

Há um braço da BRI para o setor, a rota da seda digital (Digital silk road - DSR, em inglês). Por meio do DSR empresas chinesas recebem assistência para expandirem suas atividades na Ásia, África e América Latina. Se caracteriza por agregar:

todo o espectro da interconectividade mundial, abrangendo mecanismos físicos e digitais para facilitar a conexão. Isso abrange equipamentos tradicionais ou infraestrutura pesada, como cabos de fibra óptica, servidores, torres de quinta geração (comumente chamadas de 5G), redes e satélites (Ribeiro, 2024, p. 19).

Para Mejías e Couldry (2019) todo esse processo pode ser considerado um colonialismo de dados. Diferente da expropriação capitalista clássica de mercadorias tangíveis, essas empresas estão atrás da extração de todos os dados que puderem ter.

Dados sociais, de consumo e comportamento em geral são transformados em fontes de lucro, graças a uma vigilância constante. Quando se navega na internet, ou se adquire produtos virtual ou presencialmente, estamos constantemente nos cadastrando e cedendo informações

relevantes sobre nós. As relações sociais passam a ser mediadas por esse mecanismo, muitas vezes de forma pouco clara.

Esse ramo é intrinsecamente conectado ao processo de financeirização do capitalismo e empresas chinesas de alta tecnologia acompanham esse fenômeno. De acordo com Ribeiro (2024), empresas chinesas como a Alibaba e a Didi expandiram fortemente sua atuação no setor financeiro e no modelo de negócios das plataformas digitais, tanto na China quanto em mercados estrangeiros, incluindo a América Latina. Essa inserção, marcada por investimentos em e-commerce, serviços de armazenamento em nuvem e aplicativos de transporte, demonstra a capacidade chinesa de competir com corporações ocidentais e de consolidar cadeias digitais próprias em escala global.

Como observa Paulani (2022), tais plataformas expressam um novo mecanismo de transferência de valor, típico da chamada dependência 4.0, na qual a renda da periferia é drenada para os centros dinâmicos do capitalismo por meio de serviços digitais, em substituição à meios de produção físicos, como máquinas e equipamentos.

Nessa perspectiva, a penetração de empresas como Alibaba e Didi na América do Sul evidencia como a região se mantém como polo subordinado na economia mundial. Ao consumir serviços digitais, fornecer dados massivos e permitir a captura de rendas por meio da “uberização” do trabalho, os países latino-americanos participam de uma nova forma de transferência de valor que beneficia diretamente os países centrais, entre eles a China, hoje repositada como potência tecnológica e financeira.

A China também está inserida no ramo da vigilância e controle social, com algumas empresas (com uso de dados, tecnologias de reconhecimento facial e IA)(Ellis, 2018; Mejías; Couldry, 2019).

A ZTE exportou tecnologias e construiu projetos de vigilância no Uruguai, Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina, seja em sistemas municipais como em Jujuy no interior da Argentina ou com um sistema centralizado nacionalmente como o venezuelano (Gonzalez-Jauregui; Tussie, 2023).

Para Ellis (2013) o setor de telecomunicações tem uma importância estratégica e isso representa uma dependência tecnológica da região, já que boa parte do tráfego de dados passará por essas organizações estrangeiras, incluindo empresas chinesas. Esse protagonismo na área levou até a reações estadunidenses:

hasta en la manera como ha presionado a los países de ALyC para restringir el uso de tecnologías chinas en áreas como las telecomunicaciones e Internet relacionadas con 5G y el desarrollo de vehículos eléctricos, así como acumuladores de alta capacidad y

puertos y trenes de alta velocidad (Terui, 2019, apud Terui Villegas; González García, 2024, p. 11)

Em outros setores de alta tecnologia como satélites, energia nuclear e observação espacial também há projetos em comum AL-China, a exemplos do satélite “Tupac Katari” lançado em 2013 na Bolívia, o acordo sobre usinas nucleares na Argentina e da base de monitoramento espacial na Patagônia Argentina, a primeira lançada fora das fronteiras chinesas (Van de Maele, 2017).

Essa ampliação da fronteira tecnológica no ramo das TIC, segundo Majerowicz (2020), não se dá de forma neutra, mas como instrumento de dominação e controle, voltado tanto para a vigilância das populações quanto para a mercantilização de aspectos da vida social até então alheios à lógica do capital.

Portanto, reduzir a disputa tecnológica a uma rivalidade entre China e Estados Unidos é insuficiente, uma vez que ambos os polos compartilham o objetivo de intensificar o controle sobre os trabalhadores e aprofundar a exploração no capitalismo contemporâneo (Majerowicz, 2020).

2.5.3. Questão do extrativismo

A intensificação do comércio de commodities, colaborada pela aproximação da China na região, gerou um aumento no que alguns autores consideram como neoextrativismo ou “Consenso das commodities”. Um padrão de acumulação que superexplora os recursos naturais, em geral não renováveis, de maneira expansiva e que conta com apoio de diferentes matizes políticas, entendendo o termo consenso como a impossibilidade de debates que questionem esse modelo (Svampa, 2013).

Entre o rol de atividades estão as mais clássicas do extrativismo como mineração e pecuária, mas também grandes projetos de infraestrutura, voltados para atender cadeias de circulação para exportações, com pouca integração intrarregional. Os efeitos são muitos, perda de terras de povos originários e populações rurais, destruição da biodiversidade (Svampa, 2013).

Os setores extrativistas geram grande impacto ambiental e normalmente tem duras condições trabalhistas. As empresas chinesas e organizações locais que comercializam com este país tem sido frequentemente envolvidas nesses conflitos sociais e ambientais (López Arévalo; Rodil Marzábal, 2019; Stallings; Sanborn, 2024).

A mineração provoca a degradação de florestas, montanhas e rios, além do deslocamento de populações (muitas vezes povos originários e/ou populações vulneráveis socialmente), perda de identidade cultural e doenças causadas por substâncias tóxicas advindas dessa atividade (Valderrey Villar; Lemus Delgado, 2019).

O consenso das commodities também provocou perda de soberania alimentar, já que grandes porções de terra são utilizadas por latifundiários de monocultura, normalmente soja e milho, produtos que são comercializados para servirem de biocombustíveis ou ração para animais chineses, como os porcos (Svampa, 2013), enquanto o consumo interno na América do Sul é garantido por pequenos produtores, que sofrem mais com mudanças climáticas e variações de preço.

Para Wallerstein (2007) ideias como progresso e desenvolvimento são trazidas como justificativa por empresas e países interessados em perpetuar essas atividades, mesmo com tantos impactos negativos.

Para seguir gerando lucros e alimentando o desenvolvimento de setores que necessitam desses insumos, setores extrativistas como a mineração e pecuária necessitam estar constantemente expandindo suas atividades, o que amplifica também os conflitos com as populações locais e movimentos sociais contrários (Valderrey Villar; Lemus Delgado, 2019).

A China atualmente não só está envolvida no comércio desses setores, como também desde os anos 2000 investe diretamente com empresas mineradoras, incluindo algumas de propriedade estatal, que atuam na América do Sul. São os casos de China Minmetals, Yankuang Group, Sinosteel Corporation, Shougang, Aluminum Corporation of China Ltd. (Valderrey Villar; Lemus Delgado, 2019).

Além disso, mesmo em âmbito interno, existem críticas a forma como o país lidou com a questão da terra e dos recursos naturais nas últimas décadas. Intensificando uso de agrotóxicos (que cresceu 592% de 1978 a 2008) e levando a lógica empresarial para comunidades agrícolas antes cooperativas e mais bem divididas (Nakatani; Faleiros, 2016).

Registraram-se conflitos entre populações locais e empresas mineiras chinesas na área do povo Nankints, na Amazônia equatoriana, em Pejerreyes no Chile, Rio Blanco no Peru e na província de La Rioja na Argentina. Apesar de não serem numerosos, esses casos exemplificam que a relação com as empresas da China não altera práticas de empresas transnacionais do centro do capitalismo que exploram recursos naturais na América Latina (Valderrey Villar; Lemus Delgado, 2019).

Impulsionada pela crescente busca internacional por minerais essenciais à transição energética, a América Latina pode estar prestes a vivenciar um novo ciclo de valorização das

commodities. A abundância regional de recursos como o lítio, cobre e outros minerais estratégicos tem gerado expectativas quanto à possibilidade de firmar acordos comerciais, inclusive com parceiros como a China. Ao contrário de integrar mais a região, esse processo gera uma maior concorrência para fechar contratos para exportação de commodities (Svampa, 2019).

Apesar disso, os custos e os impactos ambientais e sociais associados à exploração desses recursos são elevados e, em alguns casos, mais intensos do que os provocados pela mineração tradicional na região, a exemplo da exploração de lítio em salares no norte do Chile e Bolívia (Stallings; Sanborn, 2024).

2.5.4. Sobre a IIRSA

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), articulada desde 2005 no âmbito do Conselho de infraestrutura e planejamento (COSIPLAN), focada na construção de infraestruturas voltadas principalmente aos setores de transporte e energia, com o objetivo de facilitar a extração e a exportação de recursos naturais da América do Sul (Escalante Moreno, 2019).

A IIRSA reúne mais de trezentos empreendimentos: como rodovias, pontes, hidrelétricas, gasodutos e outras. São parte de um amplo plano de integração regional que busca criar corredores multimodais e fortalecer a conectividade continental (Pessanha, 2018).

A territorialização da infraestrutura passa a facilitar o acesso a novos fluxos, oportunidades de exploração e integra os espaços existentes ao restante do sistema capitalista, oferecendo assim novas oportunidades de acumulação e espoliação a partir das demandas do mercado e do capital. Mas se alterarmos de escala, percebe-se que quem controla as grandes cadeias produtivas interessadas na territorialização destas infraestruturas, e que se apropriam do excedente escoado pela IIRSA, são corporações globais (em sua grande parte controlada pelo capital financeiro) e Estados imperialistas (Pessanha, 2018, p.128-129)

Para Pessanha (2018) a China é um desses Estados imperialistas citados, que visam facilitar e expandir a circulação de mercadorias dos países dependentes sul-americanos para os países centrais. Embora a IIRSA tenha origem em interesses do capital internacional, esse interesse tem contradições e períodos de baixa, o que levou a diversos projetos executados serem financiados pelos próprios países sul-americanos, impulsionados por receitas da exportação de commodities e pela crença de que a reestruturação espacial traria ganhos logísticos e competitividade internacional. Essa política se dá com a compreensão de que assim

estarão melhor inseridos no mercado capitalista mundial e poderão acessar melhores níveis de desenvolvimento econômico.

Padula (2014) analisa que a IIRSA resultou em uma combinação de propostas voltadas tanto à integração regional quanto à inserção dos espaços sul-americanos nos fluxos e mercados globais. No entanto, a iniciativa falhou em atrair investimentos privados e desenvolver alternativas eficazes de financiamento, concentrando-se majoritariamente em projetos rodoviários dispersos, muitos deles direcionados à exportação pela costa.

Para ele, a criação do COSIPLAN no âmbito da UNASUL e a incorporação da IIRSA como seu órgão técnico foram uma tentativa de conferir maior controle político e estratégico aos governos sul-americanos sobre os projetos de infraestrutura. Essa iniciativa buscava superar o caráter predominantemente técnico da IIRSA, ampliando as formas de financiamento e também a coordenação institucional. Contudo, a coexistência de atores estatais e não estatais com diferentes níveis de comprometimento com o novo conselho limitou a efetividade dos resultados esperados (Padula, 2014).

Segundo o autor, a presença de governos e elites locais com uma política econômica liberal, que visava facilitar a entrada de mercadorias manufaturadas e escoamento de commodities. Padula (2014) argumenta que a América do Sul se mostra vulnerável à influência de potências externas devido à ausência de um projeto político e econômico articulado entre os países da região, bem como à inexistência de um país hegemônico capaz de liderar uma estratégia regional.

Diante desse cenário, o autor defende que a integração regional e de infraestrutura deve assumir objetivos geopolíticos próprios, alinhados a metas socioeconômicas, combinando dimensões internas — como a apropriação estratégica dos recursos naturais e a organização territorial — com dimensões externas voltadas à soberania, segurança e projeção de poder. A integração física, nesse contexto, deve ser compreendida como instrumento para o desenvolvimento e valorização do território em sua totalidade, o que não foi alcançado na IIRSA (Padula, 2014).

Para Ersina (2018) tampouco a IIRSA alcança esses objetivos, mas funciona como um organismo alinhado aos interesses das grandes potências e suas corporações transnacionais, articulada por organismos como o BID, e inserida na lógica de aprofundamento da dependência e da acumulação desigual de capital.

2.6. Conclusões Analíticas da revisão de literatura: Contribuições, Contradições e Desafios

A análise da literatura ajuda a compreender o estado da arte nos estudos do tema e a tirar algumas conclusões.

Primeiramente, é válido ressaltar o peso que a história tem em uma análise do tipo. O desenvolvimento dos países estudados e de suas relações carrega consigo mudanças significativas ao longo do tempo. Até a década de 1980 a América do Sul tinha países mais industrializados que a China, hoje não há qualquer comparação, o volume e a sofisticação da produção chinesa superaram em muito os países daqui.

Por isso, muitos autores sustentam que no período estudado se configurou uma relação assimétrica, que na prática se afasta de uma cooperação Sul-Sul que é sustentada em muitos discursos oficiais chineses e mesmo da AL.

A China se tornou a segunda economia do mundo, se não tem o mesmo peso cultural e militar dos EUA, consegue competir e até liderar em muitos mercados relevantes, como é o caso das redes 5G. Até por isso vem travando uma guerra comercial contra a principal potência mundial nos últimos anos, com tarifas e outras medidas protecionistas da parte dos EUA (Dussel Peters, 2022).

Ao mesmo tempo que acontece essa disputa, nos mandatos de Hu Jintao (2003-2012) e Xi Jinping (2013-ainda em curso) o país tentou se integrar mais em fóruns internacionais advogando por uma coexistência pacífica e sem intervenções externas. Fato que traz duas perspectivas. Por um lado, se mostra uma política externa mais amigável aos países do sul, mas que não se enquadra como um desafiante a ordem mundial que preserva a dependência e a desigualdade entre os países.

Assim como essa questão, há outras que possibilitam interpretações diferentes. Essa variedade estimula que não se olhe para a China de maneira binária ou maniqueísta. Analisar esse país sem a ótica do orientalismo nem tampouco o enxergando como o grande salvador dos problemas da América Latina e do mundo. A relação pode ser boa de nível imediato como parceiro econômico alternativo aos EUA, porém trazer problemas para a região a longo prazo (Vadell, 2011).

O que se depreende da literatura é que a maioria dos autores defende a hipótese de que a relação China x AL reproduz uma dinâmica de dependência tal como outros países centrais do capitalismo, como Japão e Inglaterra. Ainda que até o momento não possua intervenções políticas ou condicione empréstimos e investimentos na região a adoção de determinada política, como faz os EUA ou instituições como o FMI.

Gransow (2015) vê como um dos objetivos chineses para a região reproduzir a relação que o país teve com o Japão na década de 1970, em que trocaram recursos primários chineses por empréstimos e investimentos japoneses em infraestrutura.

De todo modo, a separação de política e economia nem sempre é tão clara. Alguns autores defendem que após a guerra fria, com a defesa de figuras como Fukuyama e Thatcher sobre fim da história, de que não haveria alternativas ao capitalismo, as disputas entre Estados passaram a se concentrar no campo econômico, sob aparência de uma maior liberdade, porém com relações desiguais em que o sócio majoritário (mais desenvolvido) usa os países periféricos para alcançar suas metas políticas e econômicas (Chávez; Lee, 2019).

Em suma, a literatura apresenta um estágio avançado de estudos nos últimos anos, o que contribui para este trabalho e pode ajudar a verificar a hipótese e cumprir os objetivos determinados. Ainda assim o tema apresenta vários aspectos a serem explorados, e tende a crescer em relevância, com a disputa sino-americana e hipóteses de que os chineses buscarão ser a principal potência hegemônica mundial (Solomon, 2020).

Os próximos capítulos buscarão se aprofundar em dois aspectos específicos dessa relação, os projetos e iniciativas chinesas na região e as relações econômicas no período entre 2003 e 2023.

3 - Projetos e perspectiva chinesa para a relação com a América do Sul

Este capítulo visa analisar a perspectiva chinesa para a região. Entender quais são os principais projetos, parcerias e áreas de investimento entre a República popular da China e a região da América do Sul.

Para Zhang (2024) a década de 2003 a 2013 é caracterizada por um desenvolvimento de relações estratégicas, enquanto 2014 a 2023 seria um momento de aprimorar essas parcerias, estratégicas na perspectiva chinesa.

Como a análise abarca um período de vinte anos, é natural que tenham havido mudanças e processos não lineares nesse tempo. Para facilitar o entendimento dessa temporalidade o capítulo será dividido em duas seções: Uma tratando dos dez anos de governo de Hu Jintao e a outra os dez primeiros anos do governo Xi Jinping. Dentro de cada seção haverá subseções para aprofundar determinados temas a serem explicitados. Após essas seções gerais sobre os governos, se buscará analisar alguns dos principais projetos chineses do período.

3.1 - 2003-2013 Os anos de Hu Jintao

Assim como dito anteriormente, os primeiros anos do governo Hu Jintao representaram uma grande virada na relação da China com a região. Houve aumento de relações comerciais, diplomáticas e políticas. Isso se concretizou também em investimentos diretos chineses na região, em ramos como infraestrutura e energia.

Segundo Martinez Piva (2024), a política externa chinesa tem uma inflexão importante durante a abertura dos anos de Deng Xiaoping, na década de 1970 em diante o país adota o “ascenso pacífico”, e o governo Hu Jintao advoga por uma continuidade dessa política. Segundo o próprio presidente Hu, com um entorno pacífico, sem conflitos ou intervenções externas em outros países, o desenvolvimento chinês poderia prosperar (Teng, 2007).

Em 2004 o presidente Hu Jintao realiza as primeiras viagens para América do Sul, visitando Argentina, Brasil e Chile, a época três países governados pela centro-esquerda. Em declaração no congresso brasileiro expõe a ideia de benefício mútuo, relações ganha-ganha e aprofundar a parceria entre os países, em novembro do mesmo ano anuncia um plano de investimentos de 19 bilhões de dólares americanos na Argentina e 5 bilhões em projetos de infraestrutura no Brasil (Teng, 2007).

Autores como Xing (2024) acreditam que a estratégia da China do governo Deng Xiaoping em diante pode ser comparada ao modelo de desenvolvimento Sul-coreano, Japonês e Taiwanês. Foco nas exportações de produtos industriais, com preços baixos devido a subsídios e apoio do Estado, investimento em aumentar a produtividade e baixos salários. Muitas empresas estadunidenses e europeias migraram suas plantas industriais para a China durante esse período, se tornando a “fábrica do mundo” (Martínez Piva, 2024).

Para Xing (2024), a industrialização chinesa se conecta, portanto, com a desindustrialização de outros países, tanto desenvolvidos como alguns países da América do Sul também. Até 2010, esse processo teve uma relativa harmonia, com aparente benefícios mútuos.

No entanto, ainda existia entre os formuladores de política externa chinesa uma contradição. Ver o país como uma grande potência por sua história, tamanho populacional ao mesmo tempo que um país em desenvolvimento, ainda débil em alguns ramos econômicos e na geopolítica. Isso era concretizado com uma política externa mais “*low profile*”, escondendo suas capacidades e esperando o momento certo (Suisheng, 2010).

Os formuladores dessa política entendiam que os anos 1990 eram sensíveis, após a queda da União Soviética e outros regimes socialistas, além das sanções aplicadas a China após os acontecimentos em Tiananmen. O país ainda não estaria econômica e politicamente pronto para dar um passo adiante em uma política mais assertiva (Suisheng, 2010).

Segundo Suisheng (2010), alguns analistas consideram que o governo Hu Jintao representa uma mudança nesse paradigma. Cresce a influência chinesa pelo mundo, em uma postura mais ativa, para alguns críticos vista como agressiva. Para o autor, essa foi uma mudança necessária, pelo poder ascendente do país no século XXI.

Cita como exemplo o aumento do investimento militar, como na demonstração militar ocorrida em 2009, em que o governo chinês convidou autoridades de 29 países para realizar um intercâmbio militar, em que confirmou a alguns que a China pretendia construir um porta-aviões de poderio comparável às potências militares. Assim como iniciativas de *soft-power* com ações diplomáticas, aumento de transmissões internacionais de televisões chinesas e estabelecimento de centenas de institutos Confúcio pelo mundo (Suisheng, 2010).

Como já tratado anteriormente, foi um período importante para as relações com a América do Sul. O governo chinês no mandato Hu Jintao assinou alguns acordos

multimilionários, tal como os acordos de exploração e compra do petróleo venezuelano durante o governo Hugo Chávez, presidente que tinha uma política de embate com os EUA (Suisheng, 2010).

3.1.1 – Investimentos

Em relação aos investimentos, a década de Hu Jintao no poder teve grande crescimento, tanto interna quanto externamente. A China cresceu seu investimento externo direto em áreas diversas, mas na América do Sul esses investimentos se concentraram no extrativismo, em especial mineração e hidrocarbonetos. Mesmo com a crise de 2008, o fluxo de investimento direto chinês em outros países seguiu crescendo (Pérez Ludeña, 2017).

Destacam-se dois acordos de livre-comércio na região, em 2005 com o Chile (ampliado em 2008) e 2009 com o Peru, reduzindo tarifas e barreiras não alfandegárias e ampliando a conexão chinesa com esses dois países da costa do oceano pacífico (Sims; Lee; Lee, 2025).

Sims, Lee e Lee (2025) ainda relacionam os investimentos chineses na América do Sul como uma fonte de estabilidade política e econômica, já que esses países necessitam de boa porcentagem de investimentos em infraestrutura para obterem crescimento econômico, o que é um desafio em economias periféricas, que normalmente não contam com esse apoio das economias centrais.

Quadro 3 - Dez maiores aquisições de companhias chinesas na América do Sul

Ano	Objeto da aquisição	País	Comprador	Vendedor	Indústria	Valor (milhões de dólares)
2010	Repsol Brasil (40%)	Brasil	Sinopec	Repsol	Petróleo	7.100
2014	Mina Las Bambas	Peru	Minmetals	Glencore	Mineração	7.005
2012	Petrogal Brasil	Brasil	Sinopec	Galp	Petróleo	4.800

2015	Jupia & Ilha Solteira	Brasil	Three Gorges	Governo do Brasil	Eletricidade	3.680
2010	Bridas (50%)	Argentina	CNOOC	Bridas	Petróleo	3.100
2011	Peregrino Field (40%)	Brasil	Sinochen	Statoil	Petróleo	3.070
2014	Petrobras Peru	Peru	CNPC	Petrobras	Petróleo	2.600
2011	Occidental	Argentina	Sinopec		Petróleo	2.450
2011	Companhia brasileira de metalurgia e mineração	Brasil	China Niobium	Moreira Salles	Mineração	1.950
2010	Ribeirão Preto	Brasil	Stategrid	Elecnor	Eltricidade	1701

Fonte: (Bloomberg Apud Pérez Ludeña, 2017 Quadro: elaboração própria)

Há realmente uma política pública de incentivo ao investimento estrangeiro direto. Na visão de Pérez Ludeña (2017) a China prioriza projetos que lhe garantam acesso a recursos naturais, ampliem sua fronteira tecnológica e fortaleçam a industrialização do país e suas exportações. Em ramos estratégicos essa política é acompanhada de financiamento dos bancos estatais chineses. Mais recentemente, com o aumento salarial médio na China, os investimentos em países periféricos também visam um menor custo com a força de trabalho (Pérez Ludeña, 2017).

Ainda que as empresas tenham forte influência do Estado chinês, essa movimentação não representa somente um fluxo de capitais privados, pois na China há uma forte participação estatal na economia:

Although 89% of Chinese companies that invest abroad are privately owned, more than 63% of Chinese outward stock belongs to SOEs, which reflects the fact that the larger companies are still state-owned, especially in strategic sectors like finance or extractive industries (Chen and Perez Ludeña 2014).(Chen e Pérez Ludeña, 2014 Apud Pérez Ludeña, 2017, p. 9).

Uma questão que dificulta a mensuração dos investimentos chineses na região é que muitas vezes são contabilizados como originários de Hong Kong, Taiwan, Macau ou outros paraísos fiscais pelo mundo. Luxemburgo foi considerado país de origem do investimento na compra da subsidiária da Repsol no Brasil, devido a empresa chinesa Sinopec ter feito a compra por uma afiliada nesse país (Pérez Ludeña, 2017).

3.1.2 – Primeiro documento chinês sobre América Latina e Caribe

Em 2008 a China lança um documento público sobre sua política para a América Latina e Caribe (Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, 2008). O tom do documento é de uma diplomacia afeita ao benefício mútuo, multilateralismo e relações pacíficas entre os países. Seu objetivo é explícito: definir a política da China para a região, seus princípios e orientações gerais de cooperação e desenvolvimento com esses países, caracterizados como aliados.

O documento reconhece a intensificação da relação no século XXI e caracteriza que são países em estágio de desenvolvimento semelhante ao chinês, o que confere ainda mais possibilidades de cooperação em pé de igualdade nas áreas econômica, comercial, científica, tecnológica, cultural e educacional, etc (Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, 2008).

Um critério utilizado pelos chineses na aproximação com esses países é a conformidade com a ideia de uma só China, isto é, não reconhecimento nem manutenção de relações com Taiwan.

Esse elemento é apenas parte da relação política que se insere nos objetivos do documento. O governo chinês vê com bons olhos intercâmbios políticos entre líderes do executivo, partidos, casas legislativas e ações coletivas em organismos diplomáticos.

Obviamente a relação econômica também tem destaque, seguindo a mesma linha de cooperação Sul-Sul, benefício mútuo e diálogo para estabelecer equilíbrio nas relações comerciais. A China diz incentivar que empresas chinesas de diferentes ramos invistam na região, assim como instituições financeiras se estabeleçam e até mesmo negociem reduções e perdão de dívidas com países da região.

O texto vai atravessando outros aspectos de potencial parceria, como cultura, educação, ciência (como tecnologia aeroespacial, biocombustíveis, tecnologias ambientais...) colaborando com a experiência chinesa e também ouvindo sobre os avanços locais nessas áreas.

A parte ambiental tem sua vez, o governo chinês afirma que a América Latina e Caribe são regiões fundamentais para conter o avanço do aquecimento global e as mudanças climáticas, colocando-se a disposição para construir coletivamente planos de redução e superação desses problemas.

Uma questão em comum entre os países, e que a China obteve sucesso nos últimos anos foi a redução da pobreza. O documento enumera algumas ações concretas em relação a isso:

El Gobierno chino está dispuesto a fortalecer el intercambio y la colaboración con los países latinoamericanos y caribeños en la reducción de la pobreza y la disminución de la brecha entre los ricos y los pobres, promover a los organismos de alivio de la pobreza de ambas partes a establecer amplios enlaces de colaboración e intensificar actividades de intercambio de información e investigación conjunta interinstitucionales (Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, 2008, p. 8).

Outro ponto relevante é a cooperação militar, a China se coloca como parceira em possíveis treinamentos, ações de paz, intercâmbio de pessoal, cooperação judicial e policial entre os países. Ao fim, se coloca como um apoiador e não um concorrente dos organismos de cooperação regional latino-americana e caribenha.

3.1.3 política externa no período Hu Jintao

Em 2009 a China oficializa que a base de sua política externa seria a relação com os países em desenvolvimento. Isso é visto mais claramente com relação a nações africanas do que sul-americanas devido a um certo receio de entrar em conflito com os EUA em uma região historicamente próxima a essa potência, o que mudaria no governo Xi Jinping (Yu, 2015).

Yu (2015) ressalta que para muitos autores chineses claramente essa expansão das relações é também um ato político (combinando práticas de *Hard e soft power*), de aumento da influência externa e possível redução da dependência chinesa de transações com mercados do capitalismo central, como Europa e EUA.

Esse momento de expansão e afirmação geopolítica se baseia em muitos aspectos a filosofia Confuciana. Autores como o cientista político Yan Xuetong é um dos que relaciona conceitos morais como a equidade e justiça confucianas como princípios para o poder chinês. Na disputa hegemônica com os EUA a China representaria um hegemon mais benevolente, com

um Estado forte que se preocupa e satisfaz as necessidades de segurança e econômicas de outros países (Yan, 2019 Apud Fierro De Jesús, 2020).

3.2 - 2013-2023 A primeira década do Governo Xi Jinping

Em março de 2013 Xi Jinping assume a presidência da República popular da China (Martínez Piva, 2024). O décimo segundo plano quinquenal chinês, aprovado dois anos antes da ascensão de Xi Jinping já caracterizava a necessidade de o país aprofundar relações políticas e econômicas com o exterior e estimular empresas de diferentes níveis a investir em outros países, se qualificando como multinacionais competitivas no cenário global. Essa política era resumida no termo “*going-out*” (Shixue, 2017).

Um exemplo de mudança é a política monetária de privilegiar transações e até reservas com a moeda local (Renminbi) (Martínez Piva, 2024). Na década de 2010 o modelo de crescimento chinês é alterado, o valor da força de trabalho sobe, há mais investimento em alta tecnologia, reduzindo a dependência externa desse tipo de produtos e encarando de frente os EUA em várias frentes da disputa tecnológica (Xing, 2024).

Essa política de afirmação chinesa se dá também em reação a como os EUA passaram a tratar o país, desde a segunda gestão de Barak Obama, a China é identificada como um rival econômico e uma ameaça política (Borquez; Lemus Delgado, 2024).

3.2.1 – Investimentos no período Xi Jinping

Em relação aos investimentos diretos na América do Sul, 90% se concentra em extrativismo, mas nos anos de Xi Jinping houve certa diversificação. A manufatura responde ao maior número de projetos, ainda que de valores bem mais baixos que os do extrativismo, e tenta acessar mercados de consumo locais (Pérez Ludeña, 2017).

Nos primeiros anos da década de 2010 houve grande crescimento, porém com a crise econômica que se abateu mais fortemente na segunda metade da década, baixa nos preços de commodities e algumas instabilidades políticas na região, esse investimento se estagnou (Pérez Ludeña, 2017).

Para Shixue (2017), naquele momento os principais objetivos chineses na América do Sul eram o acesso a matérias primas, entrada em um grande mercado consumidor e de quebra um movimento de aproximação com o mercado estadunidense, mais próximo da região, em um possível efeito trampolim. Sem contar que o país possuía um excesso de divisas, logo pela lógica de expansão do capital, fazia sentido investir em países desse tipo.

Muitas das subsidiárias chinesas na América do Sul se caracterizam como meras montadoras, dependendo de importações de peças chave de suas mercadorias que são trazidas diretamente da sede na China (Pérez Ludeña, 2017).

No entanto, Shixue (2017) considera que a presença dessas indústrias, mesmo montadoras, revela que são mitos as acusações de que a China só investe em atividades extrativistas e não gera benefícios para a região. Menciona inclusive o caso da Sinopec, empresa chinesa de energia que tem projetos sociais na Colômbia, envolvendo modernização das atividades de pequenos produtores rurais locais e construção de escolas e outros investimentos na educação da área que atua.

Algo que vem se intensificando na relação sino-sul-americana é a compra de terras por parte da China. Ainda que o capital chinês apareça diluído em empresas e recursos de outros locais, ele faz parte desse processo:

Em função das formas de produção e do padrão de consumo praticados atualmente no mundo, as terras agricultáveis, ou com potencial futuro para a agricultura, ao lado de regiões estratégicas do ponto de vista da aquisição de recursos minerais e hídricos essenciais para a produção capitalista e para a reprodução da vida humana, serão cada vez mais escassos no futuro. Isso, aliado à recente ofensiva do capital financeiro travestida de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) no setor primário de países periféricos, indica uma corrida de alguns países – centrais e periféricos –, empresas agrícolas e fundos de capital, por terras ao redor do mundo, sendo a América Latina, a África e a Austrália os principais alvos dessa ofensiva. A China representa o mais importante e pouco explicado componente desse intrincado processo (Faleiros et al., 2014).

3.2.2 Política externa nos primeiros dez anos de Xi Jinping

No governo Xi Jinping a política externa do ascenso pacífico dá lugar a uma linha mais assertiva na defesa dos interesses chineses, em um contexto de maior rivalidade com os EUA (Martínez Piva, 2024). O país passa a defender o “sonho chinês”, com objetivo claro de se tornar um país socialista altamente desenvolvido, para tal apresenta um projeto alternativo de globalização, autóctone, distinto dos modelos estrangeiros (Borquez; Lemus Delgado, 2024).

Sobre a questão do destino comum da humanidade, a política do governo Xi Jinping entende que, mesmo com um olhar sinocêntrico, a humanidade possui um caminho comum, com interdependência e responsabilidade mútua entre os países (Borquez; Lemus Delgado, 2024).

Em 2014 o presidente Xi Jinping compareceu ao fórum China-CELAC, reafirmando os objetivos estratégicos das parcerias com a região e o princípio do não alinhamento, que permeia a relação (Zhang, 2024).

Foram diversas parcerias estratégicas firmadas ou aprofundadas durante esses vinte anos, ainda que possuam particularidades: A Venezuela possui a parceria mais estratégica (sendo um parceiro All-weather), mas também Brasil, Argentina, Chile e outros tem uma classificação de parceria estratégica compreensível. (Zhang, 2024)

3.2.3 - 2016 segundo documento sobre América Latina e Caribe

Em 2016 a posição chinesa no mundo já havia mudado. Logo na introdução já se coloca que é uma “fase crucial da realização da grande revitalização da nação chinesa”, afirmando que até 2020 o país tem objetivo de se tornar ao menos “confortável” em todos os aspectos e, que até 2050 deve se tornar um socialismo próspero e desenvolvido, sempre com política externa pacífica e harmoniosa (República Popular da China, 2016).

Por outro lado, não ignora que houve uma crise econômica a nível global em 2008, e que esta representa um desafio ainda a ser superado, tanto pela China como também na região a que o texto se endereça.

Isso tem consequências no conteúdo do documento. Se percebe que já há relação mais estabelecida em um patamar de cooperação mais estratégico. O texto destaca que desde 2013 vêm ocorrendo uma série de iniciativas propostas pela China para fortalecer os laços. A iniciativa cinturão e rota já existe, e ainda que não esteja oficialmente na região, o texto já expressa um desejo de conectar os projetos aos países latino-americanos e caribenhos.

O estabelecimento do fórum China-CELAC é visto com bons olhos, já que permite maior simultaneidade e integração nas negociações e parcerias, e não enfraquece os diálogos bilaterais pré-existentes ou visa excluir e ir contra alguma outra região ou país, segundo o documento. Essa última menção de fato parece um recado dado aos EUA, principal parceiro

econômico/político e país hegemônico na região das Américas durante décadas, em uma década em que a rivalidade com os chineses se intensifica.

A parte chinesa está se empenhando em forjar uma nova estrutura de "quinteto" das relações China-América Latina e Caribe, composta por sinceridade e confiança mútua na área política, cooperação e ganhos compartilhados na área econômica e comercial, intercâmbio e aprendizado mútuo na área cultural, colaboração estreita nos assuntos internacionais, fomento mútuo entre a cooperação integral e as relações bilaterais, com o fim de elevar a nossa Parceria de Cooperação Abrangente a um novo patamar, fazendo com que a China e a América Latina e o Caribe se tornem em uma comunidade de destino comum do desenvolvimento conjunto (República Popular da China, 2016, p. 2).

Reforçam o critério de apoio a reunificação da China, agradecendo o apoio da maioria dos países da região a causa de “uma só China”. Atualmente na América do Sul somente o Paraguai reconhece Taiwan como um território independente e desafia essa política da República Popular da China (Dalbosco, 2022).

Especificando mais quais são essas políticas de aproximação e seus projetos, o documento menciona o 1+3+6, formato de cooperação que se caracteriza por:

a cooperação nas áreas de comércio, investimento e finanças como a força motriz, e que toma a energia, recursos naturais, construção infraestrutural, agricultura, indústria manufatureira, inovação científica e tecnológica e tecnologia informática como prioridades de cooperação) e explorar ativamente o novo modelo de cooperação da capacidade produtiva de "3×3" (isto é, a construção conjunta de três canais que são os de logística, de eletricidade e de informação, a realização da interação virtuosa entre as empresas, a sociedade e os governos, assim como a expansão e o desenvolvimento dos três canais de financiamento, que são os de fundos, de créditos e de seguros)(República Popular da China, 2016, p. 2).

Segue promovendo o multilateralismo, promete tratar com igualdade política e econômica os países da região, assim como organizações sub-regionais, criando uma rede de integração plena com governos federais, casas legislativas, órgãos de governança municipal e partidos políticos.

Na economia deseja aprofundar as trocas, trazendo produtos de alto valor agregado e intensivos em tecnologia. Apoiando a entrada de empresas chinesas na região, mas sem deixar de lado o suporte para que estes passem a se tornar mais independentes em seu processo de desenvolvimento.

Subdivide os ramos econômicos, destacando no setor financeiro o objetivo de expansão de negócios utilizando moedas locais, criação de fundos de créditos específicos para investimentos em infraestrutura e capacidade produtiva.

Já nos setores de Energia, infraestrutura e indústria a China expressa a importância do desenvolvimento sustentável, expansão logística, da rede elétrica e de comunicação, reduzindo

custos e favorecendo instalações de parques industriais e zonas de livre comércio que favoreçam a relação entre os países com a China.

Desejam levar inovação técnico-científica para esses ramos, assim como para atividades agrícolas e até mesmo na área espacial, com infra de satélites e outras tecnologias.

Sobre a questão ambiental cita parcerias para preservar ecossistemas marinhos e terrestres, controle de poluição de rios e lagos, assistência em catástrofes, evitar acidentes com danos ambientais. Seguindo a cartilha do acordo de Paris e da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável. Além disso, cita cooperação em âmbitos sociais como saúde, educação e cultura.

Uma questão que em 2008 não foi incluída, e em 2016 ainda não era tão discutida, mas está presente no texto é a segurança cibernética. A China já se coloca como uma apoiadora de uma regulação democrática e multilateral para o ambiente online, postura contrária a qualquer empresa que favoreça instabilidade política e econômica por meio das redes sociais.

Em geral é um texto mais concreto, menos genérico em seus termos, o que denota um aprofundamento dessa relação. Resta comparar esse discurso com ações práticas. Para Van de Maele (2017) o documento de 2016 centra mais na dimensão política do que o de 2008 e representa uma nova fase nas relações entre esses países.

3.2.4 - BRI na América do Sul

Em 2017 a China anuncia seus planos de inclusão da América Latina e Caribe na Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), dentro de poucos anos cerca de 20 países da região adentraram no projeto oficialmente, assim como outros a exemplo do Brasil, ainda que não estejam oficialmente, tem boas relações bilaterais e projetos em parceria com os chineses (Xing, 2024).

Zhang (2018) ressalta a importância geopolítica dessas iniciativas categorizadas dentro da BRI. Fomentam novas regras para transações e investimentos, expandem a influência chinesa e buscam de fato a consolidação de uma nova ordem mundial, o que é evidenciado com os mais de cem países ou organizações internacionais que já fizeram acordos de participação na BRI, entre eles países sul-americanos, como Peru e Chile (Terui Villegas; González García, 2024).

Niu (2018) destaca o modelo 3x3 para o desenvolvimento das relações sino-latinoamericanas. A cooperação teria três bases, informacional, logística e de energia nas quais

três atores agiriam: a sociedade, as empresas e o governo. A relação se daria por três vias financeiras, sendo elas empréstimos, seguros e fundos de investimento.

Alguns dos projetos planejados pela China tiveram dificuldade de implementação por questões locais, de cunho político ou econômico, durante a década de 2010. Podem ser citados alguns projetos de infraestrutura de transportes, como os trens de alta velocidade no Brasil e na Venezuela, ambos os projetos até hoje não concretizados (Niu, 2018).

O caso Venezuelano foi uma experiência formativa para a China na região. Assinado pela *China Railway Group Limited* e pelo Departamento Nacional de Ferrovias da Venezuela no ano de 2009, o projeto era bilionário e previa a construção de vias ferroviárias eletrificadas, com trens que chegariam a velocidade de 220 km/h, e seria entregue até 2012. A ferrovia visava conectar Tinaco e Anaco passando por quatro estados venezuelanos (Niu, 2018).

Acontece que a Venezuela vinha passando por dificuldades econômicas, incluindo em suas causas a baixa no preço do petróleo e um bloqueio de diversas mercadorias imposto pelos EUA, adversário político do governo local. E com isso não conseguiram arcar com os compromissos financeiros do projeto, o que levou uma reflexão aos chineses: Mesmo com proximidade política, a hierarquia na análise de viabilidade de qualquer projeto desse porte deve ser econômica (Niu, 2018).

Ainda assim, apesar do recuo nesse projeto, a China Railway Group Limited concluiu a reconstrução e a ampliação do Porto de Palua com um valor contratual de US\$ 112 milhões no ano de 2015. Além de variados projetos de infraestrutura nos demais países da região (Niu, 2018).

Outro projeto de relevância na região é a ferrovia Bioceânica, que ligaria a costa do Atlântico no Brasil ao oceano pacífico no Peru, ainda não concluído, esse projeto é um sonho antigo, e começou a ser pensado em conjunto com os chineses em 2015. Sua construção facilitaria custos de exportação para a Ásia e até mesmo ajudaria na integração de locais que passasse, como áreas do agronegócio com o litoral, mas ainda enfrenta dificuldades financeiras e com possíveis consequências sociais e ambientais (Niu, 2018).

Alguns dos projetos chineses da região são tocados por mão de obra chinesa. As empresas do país alegam ser mais fácil assim pois já são profissionais treinados e acostumados com esse modelo de trabalho, o que reduz problemas trabalhistas e custos. Conforme o salário médio na China se torna mais alto, pode ser que esse cenário se modifique (Niu, 2018).

A BRI é uma política com poucos anos de existência e enorme responsabilidade. Engloba projetos em vários continentes e isso pode gerar uma expectativa alta demais para que a China cumpra em tão pouco tempo, alguns pesquisadores chineses temem que o fracasso em algumas iniciativas possa descredibilizar o projeto (Zhang, 2018).

Weidong (2017) crê que a BRI é a materialização do projeto chinês de uma globalização mais inclusiva, uma filosofia de paz e desenvolvimento mútuo, muito necessária para o período turbulento que atravessa a humanidade.

Abaixo destacaremos alguns dos principais projetos chineses desenvolvidos na região durante o período estudado.

3.3 - Exploração de petróleo

Os anos de alto crescimento e produção industrial levaram a China a possuir alta demanda de importação de petróleo (o país importa cerca de metade do petróleo que consome desde a década de 1990). O assunto é tratado como segurança nacional e fonte de estabilidade ao regime (Leite; Lira, 2011; Wu, 2014).

Para Wu (2014) a política chinesa tem três elementos principais: Investimento direto em petróleo em regiões produtoras; Acesso a reservas estratégicas de petróleo e avanço em combustíveis e gases não convencionais.

Em 1998 o governo chinês reestruturou o setor petrolífero aumentando a concorrência entre as três principais estatais do ramo, que antes cuidavam de etapas distintas do processo produtivo. A China National Petroleum Corporation (CNPC), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e China Petrochemical Corporation (Sinopec) passaram a operar em todos os segmentos e abriram capital na bolsa de Hong Kong, Nova York e Xangai aliando o desenvolvimento doméstico dessas empresas com sua internacionalização (Schutte; Debone, 2018)

O movimento de internacionalização chinês buscou se associar ou ter boas relações econômicas e políticas com fornecedores de petróleo. Certamente esse foi um fator que influenciou as várias viagens do presidente Hu Jintao na América do Sul. Em 2009 a região era possuidora de 15% das reservas mundiais, o maior percentual fora do Oriente Médio (Souza, 2011).

Na América do Sul os dois maiores produtores se destacam na perspectiva chinesa: Venezuela e Brasil. exemplos concretos dessa parceria foram a assinatura, de um empréstimo a Petrobras, na quantia de 10 bilhões de dólares em troca do fornecimento de 200 mil barris de petróleo por dia, em 2009 e a operação em consórcio da CNPC com a Total de dois campos petrolíferos venezuelanos, estimados em sete a dez bilhões de dólares americanos no mesmo ano (Souza, 2011).

Em 2021 o Brasil foi o principal destino de investimento direto chinês e 85% do montante foi investido em petróleo. Segundo o rastreador de investimento chinês no mundo, somando ao ramo da energia elétrica e do aço o petróleo representa 81% do investimento chinês no país entre 2005 e 2022 (Freitas; Borghi, 2024). Em 2010, 40% do campo peregrino na bacia de Campos, no Brasil, foi adquirido pela Sinochem, petrolífera chinesa, por três bilhões de dólares na época (Souza, 2011).

A Sinopec comprou 40% da empresa espanhola Repsol por 7 milhões de dólares em 2010. A CNPC e CNOOC adquiriram 20% do campo de Libra em 2013 e venceram o consórcio formado também pela Petrobras (40%), Shell (20%) e Total (20%). O campo de Libra é maior reserva de petróleo do Brasil (Freitas; Borghi, 2024; Schutte; Debone, 2018).

Esses são alguns exemplos, mas não param por aí. Durante o governo Hu Jintao a CNPC e a Sinopec (segunda maior empresa de energia chinesa) atuaram também no Equador, Peru, Argentina e Colômbia (Souza, 2011). O cenário seguiu durante o governo Xi Jinping e um fator que caracteriza o apoio estatal a essas iniciativas é a parceria com o setor bancário chinês, como o acordo triangular da Petrobras, o banco de desenvolvimento da China (CDB) e a Sinopec (o CDB emprestou dinheiro para Petrobras, que se comprometeu a fornecer barris de petróleo a Sinopec) (Freitas; Borghi, 2024).

3.4 - Exploração mineira/Lítio

A China é um país com grandes reservas de minérios (54 minerais metálicos e 91 variedades de recursos não metálicos como fósforo e grafite) espalhados pelo país e tem uma indústria relevante nesse setor. No entanto, no período estudado, devido a alta demanda e o desenvolvimento da indústria e da infraestrutura do país existe a necessidade de importação desses produtos, em especial ferro e cobre (Gachúz Maya, 2022).

É uma estratégia semelhante à do ramo do petróleo, se associar com países produtores como uma diplomacia comercial com a retórica de negociações ganha-ganha e princípio de não intervenção. Inclusive com contratos de longo prazo e investimentos diretos nesses locais (Rocha, 2016).

A necessidade de importar minerais traz a China ainda mais para perto da América do Sul, já que é nessa região que se encontram 14% das reservas de ferro (Brasil); 13% das reservas de bauxita (Brasil, Guiana, Venezuela); 95% das reservas de nióbio (Brasil); 68% das reservas de lítio (Argentina, Brasil e Chile); 26% das reservas de estanho (Bolívia, Brasil e Peru) (Rocha, 2016).

Hoje o intercâmbio nesse mercado é bem concentrado. Três desses países lideram essa relação com a China, o Chile e o Peru inclusive têm tratados de livre comércio assinados e no Brasil a China busca ter uma firme relação com a empresa privada Vale, juntos foram responsáveis por 100% das importações chinesas em 2000 e 98% em 2015 (Rocha, 2016).

A maioria das empresas chinesas que negociam nesse ramo são estatais, embora também haja capital privado. Como falado acima, há uma ação do governo chinês para firmar e manter essas parcerias, a exemplo do plano de cooperação China-CELAC assinado em 2015 com planejamento para 2019, que envolve o aprofundamento da relação no ramo dos minérios (Gachúz Maya, 2022).

A partir dos anos 2000, seguindo a estratégia de internacionalização chinesa ocorreram mais sete investimentos estrangeiros diretos (IEDs) chineses nesse setor sul-americano: três no Brasil, duas no Peru, uma no Chile e uma na Argentina, o que ainda é pouco para a dimensão do setor, ou seja, se busca prioritariamente comprar de empresas locais e importar para a China, em 2015 por exemplo, 85% das importações chinesas de minério de ferro vieram de empresas sul-americanas (Rocha, 2016).

Capitais chineses lideram a atividade mineradora no Peru, investindo 15 bilhões de dólares americanos entre 2009 e 2020, cerca de 25% dos investimentos na área (Fuller, 2022). Dentre esses projetos se destacam as minas de Las Bambas (da empresa Mineral and Metals Group - MMG) e Toromocho (Aluminum Corporation of China Limited - Chinalco).

A mina de Toromocho foi adquirida pela Chinalco de uma empresa canadense em 2007, explorando cobre e molibdeno. Por conflitos com populações locais e ambientais só começou a operar em 2013. Já Las Bambas está nas mãos do MMG desde 2014 e iniciou suas atividades

em 2016. É hoje uma das maiores minas de cobre do mundo, com 2% da produção mundial e 20% da produção peruana. Um grande exemplo de investimento em mineração durante o governo Xi Jinping (Fuller, 2022).

Sobre a Vale, a empresa brasileira se voltou para o mercado chinês no pós crise de 2008, em que as vendas para Europa e Japão caíram consideravelmente. Em 2017 a Vale foi responsável por 80% da importação chinesa de minério latino-americano (Rocha, 2016).

Os dados por vezes ainda são subnotificados, já que há casos de compras de minérios sul-americanos por empresas estrangeiras indianas ou coreanas que refinam o produto e o comercializam com os chineses.

Com o advento da indústria 4.0, produtos como smartphones, carros elétricos e outros eletrônicos passaram a depender das baterias recarregáveis que usam lítio, minério com alta concentração na América do Sul e esse representou um novo capítulo na relação com a China nesse ramo.

A concentração de lítio na região era na casa de 71% em 2013, e se dá em três salares, o de Uyuni (Bolívia), Atacama (Chile) e del Hombre Muerto (Argentina), que é chamada triângulo do lítio e atrai uma corrida de investimentos internacionais que tentam assegurar controle dessa mercadoria, que além das baterias já era usada em diversos produtos (Rodrigues; Padula, 2017):

[...]é utilizado na obtenção de ligas metálicas condutoras de calor (alumínio), no feitiço de cerâmicas e lentes (telescópios), em graxas lubrificantes, em aplicações militares (aditivos energéticos nos propelentes dos foguetes e em bombas de hidrogênio), na medicina (medicamentos O lítio é utilizado na obtenção de ligas metálicas condutoras de calor (alumínio), no feitiço de cerâmicas e lentes (telescópios), em graxas lubrificantes, em aplicações militares (aditivos energéticos nos propelentes dos foguetes e em bombas de hidrogênio), na medicina (medicamentos para depressão e transtorno bipolar) (Rodrigues; Padula, 2017, p. 102–103).

Com a demanda crescente, em 2011 a China passa a ser a maior consumidora e, assim como o Japão e Coreia do Sul, investe no desenvolvimento de tecnologias que facilitem o extrativismo e refino do lítio. A maior organização do mundo é a Talison Lithium, australiana que foi adquirida (51% da empresa) por capital chinês em 2014 (pela Chengdu Tianqi Industry Group Co., com apoio do governo de Xi Jinping,), em 2017 a Talison representou 34% da produção de lítio mundial. (Rodrigues; Padula, 2017).

Os planos quinquenais da década de 2010 e o plano “Made in China 2025” aumentou o foco do país em alta tecnologia, e promoveu uma maior atenção aos negócios ligados ao lítio,

como os carros elétricos, que além de tudo envolvem um menor impacto ambiental que os carros a combustão (Borsa, 2024).

Entre 2018 e 2021 a China investiu 4,3 bilhões de dólares americanos em ativos de lítio na América do Sul, que representa o dobro de países como Canadá e EUA (IEA Apud Silva, 2025). Podem ser considerados três lideranças nesse mercado: Alemanha, EUA e China. Esses países supervisionam e intermediam a relação de suas empresas com os países sul-americanos, que por vezes se tornam passivos fornecedores.

3.5 - Usinas hidrelétricas, como a de Coca Codo Sinclair (Equador) e Jupia e Ilha Solteira (Brasil)

“O 11º Plano Quinquenal (2006-2010) afirmou que a China aceleraria a cooperação mutuamente benéfica na exploração, desenvolvimento e processamento de recursos energéticos em todo o mundo.” (Teodoro, 2021, p. 38). O país é o maior consumidor de energia do mundo e muitas vezes necessita de importações para ampliar sua segurança energética, o que motiva que este ramo seja uma prioridade de investimento estrangeiro direto chinês (Zhao; Shi; Song, 2020).

Entre as principais regiões de investimento energético chinês está a América do Sul, nesta subseção trataremos a respeito de alguns dos principais projetos na área, como as hidrelétricas de Coca Codo Sinclair, Ilha Solteira e Jupia.

A usina hidroelétrica de Coca Codo Sinclair, localizada no Equador, foi anunciada em 2007 pelo presidente Rafael Correa, como um investimento prioritário para o setor energético do país, em parceria com a China. Foi concluída em 2016, com um investimento de 2,3 bilhões de dólares americanos, o maior da história do país (Guevara; Carpio; Flores, 2025)

O empréstimo chinês praticado nesse caso responde a lógica do “triângulo de ferro” (Guevara; Carpio; Flores, 2025), isto é, um banco chinês empresta para outro país com condicionantes de utilizarem empresas chinesas na viabilização do projeto e uma percentagem de trabalhadores chinesa como mão de obra.

Para a construção da usina de Coca Codo Sinclair houve financiamento do banco chinês de importações e exportações (China ExIm) e a responsável pela construção foi a empresa

SinoHydro (Radomski, 2025). Esse projeto representou um grande negócio e um aprofundamento da relação entre os países.

No entanto, devido a problemas de erosão no rio Coda (a erosão aumentou 42% em quatro anos de funcionamento da usina), a hidrelétrica sofreu críticas por ter sido usada como um elemento político que não tinha uma análise econômica e de risco ambiental tão sólida (Guevara; Carpio; Flores, 2025; Radomski, 2025).

O investimento chinês em energia hidrelétrica também se faz presente no Brasil, país que historicamente possui destaque nessa matriz (Silva, 2022). Em 2013 é lançada uma plataforma local de investimentos pela empresa estatal *Chinesa Three Gorges Corporation* (Teodoro, 2021).

Já em 2014 passa a investir em três importantes usinas: Santo Antônio do Jari (AP), Cachoeira Caldeirão (AP) e São Manoel (MT). Em 2015 passa a controlar 100% das atividades das usinas de Salto (GO) e Garibaldi (SC) e também investe em 11 parques eólicos (CTG Brasil, 2023).

Além da CTG, a State Grid também é uma empresa chinesa com fatia considerável do mercado brasileiro. Ela é a maior empresa de transmissão de energia mundialmente. Distribui para 1,1 bilhão de pessoas e tem milhares de linhas de transmissão, sendo 15,7 mil no Brasil, país escolhido como ponto estratégico para seu desenvolvimento na região (Silva, 2022).

Segundo Silva (2022) a State Grid inicia seus trabalhos no Brasil adquirindo a Plena transmissões, por 1,7 bilhões de dólares em 2010 (valores da época). Ganharam leilões de milhares de linhas, fizeram consórcios e incorporações de empresas locais e multinacionais que atuam no Brasil.

Destacam-se entre seus investimentos a aquisição das linhas de extra-alta tensão (tecnologia inédita no Brasil) para transmissão da usina de Belo Monte, no estado do Pará, ao sudeste brasileiro. Essa iniciativa foi feita em consórcio com a Eletrobrás (que detém 49%).

Adquiriu a CPFL Energia SA por cerca de 7,8 bilhões de dólares americanos em valores do ano de 2016. Essa empresa é responsável por 14% da distribuição de energia no Brasil, atendendo aproximadamente dez milhões de pessoas.

A CTG é a maior geradora de energia hidrelétrica do mundo e também investe em energia eólica e solar em mais de 40 países. Além disso, são acionistas majoritários da empresa portuguesa EDP, que também possui negócios no Brasil.

Outro movimento importante foi a aquisição das usinas de Jupia e Ilha Solteira localizadas nas margens do rio Paraná, na fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Foi um dos maiores investimentos diretos chineses na América do Sul e representam o quarto maior complexo hidrelétrico do país.

Para melhor dimensionar, o leilão das hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira representa o maior investimento da empresa fora da China, sendo 5% dos ativos totais da empresa. Em 2018 inicia a modernização das usinas de Jupia e Ilha Solteira, utilizando prioritariamente produtos e serviços chineses para isso, o que beneficia a economia da China.

Há ainda outras empresas grandes de energia que estão se inserindo na região, como a BYD, a SPIC e CGN. A BYD vem mais recentemente liderando o mercado de automóveis elétricos na região (International Energy Agency, 2025) e será citada na seção que aborda sobre exploração mineral do lítio.

3.6 Porto de Chancay e a logística entre oceanos Atlântico e Pacífico

O porto de Chancay, no Peru é um dos grandes investimentos chineses dos últimos anos. Portos ganham importância pois representam a conexão das vias terrestre e marítima da nova rota da seda (Liu; Schindler; Liu, 2020). Ainda que tenha sido inaugurado apenas em 2024, o que escapa a delimitação temporal deste trabalho, o porto de Chancay será citado por sua importância regional e por envolver um processo em que se iniciam as obras em 2021, e ainda antes as discussões que o precederam.

Este porto tem capital dividido entre a Peruana *Volcan*, que detém 40%, e a empresa chinesa *Cosco Shipping Ports* (60%). Distante apenas 78 km da capital Lima, ele foi projetado como centro regional de distribuição e transporte de mercadorias no Oceano Pacífico sul-americano, principalmente facilitando o comércio entre a América do Sul e a Ásia. Estimativas dão conta de que o investimento na primeira fase das obras foi de cerca de 3,6 bilhões de dólares americanos (Barros; Carneiro, 2025).

Para Wang Jian, diretor do Instituto de Estudos Internacionais da Academia de Ciências Sociais de Xangai (2025) o porto de Chancay é a concretização de trinta anos de aproximação, sendo dez anos da China como principal parceiro econômico do Peru e uma mostra dos benefícios da iniciativa cinturão e rota. A construção auxiliará no transporte de produtos

agrícolas peruanos e já está em negociações para transportar gado brasileiro para a China e outros destinos na Ásia.

Pela sua magnitude, Chancay não se limita a beneficiar o Peru, mas gera todo um potencial aumento das relações sino-sul-americanas, ainda que este precise se concretizar a partir de projetos complementares, como ferrovias e rodovias que liguem este porto no Pacífico ao Atlântico, onde ainda se concentram muitos capitais e centros populacionais de países como Brasil e Argentina:

A contribuição brasileira em relação ao novo hub portuário peruano será maior se as exportações destinadas não se restringirem apenas às vendas externas das áreas mais próximas a Chancay, notadamente Acre e parte do Amazonas. Ambas as economias, apesar de ainda não lograrem alcançar uma dinâmica exportadora com escala suficiente para viabilizar conexões diretas de Chancay com mercados da Ásia-Pacífico, apresentam grande potencial de crescimento, especialmente a acriana. É fundamental, portanto, que parte das vendas externas dos estados economicamente mais dinâmicos da região Centro-Oeste e Norte – especialmente os estados articuladores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia – incrementem o fluxo de cargas destinadas ao megaporto, preferencialmente por múltiplos caminhos (Barros; Carneiro, 2025, p. 140).

Importante ressaltar que a distância do porto de Santos, no Brasil, para Xangai é de cerca de 20.303 km por embarcações, e de Chancay para Xangai é de 17300 km. Logisticamente só se justificaria para o mercado brasileiro optar pela rota com o Peru se a distância fosse menor, considerando custos de transporte em um caminhão são maiores que um container em um navio de carga (Barros; Carneiro, 2025).

Portanto segue sendo uma oportunidade em aberto, para que, por exemplo, mercadorias do agronegócio brasileiro do estado do Mato Grosso rumem para Chancay ao invés de Santos. Isso depende de que vantagens logísticas mais claras se estabeleçam, até para ampliar a escala dessa região portuária, já que o mercado peruano é limitado se comparado a outros da região.

Barros e Carneiro (2025) apontam que esse processo seria facilitado com a instalação de ferrovias e transportes por dutos entre essas regiões. Um exemplo de projeto complementar a Chancay é o da ferrovia bioceânica, surgido em 2015, em um evento empresarial entre China e Brasil, sediado no Itamaraty, com a presença da presidenta Dilma Rousseff e o primeiro ministro chinês Li Keqiang.

Representaria uma viável rota alternativa para o comércio entre esses países, ainda que necessitando de grande investimento financeiro, inclusive se sugerindo a adoção de Joint ventures entre os países (Doro, 2023).

Há dificuldades de padronização de peças e tecnologias ferroviárias, dificuldades em definir a rota, com as comunidades pelas quais passaria a ferrovia e além disso é necessário

esforço diplomático de ambos os países envolvidos (Brasil, Peru e China), o que não é tão fácil quando se tem instabilidades políticas como as passadas por esses países sul-americanos na última década, de modo que até o momento esse projeto não foi concluído. Com a inauguração do Porto de Chancay, o Brasil retomou o diálogo pela concretização do mesmo (Reuters, 2025).

Talvez pela recém conclusão da obra e/ou pelo não acesso a materiais na língua original, não se encontrou muitas fontes acadêmicas chinesas sobre o porto de Chancay, ainda que seja relatado em alguns relatórios e comunicados em sites de universidades chinesas que estudam a América do Sul.

3.7 - Datacenters e instalações de TIC

Nos últimos anos o mercado das tecnologias de informação e toda a indústria 4.0 têm sido foco crescente na relação da China com seus parceiros internacionais. Satélites, instalações de vigilância social e investimentos em IA são parte disso:

A China financiou vários projetos na Bolívia, incluindo a construção de estradas, pontes e aeroportos. Um dos projetos de infraestrutura mais significativos foi a construção de uma estação de monitoramento por satélite na cidade boliviana de Amachuma, construída pela China Aerospace Science and Technology Corporation (CAST) em 2013. Assim, iniciando uma nova era para os serviços de telefonia móvel, televisão e internet na Bolívia, buscando a democratização ao acesso às telecomunicações e a modernização dos serviços de saúde nas áreas rurais (PEREIRA, 2023, p. 35)

Em relação a IA, o governo chinês lançou em 2017 um plano de desenvolvimento da inteligência artificial, com objetivos de obter a liderança nesse mercado até 2030. A América do Sul é parte desse plano pois é um enorme mercado de dados. Alibaba, Didi, Huawei são exemplos de empresas que atuam na região e tem projetos com a indústria 4.0 (Seoane, 2021).

O presidente da Huawei, Edward Deng deu a seguinte declaração, em 2017: “Vamos capacitar governos e empresas em toda a América Latina e facilitar o desenvolvimento econômico regional.” (Seoane, 2021, p. 97).

Esses executivos e agentes estatais chineses promovem a ideia de que essas tecnologias facilitarão a execução de atividades locais já desenvolvidas, como o agronegócio, aumentando a produtividade e eficiência. A Huawei, assim como outras empresas chinesas e estadunidenses, vem instalando datacenters na região, segundo Seoane (2021). Isso têm gerado repercussão pelos custos ambientais dessas empreitadas:

Ao operarem em níveis elevados de desempenho e realizarem enormes quantidades de cálculos simultâneos, os data centers adaptados à IA consomem consideravelmente mais energia elétrica. Além disso, demandam sistemas de resfriamento mais potentes, que frequentemente utilizam grandes volumes de água potável para manter os equipamentos em temperaturas adequadas ao funcionamento seguro (Nusdeo et al., 2025, p. 61).

Esses investimentos estão crescendo e deverão ser uma tendência ainda maior nos próximos anos com o aumento do uso da IA e tecnologias semelhantes, certamente algo que precisará ser alvo de estudos específicos.

3.8 – Conclusões

Pode se tirar algumas conclusões deste capítulo. Obviamente, ao estudar uma relação entre países necessita se olhar para os dois polos da relação. Entender como cada país sul-americano se porta em relação a China, suas reações aos projetos chineses e transações com este país. Nesta dissertação esse outro lado não será possível, mas com a análise do capítulo será possível entender melhor a perspectiva chinesa durante os anos de 2003-2023.

O governo Hu Jintao teve um papel relevante no início do século XXI, vejamos alguns fatos antecedentes. Desde o período de Deng Xiaoping que a China vivia uma abertura econômica que gerava um grande crescimento (ainda que em conexão com os países capitalistas centrais), porém a década de 1990 foi muito dura para qualquer projeto contra-hegemônico em relação aos EUA.

A dissolução da União Soviética, a reunificação da Alemanha, a crise em países como Cuba, todos os conflitos nos balcãs, a proliferação do consenso de Washington em diversos países (como na própria América do Sul) e os protestos na praça Tiananmen em 1989 demonstravam sérios riscos para a continuidade do regime chinês.

De alguma forma os chineses navegaram bem por esses mares turbulentos, conseguiram manter o ritmo de crescimento e a estabilidade, mesmo com movimentos separatistas como de Taiwan. Um exemplo disso é a retomada do território de Hong-Kong em 1997, ainda que com flexibilidades do conceito “um país, dois sistemas” (Kim; Ng, 2008).

Hu Jintao assume dando sequência a política externa dos anos 1990, porém já em melhores condições políticas e econômicas. Os baixos salários atraem indústrias estrangeiras e o país consegue ser bem sucedido em transferência e desenvolvimento de tecnologias que

permitem uma maior produtividade do trabalho. Na política externa a ideia de “ascenso pacífico” ganha corpo e uma das faces desse ascenso é justamente o estreitamento dos laços com a América do Sul, região historicamente ligada aos EUA.

Esse período dá o tom dos discursos e documentos oficiais que virão nos anos posteriores. Se calcando em sua própria trajetória desde a revolução de 1949 e sua condição ascendente, a China de Hu Jintao busca o diálogo de igual pra igual, o ganho mútuo e não usa critérios políticos como princípio (a exceção da defesa de uma só China na disputa com Taiwan).

O que o discurso oficial talvez omita ou mesmo falhe em perceber é que o movimento dessa década transforma a posição da China na geopolítica mundial de forma profunda. O país não é mais uma simples nação periférica que tem uma alta taxa de crescimento industrial, ele de fato se posiciona no centro do sistema, ainda mais depois da crise de 2008, e isso tem claras implicações na relação com regiões dependentes.

Com a chegada de Xi Jinping a presidência essa consolidação aparece com mais clareza, ainda que envolta em uma retórica semelhante. A China cresceu, “foi pra fora” e gerou reações nem sempre amistosas, como o acirramento da rivalidade econômica e política com os EUA.

O segundo documento sobre América Latina e Caribe demonstra essa mudança de ponto de vista (Mais assimétrico em relação a América do Sul), com metas mais ambiciosas e concretas, já negociando em melhores condições com seus parceiros externos e em organismos multilaterais como o fórum com a CELAC. A BRI é a visão de globalização a partir da perspectiva chinesa, em contraponto a política unipolar e imperialista dos EUA.

O país cresce em ritmo acelerado, almeja se tornar uma potência mundial plenamente desenvolvida e chegar ao socialismo plenamente desenvolvido em 2049. Deixaram de lado a tática de esconder suas potencialidades e não se enfrentar, pois em algumas situações isso é inevitável.

Os focos de investimentos e o plano econômico do país para a América do Sul são perceptíveis. A busca por matérias primas, o consequente investimento em infraestrutura local que escoie essas mercadorias, assim como a expansão do capital em ramos como o de energia e petróleo mostram uma dinâmica usual de desenvolvimento capitalista, ainda que a chegada a esse patamar por parte dos chineses tenha a ver com seu processo revolucionário e sua história única.

O crescimento chinês nesse período, que os levou a se tornarem a segunda economia no mundo, gerou um aumento do capital excedente. Esse processo leva a algumas consequências, entre elas está o aumento de investimento direto em países periféricos, se integrando mais a estas economias:

Xi Jinping was no exception. After he was elected CPC Secretary-General at the 18th CPC National Congress in November 2012 (he did not become President of China until March 2013), China's strategic circle came to believe that China was confronted by three major challenges: the first was industrial overcapacity and weakened momentum for high-speed economic growth, necessitating broader international cooperation for larger overseas markets; the second was the slackening world economy and potential retrogression of globalization, which triggered a new round of regional or sub-regional cooperation such as the Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) (Zhang, 2018, p. 2)

É uma dinâmica muito semelhante à apontada por Marini (2021) no desenvolvimento dos países centrais do capitalismo. Até mesmo quando o investimento é em indústrias e ramos de maior uso de capital constante, isso se dá em complementaridade a necessidades de empresas e de países centrais, e isso se repete na dinâmica China-América do Sul, como no exemplo dos datacenters e montadoras de automóveis.

Pelos mecanismos de transferência de valor expostos pela TMD (Marini, 2022) essa relação já se aprofunda a partir de 2003 em uma assimetria de intercâmbios e investimentos e conforme a China se torna protagonista dos avanços tecnológicos e industriais isso apenas é reforçado nos anos posteriores. Na prática a China ilude a lei do valor, vendendo as mercadorias acima do valor produzido.

Esses mecanismos já eram analisados na obra marxiana, no livro III de O capital, Marx diz que a expansão do comércio exterior é uma necessidade do desenvolvimento capitalista e também que a maior produtividade e novas invenções proporcionam a venda de mercadorias acima de seu valor, gerando um mais-valor extraordinário para o capitalista do país mais desenvolvido (Marx, 2022).

Marx (2022) ainda ressalta que quando o país investe no exterior em nações com menor desenvolvimento (e menor composição orgânica do capital) e maior exploração dos trabalhadores, a taxa de lucro é possivelmente maior, até pela superexploração da força de trabalho característica na região sul-americana esse exemplo também se enquadra no caso da China.

Deste modo, pela análise da perspectiva chinesa se conclui que é reforçada a lógica centro-periferia, ainda que com nuances e diferenças significativas com a posição da Europa,

EUA e Japão. Visivelmente está em curso uma reorganização do poder global, mas a estrutura que condena os países sul-americanos à dependência segue vigente, durante o período estudado.

Claro que uma disputa hegemônica é um cenário taticamente mais favorável que um domínio sem concorrência dos EUA, país que segue intervindo e oprimindo outras nações, seja com guerras, invasões ou bloqueios econômicos e outras ferramentas possíveis a uma economia que detém a moeda mundial e o maior poderio militar. Nenhum desses aspectos políticos intervencionistas do imperialismo estadunidense a China reproduziu durante o período pesquisado, em que se mostrou um fiel aos acordos e a soberania das nações sul-americanas.

Pode se afirmar que a cooperação entre a China e os países da região é real, assim como a manutenção da condição de dependência relação e o intuito da China em competir com os EUA a nível global, ao menos na década de 2010 em diante.

No próximo capítulo aprofundaremos sobre os fluxos econômicos da China com a região e aprofundaremos outras relações do objeto de pesquisa com a teoria marxista da dependência.

4 – Fluxos financeiros e produtividade China-América do Sul

Este capítulo visa analisar as exportações, importações e investimentos chineses na América do Sul, e para isso pretende-se realizar uma abordagem quantitativa e adotar como metodologia a análise de dados a partir do uso do software R.

Com a adoção de banco de dados do painel China do BRICS Policy Center (2025), um relevante centro de estudos e análises políticas sobre os países do bloco BRICS, ligado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro. O banco engloba todos os países da América do Sul e quase todos os anos do período estudado (a exceção de 2003 e 2004) o que para os propósitos do trabalho foram os melhores dados acessíveis.

A base de dados utilizada é a de Fluxos financeiros China-ALC no período 2005-2022, com as seguintes variáveis: Ano; País de origem; País de destino; Fluxo (exportações, importações ou investimentos); Setor; Valor.

Em relação aos valores, nos dados sobre o comércio, os valores estão disponíveis em milhões de dólares, conforme reportado pelos países no período. Já quanto aos investimentos chineses, os valores são exibidos em milhões de dólares a preços atuais e divididos por setores.

A partir disso se buscou dividir o banco de dados em três planilhas próprias, com critério de tipo de fluxo, isto é, uma para exportações da América do Sul para a China, uma para importações da China feitas pela região e finalmente investimentos chineses no subcontinente analisado.

A escolha por esse recorte temporal é adequada ao trabalho, já que se enquadra dentro do recorte proposto (2003 a 2023) e nesse período de ascensão global chinesa e no consequente aumento nas relações com os países da América do Sul.

Ao final serão feitas análises dos resultados associando com o referencial teórico e possíveis correlações com os capítulos anteriores.

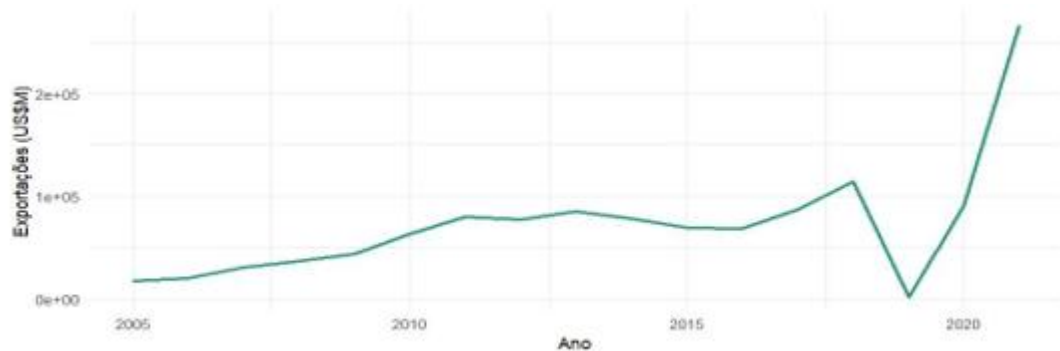
4.1 – Análise dos dados

4.1.1 - Exportações

Durante a revisão bibliográfica e o capítulo sobre a perspectiva chinesa se viu que muitos autores colocam o foco das exportações sul-americanas em commodities e mercadorias de baixo valor agregado. Vejamos se isso se verifica e como foi a evolução temporal dessas exportações no banco de dados.

Primeiramente analisando a evolução dos dados, as exportações sul-americanas para a China tiveram desempenho crescente na maior parte dos anos, excetuando o período pandêmico, mas que rapidamente apresentou recuperação nos anos finais.

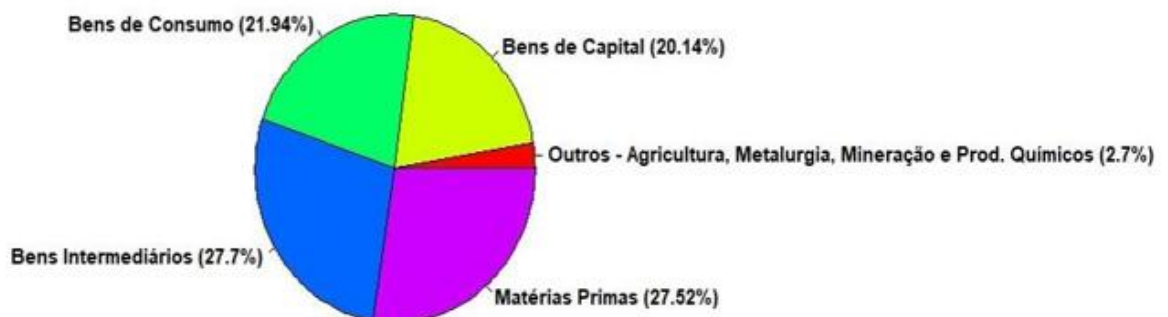
Gráfico 4 - Linha da evolução das exportações de produtos sul-americanos para a China



Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria.

Visto que é uma relação relevante e crescente em números, nos voltamos para a qualidade dessas exportações, isto é, que tipo de produtos são esses exportados para a China. Em números de transações percebemos que é bem dividido. Bens intermediários e matérias primas lideram com cerca de 27%, mas bens de capital e bens de consumo vêm logo atrás com cerca de 20% cada.

Gráfico 5 - Setores dos produtos exportados



Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria

Com esses dados não se identifica facilmente algum padrão, para além de um suposto equilíbrio. Pegando os percentuais monetários dessas transações têm-se números mais expressivos do quanto representa cada setor financeiramente para os países exportadores:

Gráfico 6- Percentuais em dinheiro das exportações de cada setor

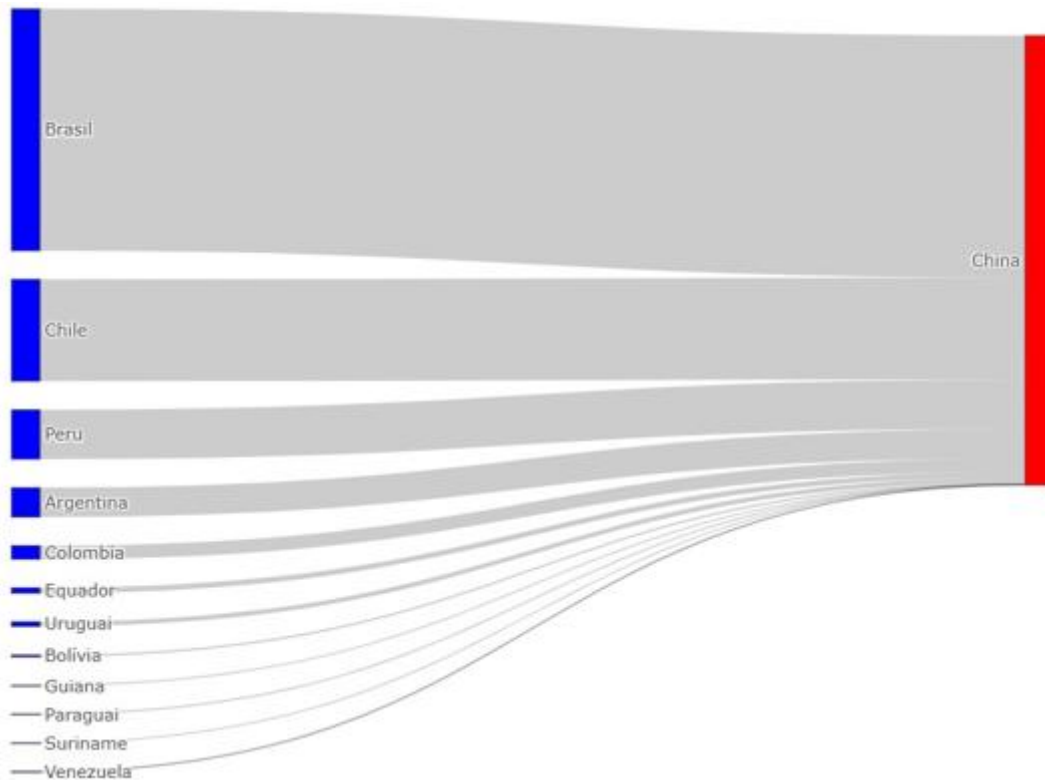


Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria.

No caso dos percentuais de cada ramo por montante financeiro já vemos uma predominância nas matérias primas (cerca de 68% dos valores), se associarmos essa atividade com outras do tipo extrativista ou de venda de commodities como a agricultura e a mineração soma-se mais 8% chegando a praticamente $\frac{3}{4}$ do total de valores exportados, relegando ao outro quarto todas as demais atividades econômicas.

E como se dá a divisão dessas exportações entre os países? Quais os principais parceiros comerciais da China na região? Vejamos com o gráfico sankey:

Gráfico 7 - Fluxo das exportações por país



Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria.

O Brasil lidera com 662 bilhões de dólares exportados para a China nesse período, seguido por Chile (US\$ 279 bi), Peru (US\$ 135 bi), Argentina (US\$ 80 bi) e Colômbia (US\$ 37 bi), demais países com menores montantes. No total foram 1,23 trilhões de dólares em exportações da região entre 2005-2022.

4.1.1.1 - Teste de hipótese sobre as exportações

Fazendo um exercício com esses números para entender se condizem com as hipóteses. Será que há diferença significativa entre as médias de exportações dos setores? Fazendo primeiramente o teste Shapiro para testar a normalidade com as seguintes hipóteses:

H0: é uma distribuição normal H1:

não é uma distribuição normal $\alpha = 0,05$

obtemos p-valor = $(2.2e-16) < 0,05$, logo rejeitamos H0 e a distribuição não é normal.

Como a distribuição não é normal, seguimos com o teste de Kruskal-Wallis, com

as seguintes hipóteses:

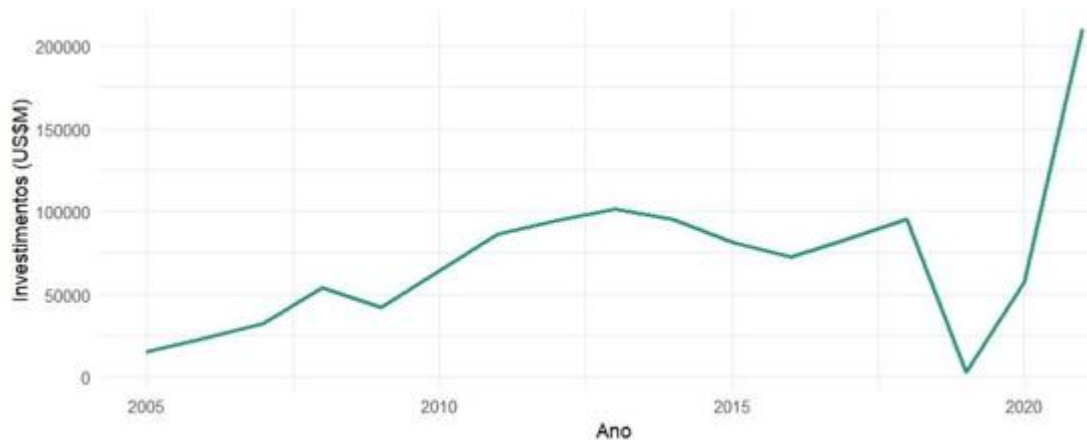
H0: as médias das exportações são iguais entre os setores H1: as médias das exportações não são iguais entre os setores $\alpha = 0,05$

Como p-valor é ($2.2e-16$) e, portanto, menor que 0,05, rejeitamos H0 e por esse método, comprovamos que as médias das exportações entre os setores não são iguais. O que reforça o tratamento diferenciado, com evidente foco na exportação de produtos primários, como mostram os dados. Reforça a hipótese da dependência nesse ponto.

4.1.2 - Importações

Passando para as importações de produtos chineses para a região, o fenômeno segue com um volume crescente no período estudado, com dinâmica de queda semelhante ao gráfico de exportações, no momento pandêmico da COVID.

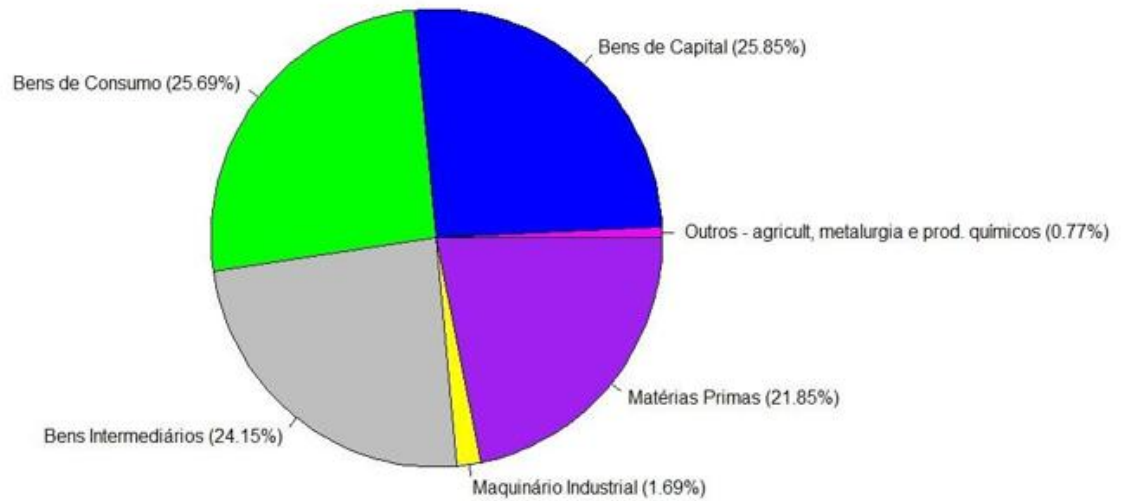
Gráfico 8 - Evolução das importações de produtos chineses na região



Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria.

Quanto ao número de transações por setores econômicos também se repete um certo equilíbrio entre as quatro principais: Bens de consumo, bens de capital, matérias primas e bens intermediários entre 20 e 25%.

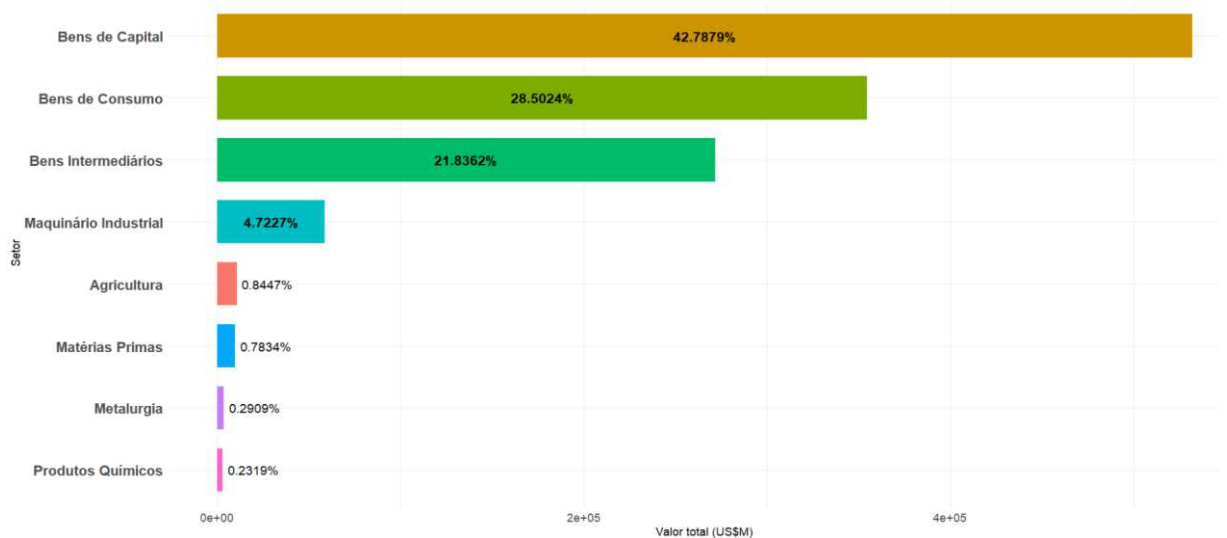
Gráfico 9 - Setores dos produtos importados



Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria.

Ao avaliar o volume financeiro das importações, a situação muda consideravelmente. O gráfico 10 mostra que as matérias primas, que nas exportações são tão relevantes, representam apenas 0,64% (outras atividades semelhantes como agricultura seguem uma proporção semelhante com 0,87%), enquanto produtos com maior valor agregado dominam as importações: Bens de capital (42,92%), Bens intermediários (21,88%) e bens de consumo (28,3%). Somados ainda a maquinário industrial e metalurgia representam cerca de 98% do valor das importações chinesas para a América do Sul.

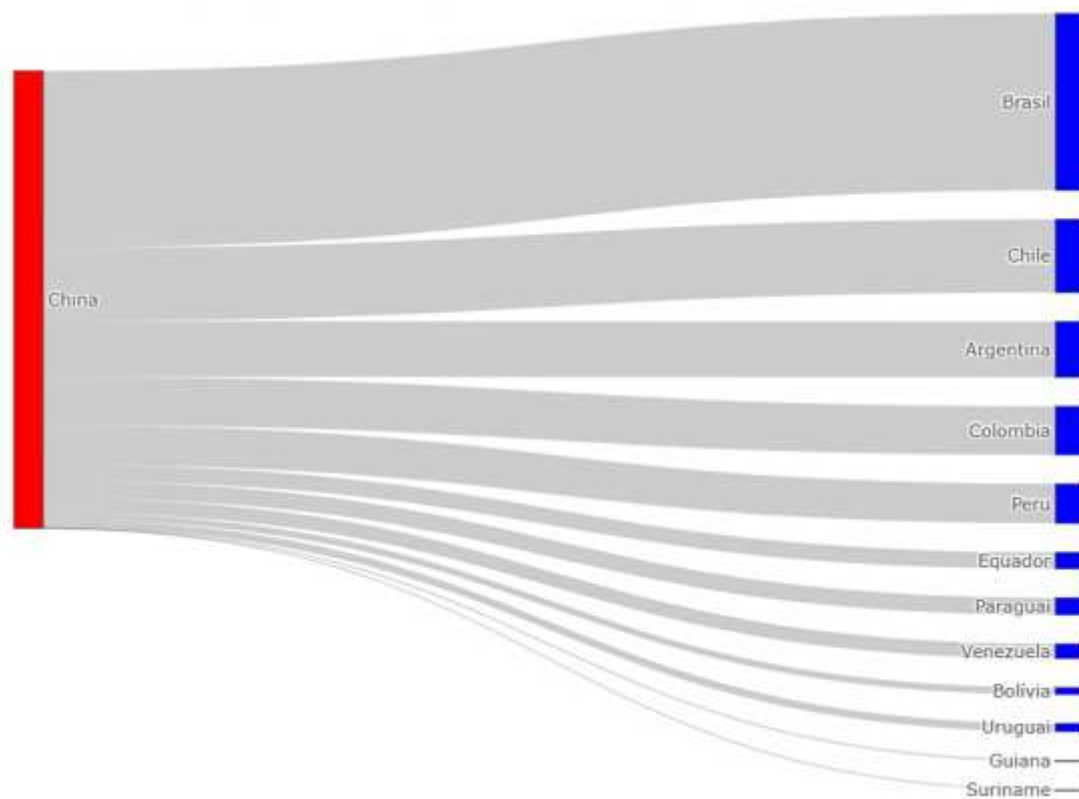
Gráfico 10 - Percentuais em dinheiro das importações de cada setor



Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria.

Em se tratando das participações de cada país nos fluxos de importação, a dinâmica segue semelhante com uma outra inversão no ranking. Brasil lidera novamente com aproximadamente 468 bilhões de dólares, Chile com US\$ 194 bi, Argentina em terceiro com US\$ 148 bi, seguida por Colômbia (US\$ 128 bi) e Peru (US\$ 104 bi). No total entre 2005 e 2022 foram importados 1,21 trilhões de dólares em produtos chineses na América do Sul.

Gráfico 11 - Fluxo de importações chinesas para a América do Sul 2005-2022



Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria.

4.1.2.1 - Teste de hipótese sobre as importações

Será que há diferença significativa entre as médias de importações dos setores? Fazendo primeiramente o teste Shapiro para testar a normalidade com as seguintes hipóteses:

H0: é uma distribuição normal H1:

não é uma distribuição normal $\alpha = 0,05$

Obtemos p-valor = $(2.2e-16) < 0,05$, logo rejeitamos H0 e a distribuição não é normal.

Como a distribuição não é normal, seguimos com o teste de Kruskal-Wallis, com as

seguintes hipóteses:

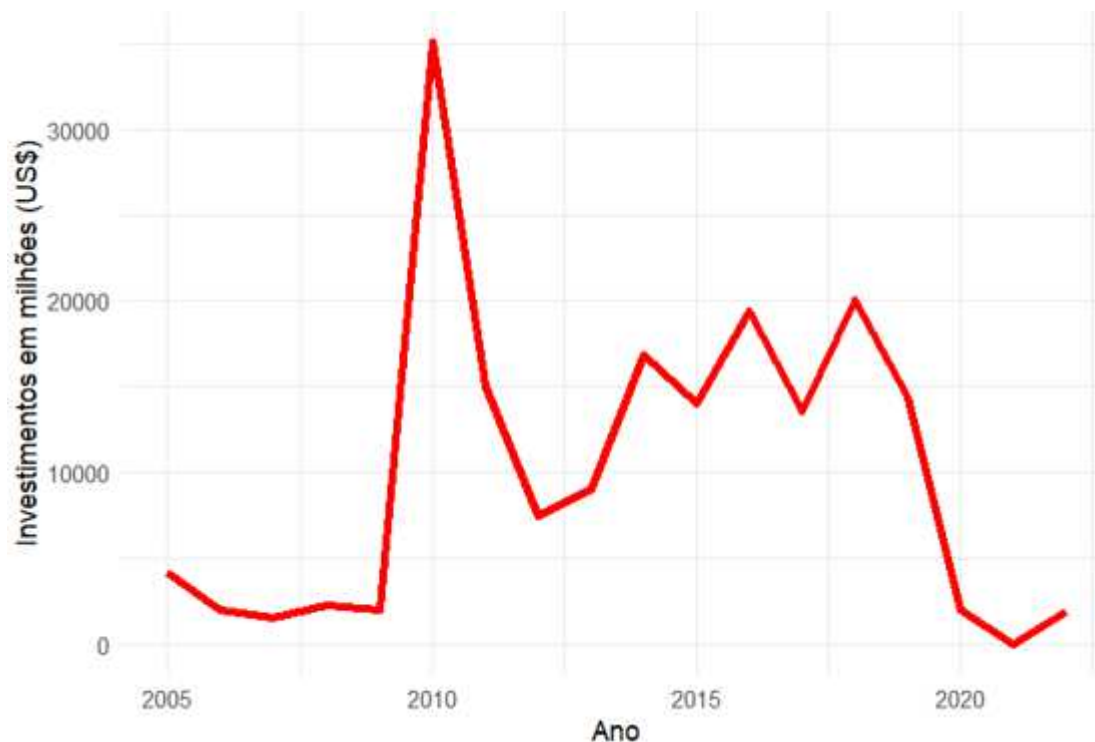
H0: as médias das importações são iguais entre os setores H1: as médias das importações não são iguais entre os setores $\alpha = 0,05$

Como p-valor é $(2.2e-16)$ e, portanto, menor que 0,05, rejeitamos H0 e comprovamos que as médias das importações entre os setores não são iguais. Mais uma etapa de aproximação com a hipótese da reprodução da dinâmica de dependência da América do Sul com relação a China.

4.1.3 - Investimentos

Os investimentos diretos de países estrangeiros são historicamente bastante presentes na região. Vejamos como têm sido a relação com a China nesse sentido. Quanto a evolução histórica dos investimentos, existe uma maior irregularidade, com altos e baixos no período estudado. O que talvez indique que investir na região ainda não é uma política tão estável, ao menos quanto a quantidade desses investimentos.

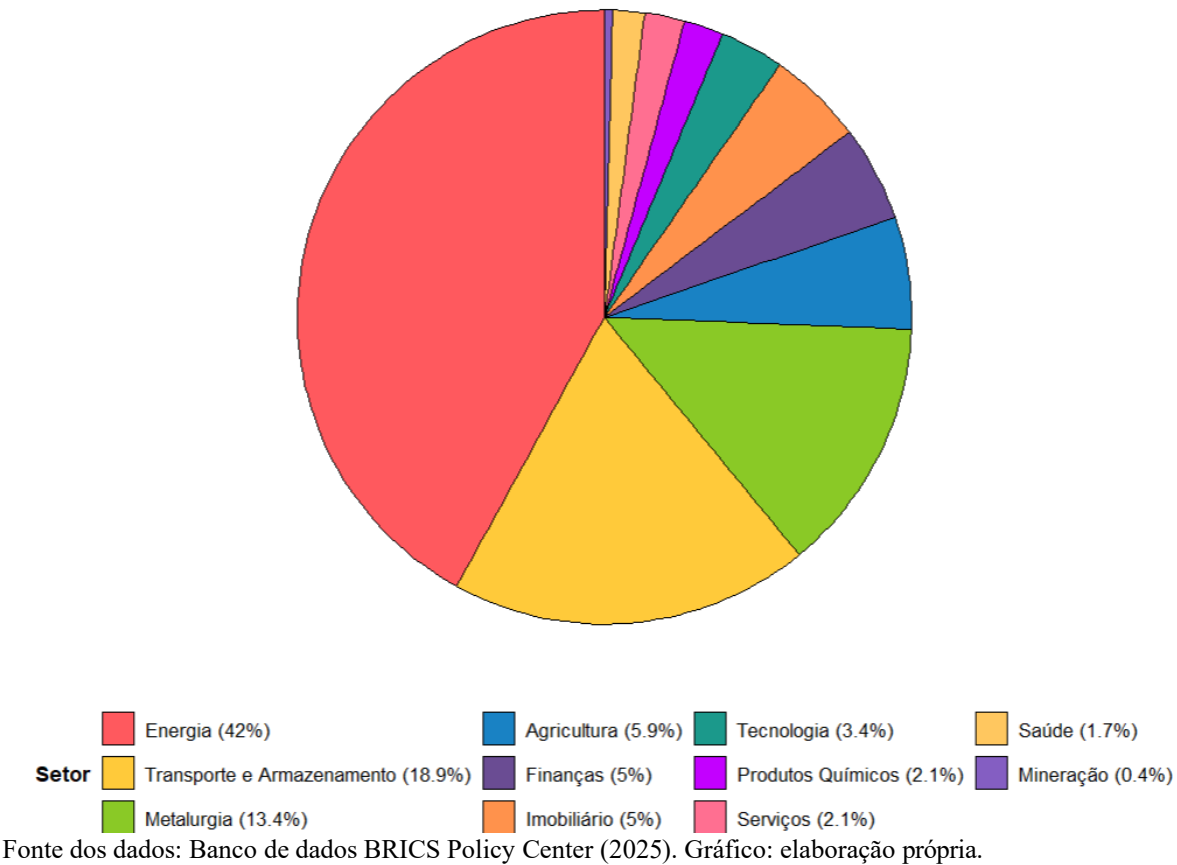
Gráfico 12 - Evolução dos investimentos chineses na região



Fonte dos dados: Banco de dados BRICS Policy Center (2025). Gráfico: elaboração própria.

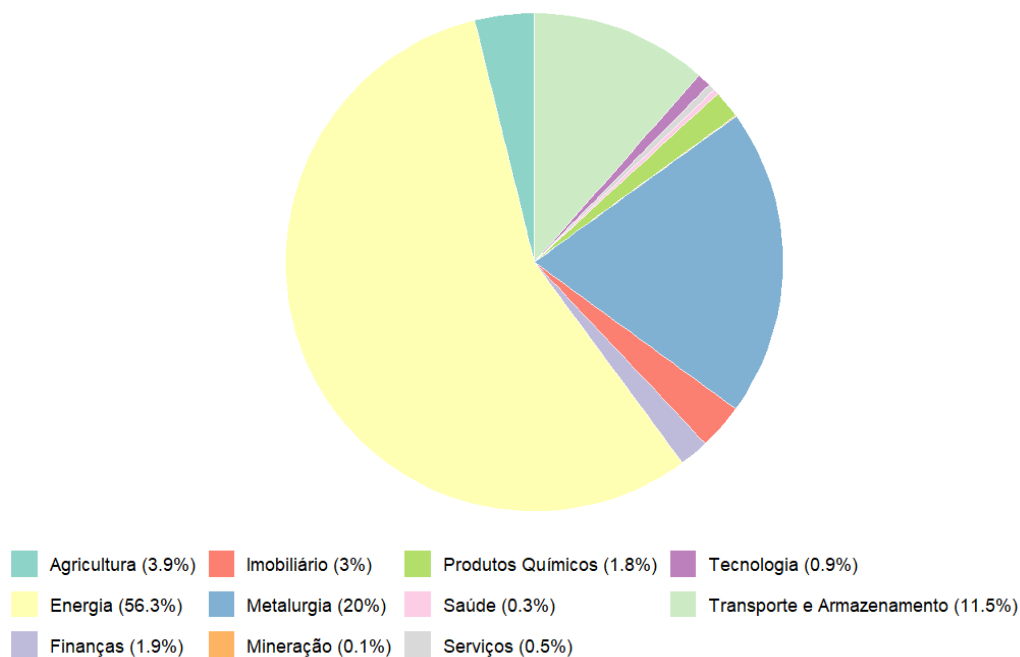
Analisando os setores investidos temos certa congruência entre o número de investimentos e os valores investidos. Tal como visto no capítulo anterior, o ramo da energia lidera com 42% dos investimentos e representando cerca de 56% do valor investido, também possuem números relevantes a metalurgia (cerca de 20% do valor investido) e transporte e armazenamento (12% do valor investido). É possível indicar um foco em infraestrutura, o que ajuda inclusive em desenvolver negócios de outra natureza.

Gráfico 13 - Setores de investimento chinês na região em número de investimentos



Seja em percentual financeiro ou de número de investimentos o setor energético se destaca como prioritário para o capital chinês na região. Setores ligados a infraestrutura como transporte e armazenamento também se destacam. A metalurgia é outro foco, com quase 20% do montante financeiro de investimentos.

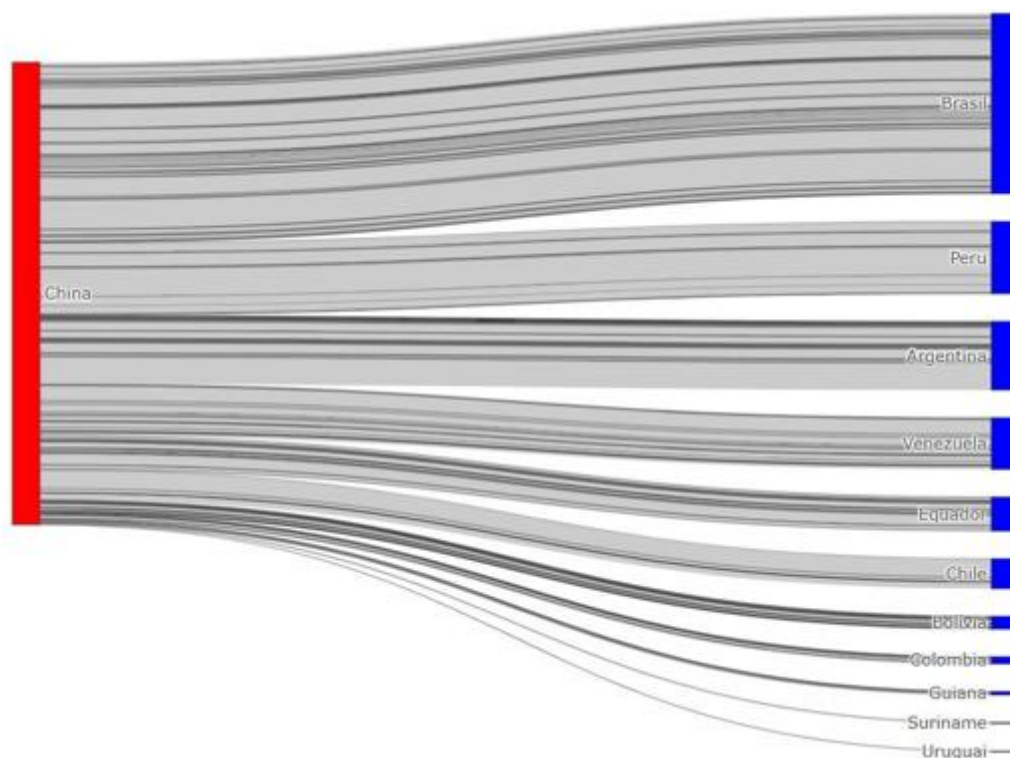
Gráfico 14 - Percentual em dinheiro de cada setor de investimentos chineses



Fonte: Banco de dados BRICS Policy center (2022). Gráfico - Elaboração própria

No total, se contabilizaram aproximadamente 181 bilhões de dólares de investimento chinês na região ao longo do período. Entre os países de destaque no direcionamento desses investimentos o Brasil segue folgado na liderança com US\$ 71 bilhões, seguido por um bloco de Peru (US\$ 28 bi), Argentina (US\$ 27 bi) e Venezuela (US\$ 20 bi), este último não aparece com tanta força nas exportações e importações, mas faz sentido por ser um país que sofre com um bloqueio econômico durante parte do período estudado e desenvolveu boa relação com a China até como alternativa a essa ausência dos estadunidenses.

Gráfico 15 - Fluxo de investimentos chineses na região entre 2005 e 2022



Fonte: Banco de dados BRICS Policy center (2022). Gráfico - Elaboração própria.

4.1.3.1 - Teste de hipótese sobre os investimentos

Será que há diferença significativa entre as médias de investimentos dos setores?
Fazendo primeiramente o teste Shapiro para testar a normalidade com as seguintes hipóteses:

H0: é uma distribuição normal H1:

não é uma distribuição normal $\alpha = 0,05$

Obtemos p-valor = $(2.2e-16) < 0,05$, logo rejeitamos H0 e a distribuição não é normal.

Como a distribuição não é normal, seguimos com o teste de Kruskal-Wallis, com as seguintes hipóteses:

Teste de Kruskal-Wallis (pois não há distribuição normal)

H0: as médias dos investimentos chineses são iguais entre os países H1: as

médias dos investimentos chineses não são iguais entre os países $\alpha = 0,05$

(p-value = $(0.1951) > 0,05$), não rejeitamos H0.

Não há diferenças estatisticamente significativas nas médias dos investimentos chineses entre os países, mostrando que há uma diversidade na escolha do local de investimentos, dentro desse recorte regional. Não é uma relação superficial com só um ou dois países.

Em geral, os dados dos investimentos corroboram o aprofundamento da relação durante o período estudado e os focos em energia e transportes. Surpreende o número de investimentos em metalurgia, algo que não havia aparecido tanto na bibliografia.

4.2 - Índices de produtividade do trabalho na China e América do Sul

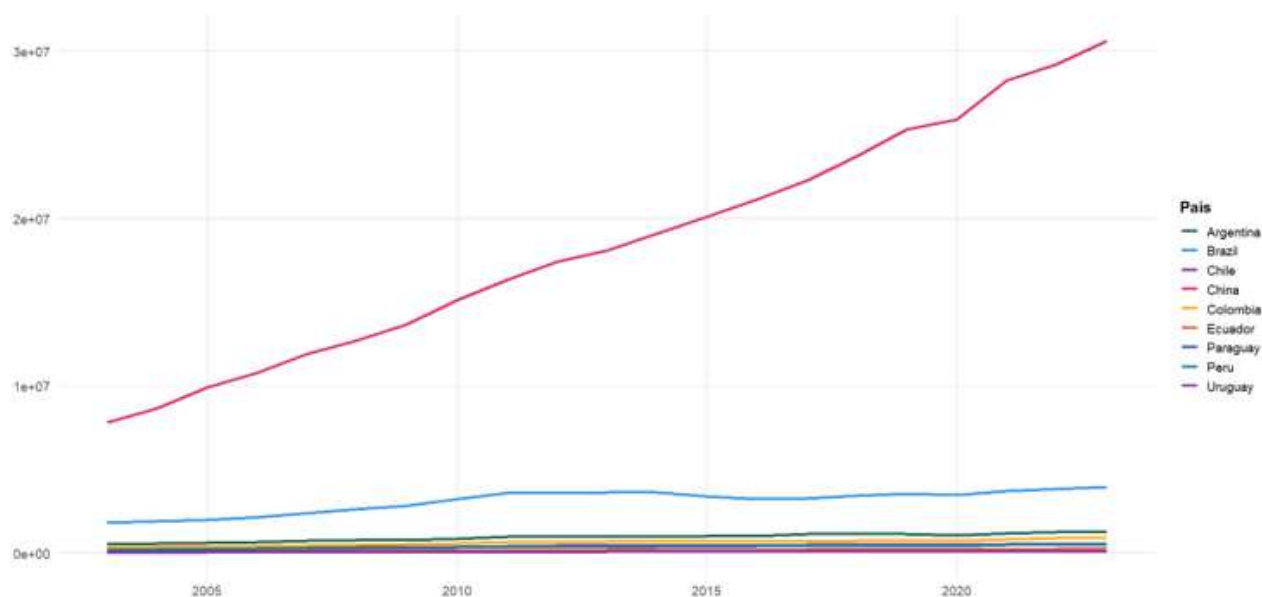
O capitalismo possui alguns índices que são convencionalmente usados para explicitar dados de produtividade do trabalho. Nenhum deles é propriamente guiado pela noção marxista de valor trabalho, porém podem ser úteis na identificação de algumas tendências, caso relacionados a essa matriz teórica.

Alguns exemplos são o índice de complexidade econômica de Harvard/MIT, o índice de produtividade laboral da OCDE. A Penn World Table (PWT) é um banco de dados da UC Davis e Universidade de Groningen, que compara os PIB's dos países em uma série histórica que considera a paridade do poder de compra, convertendo os valores em dólares americanos de 2021 (Feenstra; Inklaar; Timmer, 2015).

Esse banco também possui dados das horas trabalhadas anualmente por pessoas empregadas. Simplificando alguns elementos como intensidade do trabalho, optamos por estimar a diferença de produtividade com um cálculo de PIB x quantidade média de horas trabalhadas por ano e obtivemos o seguinte gráfico:

Gráfico 16 - Produtividade do trabalho (PIB por hora trabalhada)

China x América do Sul 2003-2023



Fonte: (Feenstra; Inklaar; Timmer, 2015) Gráfico: Elaboração própria

Mesmo não possuindo várias informações (e não seguindo uma visão marxista para o fenômeno), como os dados exatos sobre composição orgânica do capital, percebe-se por esses dados que a China desde 2003 é um país com maior produtividade econômica, e o decorrer dos anos apenas ampliou essa distância, enquanto os países da região se mantinham com uma produtividade em estagnação ou leve crescimento.

Isso favorece a dinâmica centro-periferia, a transferência de valor e a dificuldade das empresas sul-americanas em competir nos mercados internacionais, que além da China ainda contam com outros países centrais de produtividade maior que os países deste subcontinente.

A produtividade é especialmente importante quando se há ramos concorrentes entre os países. Enquanto na América do Sul existe uma abundância de recursos naturais vendidos in natura ou com poucos processos de transformação, a China domina mais etapas e desenvolve melhor as suas matérias primas.

Um exemplo disso são as Terras Raras (TR), grupo de elementos químicos valiosos que podem ser encontrados em alguns minerais, tanto na China como em algumas regiões da América do Sul, como o Brasil. São considerados raros pela dificuldade tecnológica e altos custos para sua extração, separação e purificação para uso industrial (Reis Melo, 2017).

“A porcentagem média da ocorrência das TR na crosta terrestre é de aproximadamente 0,01% e são catalogados mais de 250 tipos de minerais que as contêm, a maioria em baixos teores.” (Serra, 2011, p. 809).

Sua exploração não é exatamente uma novidade, na década de 1950 o Brasil já explorava as TR com produção de óxidos destinados a fabricação de barras metálicas do controle, por absorção de nêutrons, do reator do Nautilus, o primeiro submarino nuclear do mundo (Serra, 2011). No entanto, como é de praxe numa economia dependente, essa atividade não foi prioridade, e aos poucos o país ficou para trás nas tecnologias que envolviam esses elementos, tendo um grande potencial inexplorado até hoje.

A China, que detém as maiores reservas do mundo de TR, fez o caminho oposto. Até 1990 não produzia nem metade dos produtos advindos das TR. Com baixos custos de produção e sem muitas barreiras ambientais, o país se tornou mais competitivo, e em 2011 já produzia 97% dos compostos (Serra, 2011).

Com essa fatia quase monopólica do mercado (segundo Reis Melo (2017), a China domina 95% das exportações) e o domínio das tecnologias dos produtos finais, como baterias e, imãs de alto rendimento, smartphones e geradores eólicos, a China passa a ser uma liderança estratégica em um ramo em ascensão. Pode estabelecer preços acima do valor e obter um mais-valor extraordinário comercializando com países que não dominam a produção dos ativos das TR:

Até os anos de 1990, produziam-se no Brasil matérias-primas originárias de terras raras, mas como o seu custo de produção era superior ao custo de produção chinês, a produção nacional tornou-se economicamente inviável (Deutsche, 2013, Apud Reis Melo, 2017, p. 236).

Há também a concorrência em ramos que até se tem uma indústria, produtos com o mesmo valor de uso, porém com menor eficiência. É o caso dos produtos têxteis. A indústria chinesa consegue aplicar preços muito mais acessíveis, mesmo com os custos de importação.

Os anos 2000 representaram uma maior liberalização desse ramo, que até 2005 contava com acordos internacionais que garantiam cotas de comércio de países em desenvolvimento para países desenvolvidos (Costa; Conte; Conte, 2013).

Cervera, Herrera e Granadillo (2011) comparam empresas colombianas da região de Barranquilla com indústrias têxteis de Jiangsu, na China. Destacam a amplitude do mercado chinês, que de 1990 a 2003 mais que dobrou suas exportações, passando a 20% do mercado mundial. O que o diferencia é um apoio estatal que garante segurança para investimentos mais a longo prazo e uso de tecnologias para máquinas e sistemas de informação, tornando mais eficiente a produção, comparando com os colombianos.

A Colômbia, tal como outros países da região, têm um mercado mais disperso, o que impede ganhos de escala, possui um baixo desenvolvimento de Maquinário e custos mais

altos que os chineses (Vega; Duque, 2020).

O caso brasileiro é outro exemplo. O Estado do Rio Grande do Sul concentra algumas empresas do ramo, que sofreram com a concorrência a partir de 2005 com a maior entrada de mercadorias importadas. Máquinas obsoletas, mão de obra pouco qualificada e problemas de gestão eram parte do cenário (Costa; Conte; Conte, 2013).

Para Gouvêa (2022) essa concorrência com os produtos chineses torna a indústria brasileira suscetível a retrações, redução de vagas de emprego e deveria ensejar uma reforma tributária que favorecesse os produtos industriais brasileiros:

Para observarmos dados quantitativos e objetivos deste fenômeno das relações comerciais entre a indústria chinesa e o mercado de varejo de moda no Brasil, em 2002 nós importamos da China o valor de USD\$ 100.134.000 exclusivamente de vestuário. Por sua vez em 2018 o Brasil importou da China o valor de USD\$ 1.667.568.000 em vestuário têxtil. Ou seja, em dezesseis anos houve um aumento das importações na ordem de 1.565% (Gouvêa, 2022, p. 98).

Algumas empresas passam a adquirir insumos chineses que são parte da produção, como tecidos e pequenas peças, já que pelo preço compensaria mais que a produção própria ou o comércio com outras empresas brasileiras. Em 2010 o Rio Grande do Sul importou cerca de 131 milhões de dólares americanos (em valores da época), dos quais 30 milhões em importações do mercado chinês de tecidos (Costa; Conte; Conte, 2013).

Situação muito distinta do mercado chinês, em que há um domínio de toda cadeia produtiva no próprio país (lidera desde a exportação de tecidos até de vestuário completo) com menores custos de energia e de acesso a esses insumos (Costa; Conte; Conte, 2013). Algumas organizações apostam em certos nichos de mercado e criar um marketing de “moda feita no local” para competir, o que ainda é difícil para pequenos e médios produtores locais.

Portanto, seja via monopólio ou concorrência, ocorrem transferências de valor dos países sul-americanos para a República Popular da China, aprofundaremos o tema na conclusão do capítulo.

4.3 – Conclusão: Uma relação de dependência econômica

Analisados os dados a partir do referencial teórico adotado neste trabalho, pode se dizer que a China hoje ocupa um local privilegiado de uma grande potência econômica, talvez a única capaz de rivalizar com os EUA nesse sentido. Um país que possui um regime peculiar assim como seu histórico no século XX e nas primeiras décadas do XXI, mas que

inegavelmente cumpre um papel muito importante no sistema capitalista mundial, sendo por muitos chamada de a “Fábrica do mundo”.

Enquanto isso, a América do Sul segue com os antigos problemas da dependência econômica. Ainda que, durante o período estudado, haja variações positivas de crescimento em alguns países, esse cenário se manteve e em alguns lugares até piorou, como é o caso brasileiro e os últimas décadas de alta desindustrialização (Dosch; Goodman, 2012).

O banco de dados analisado confirma uma dinâmica que reproduz, ao menos em parte, a dependência, com atividades primárias dominando as exportações da região direcionadas para a China e com importações de mercadorias de alta tecnologia e industriais. Os investimentos chineses na região também não saem de uma lógica usual de interesse externo, centrando em infraestrutura de energia e transportes, atividades meio muito importantes para que um país possa comercializar seus produtos com o exterior.

Como afirma Álvaro Garcia Linera (2022) o capitalismo não desenvolve as forças produtivas tanto como poderia, mas as reprime de maneira que sigam uma rota e um ritmo que sirva aos interesses burgueses na lógica da valorização do valor. Uma região com múltiplas possibilidades de crescimento dá preferência a lógica predatória do grande agronegócio de monocultura e outras atividades primárias, em detrimento de uma economia que sirva para sanar os problemas da maioria do povo trabalhador.

Isso não só prejudica a economia, como também afeta populações indígenas e moradores pobres de áreas rurais, que sofrem com a constante expansão do agronegócio e de outras atividades do extrativismo como garimpos, nem sempre de forma legal. Ou seja, além da influência econômica, há uma clara relação com efeitos no cenário sócio-político da região.

Na subseção sobre produtividade aprofundamos sobre a dificuldade das empresas sul-americanas em competirem com as chinesas. Confirmando a hipótese de Marini (2022), há uma transferência sistemática de valor na produção e na circulação de mercadorias dos países dependentes do subcontinente para países como EUA, Alemanha e China.

Como a América do Sul exporta mercadorias com menor composição orgânica de capital (menor produtividade), esses capitalistas precisam compensar a tendência a perda de valor de alguma forma, aí entram processos como as várias formas de superexploração da força de trabalho e a sanha por expansão territorial do agronegócio e outras atividades extrativistas.

Seja produzindo e exportando mercadorias e serviços de alta tecnologia que são inexistentes ou muito caros de produzir ou mesmo produzindo mercadorias mais baratas em mercados de maior concorrência, a China se coloca como um pólo ascendente de uma relação assimétrica com os países periféricos.

Além disso, há outras formas de transferência de valor que também se verificam, como quando uma empresa chinesa se instala em um país da região e envia remessas de lucros para seu país de origem, ou vende o uso de patentes ou insumos importantes para a produção de mercadorias de empresas sul-americanas.

O foco das exportações de commodities, importação de bens de maior composição orgânica de capital, e os investimentos chineses em ramos como energia e infraestrutura reforçam que os fluxos econômicos tendem a renovar a dependência econômica. Garantindo à China acesso a matérias primas em setores estratégicos e servindo de mercado consumidor a vários produtos e capitais chineses que são exportados para a América do Sul.

5- Conclusões da dissertação

Passados os capítulos anteriores, é possível ter uma base para que vejamos se os objetivos deste trabalho foram atingidos e se a hipótese foi confirmada. Espera-se que tenha sido uma contribuição para o campo de estudos das relações da China e América do Sul.

Nos estudos introdutórios e mais detidamente na revisão de literatura se percebeu que há duas hipóteses principais sobre essas relações. A primeira hipótese é a que considera que, no período estudado, se configurou uma parceria estratégica desses países com a China, em uma perspectiva desenvolvimentista da relação. A segunda é aquela que atribui a China um papel de país central/desenvolvido, que vem reproduzindo o padrão da dependência com a América do Sul e outros países periféricos.

Além de identificar as hipóteses mais aceitas, a literatura ajuda a contextualizar historicamente os países envolvidos, diversos no caso da América do Sul e em especial a China, que é um país com cinco mil anos de história e que no século XX teve diversas mudanças. Entender o que se foi e como se mudou durante o tempo são fatores fundamentais para qualquer análise.

Nesse sentido, pode-se argumentar que uma das principais diferenças históricas entre a China e os países da América do Sul reside no fato de que o país asiático realizou uma revolução social que transformou profundamente sua estrutura de classes.

A partir da Revolução de 1949, houve uma ruptura significativa com as antigas elites agrárias e uma redistribuição de poder social e econômico que consolidou uma base para posteriores processos de industrialização e modernização. Essa mudança estrutural, ancorada em uma transformação social radical, criou as condições para que a China, décadas mais tarde, pudesse se inserir no capitalismo global em uma posição ascendente, ao contrário da América do Sul, que não passou por um processo similar e permaneceu, em grande medida, presa às dinâmicas de dependência e subordinação no sistema internacional.

Ainda que muito ainda possa se discutir sobre o regime chinês e suas diferentes fases políticas e econômicas (como o momento da abertura econômica com Deng Xiaoping), é inegável que enquanto por aqui se repetia o receituário do consenso de Washington de maneira acrítica, a China conseguiu aplicar uma economia com grau de planificação e controle estatal muito superior e que trouxe resultados concretos, consolidando o país em

uma posição central no capitalismo mundial.

Está presente em autores que trabalham com as duas hipóteses, a caracterização da China como um país que se desenvolveu nas últimas décadas, ascendeu socialmente milhões de pessoas que viviam na pobreza e hoje se coloca nos organismos internacionais e no debate público como um país central, em disputa com os EUA em âmbitos econômicos estratégicos, de alta tecnologia e produtividade e esse processo se deu durante os governos estudados, de Hu Jintao e Xi Jinping, o que comprova a relevância do período.

Um país tão complexo e em transição não deve ser tratado de maneira maniqueísta. Os autores referenciados neste trabalho demonstram isso, há muitas nuances, contradições entre discursos e práticas e que pode trazer benefícios e malefícios para os países sul-americanos, a depender de como se trata a relação.

Considerando essas nuances, a maioria dos autores vê uma renovação do processo da dependência nos países da região, agora com a China. Há comparações de dinâmicas usuais do capitalismo, como a relação Japão x China nas décadas de 1970 e 1980 (Gransow, 2015), em que não é uma relação colonial ou imperialista como o próprio Japão impôs a China por muitos anos, mas que evidencia uma troca desigual, transferência de valores e uma altíssima exploração dos trabalhadores do elo mais enfraquecido (naquele caso a China, hoje a América do Sul).

Foram reunidos muitos dados relevantes que auxiliam a discussão e se destacaram alguns temas na literatura, são eles: Questão ambiental, econômica, novas tecnologias e política externa. Vejamos um pouco mais sobre isso.

Na questão ambiental, muitos autores falam dos impactos de obras de infraestrutura e investimentos chineses (como na mineração) em populações locais e ecossistemas sul-americanos. Ainda que alguns ressaltem a evolução chinesa nas políticas ambientais no período estudado, com desenvolvimento de energias renováveis e ações de sustentabilidade, colocando a culpa nos impactos ambientais em falta de regulação local.

Na parte econômica da relação destacam os efeitos duráveis dos investimentos chineses em infraestrutura, a parceria nos BRICS e outros fóruns com países periféricos e os benefícios trazidos por empréstimos do país. A desindustrialização em países da América do Sul como Brasil e Argentina é o ponto negativo, com a China ultrapassando os países da região no desenvolvimento desse ramo e hoje sendo uma das líderes de setores industriais, sendo exemplo de uma política econômica totalmente diversa do Consenso de Washington.

As novas tecnologias da informação são vistas como um distanciamento ainda maior dos países periféricos para os centrais conforme essas se aprimoram. Além do monopólio na produção de produtos como smartphones e baterias de lítio, os países centrais se apropriam de insumos das periferias do sistema para produzirem essas mercadorias.

Em geral, a política externa da China se coloca na defesa de um mundo multipolar e mais favorável às demandas dos países periféricos. Construiu boas negociações bilaterais e fóruns com países da região, e principalmente nos anos Xi Jinping se enfrentou com os EUA em organismos internacionais.

Essa é uma parcela das referências em uma área que é volumosa e tem crescido nos últimos anos, assim como a China. Certamente outros autores trazem ainda mais elementos para o debate científico.

O capítulo sobre projetos buscou entender a perspectiva chinesa da relação. Quais os planos para essa relação, isso ganha mais relevância em um país que dá muito peso ao planejamento estatal. Separando os períodos de cada governo, entendendo elementos da política externa para a região, investimentos e outros pontos da relação. Os dois documentos oficiais da China sobre a região (de 2008 e 2016), a BRI, o modelo “1+3+6”, os investimentos 3x3 e alguns dos principais projetos foram analisados.

Especialmente alguns ramos foram analisados, com base nos dados dos maiores investimentos chineses no período e tendências vistas na revisão bibliográfica. Entre eles infraestrutura portuária (com exemplo do Porto de Chancay), petróleo, mineração, energia hidrelétrica e TIC.

O que se observou é que foram projetos de larga escala, importantes para o desenvolvimento dos países da região, mas primordialmente seguindo os interesses da China e seus negócios. Seja para escoar mercadorias para exportação, ou importação de capitais chineses que buscam novos mercados, são objetivos comuns de relações entre centro e periferia do sistema capitalista.

O capítulo sobre os projetos também foi importante para entender a distinção entre os governos Hu Jintao e Xi Jinping. Enquanto Hu inicia uma transição geopolítica e econômica, mas ainda carregando uma continuidade da política mais discreta dos anos 1990, o governo Xi Jinping assume uma postura mais abertamente de disputa hegemônica, até pelas mudanças conjunturais no período posterior a crise de 2008, isso é sentido na política externa mais assertiva e em projetos mais ambicioso como a BRI.

Em relação ao ramo do petróleo, os investimentos se concentraram nos maiores produtores regionais, Brasil e Venezuela, e envolveram compras de empresas e concessões de campos petrolíferos. Se configura como parte dos objetivos estratégicos chineses, na garantia ao acesso a essa mercadoria central no desenvolvimento capitalista do período.

Tática semelhante a usada no ramo dos minérios, que apesar de serem abundantes na China, foram necessárias importações, dado o ritmo do crescimento recente do país. A princípio focado em ferro e cobre, na última década estudada foi ampliada a relevância do lítio nessas relações comerciais. A América do Sul é a principal origem desse minério, tão utilizado em baterias, carros elétricos e outros produtos de crescente demanda mundial.

A China consome largas quantidades de energia e possui a maior usina hidrelétrica do mundo (Três Gargantas). Empresas do país usaram seu know-how no ramo para investir na construção de usinas como a de Coca Codo Sinclair no Equador e administração de usinas já estabelecidas e com importância regional, a exemplo de Jupia e Ilha Solteira, no Brasil.

Para todo esse aumento de transações é necessário transportar mercadorias do continente sul-americano para a China. Um ponto fundamental era encurtar as distâncias e a dependência do canal do Panamá, a construção do Porto de Chancay, no Peru, possibilita que esses objetivos sejam alcançados. Esse projeto de grande magnitude passou anos em planejamento e obras, e foi concluído em 2024.

Houve também menção ao ascendente ramo das TIC na região. Atuação de empresas como a Huawei, a Didi e a ZTE exploram vários aspectos dos mercados sul-americanos, desde o mercado consumidor de aparelhos eletrônicos até vigilância social com câmeras, telecomunicações e instalação de Datacenters, locais com grande consumo de água, elemento abundante em várias regiões da América do Sul.

O capítulo de fluxos econômicos já se inicia com algumas limitações dos dados disponíveis, aquém do necessário para uma análise marxista completa do trabalho socialmente necessário em cada país, grau de exploração da força de trabalho e outros elementos que seriam relevantes. Porém, o banco de dados do BRICS Policy Center e os dados de produtividade da PWT proporcionaram uma base para discussão e interpretação seguindo o referencial teórico proposto.

Ainda que não sejam uma grande descoberta, os dados mostram uma congruência com as referências que apontam a reprodução da dependência, com a exportação de commodities dominando os países sul-americanos, com importações de mercadorias de

maior tecnologia e com investimentos chineses na região que não saem de uma lógica usual de interesse externo, centrando em infraestrutura, energia e transportes, atividades meio muito importantes para que um país possa comercializar seus produtos com o exterior e elevar o consumo também os produtos chineses.

Alguns dados se destacam no capítulo. No período estudado 68% dos valores das exportações foram de venda de matérias primas, enquanto no vértice oposto, 98% das importações se concentraram em bens de consumo, intermediários e bens de capital chinês. Os investimentos diretos da China concentraram-se em infraestrutura e mercados que as empresas do país desejavam expandir seus negócios (BRICS Policy Center, 2025).

Percebe-se que não é uma relação conjuntural passageira, pois nos anos estudados houve períodos de alta e baixa das commodities, momentos de crescimento econômico e crises na América do Sul, e até mesmo uma pandemia. Houve variações, mas a relação econômica seguiu firme, não dependendo também dos governos, sejam eles mais à esquerda ou à direita, nem de um ou outro país específico, ainda que haja variações de proporção entre eles.

Os maiores investimentos e fluxos financeiros com a China não fogem da regra da dinâmica centro-periferia. Se localizam em ramos em que a super-exploração dos trabalhadores é usual (ainda que este trabalho não tenha conseguido dados salariais específicos de empresas chinesas), mantém alto exército industrial de reserva (pois geram poucos empregos comparados a outros tipos de empresas), transferem valor para a China e outros países de várias formas, o que caracteriza nesse período uma conexão entre o desenvolvimento chinês e o subdesenvolvimento sul-americano. Uma coisa não existe sem a outra.

Os efeitos desses elementos reproduzem a dependência. São estimulados empregos com baixos salários, ramos com poucas vagas, há transferência de valor de várias formas (que chega a quebrar inúmeras empresas locais) e a integração sul-americana e com outros vizinhos é prejudicada na concorrência com a China. O potencial da região vai muito além disso, então acaba agindo como um limitador. Discutiremos abaixo se a China pode ser comparada a países que historicamente tiveram esse papel ou se possuem diferenças importantes.

Obviamente, não se deve recusar investimentos ou cortar relações com uma potência como a China, mas se deve analisar criticamente essa relação. Não se pode afirmar que é

uma relação igual ou equivalente aos EUA e Europa, dado todo o passado colonial e de intervenções desses países inclusive auxiliando ditaduras empresariais militares na região, mas sobretudo na área econômica há paralelos, pois a China não demonstrou até hoje sair da lógica capitalista de transações internacionais entre um país central e países periféricos.

Katz (2012) defende que os movimentos sociais devem ter uma política de reivindicações democráticas e populares à China e aos países do BRICS, que, embora contribuam para uma multipolaridade de poder global, mantém contradições profundas, como práticas autoritárias e reprodução de relações centro-periferia, o que limita seu potencial transformador dentro da ordem mundial capitalista.

Há muito a se debater sobre como sair dessa situação de dependência e até mesmo se há espaço dentro do atual sistema para mudanças em nossos países nesse nível qualitativo. A própria história chinesa nos dá pistas de um caminho a seguir, já que dificilmente o país teria acessado esse nível de desenvolvimento se seguisse sua estrutura rural e dependente do período pré revolução de 1949.

Qualquer mudança econômica dessa magnitude necessita de atores políticos com dinâmica e peso social majoritário. No contexto latinoamericano, de democracias muitas vezes blindadas aos apelos populares (Demier, 2017), com congressos majoritariamente de direita e classes burguesas adaptadas e subordinadas a esse modelo, somente eleger governantes de esquerda como Gustavo Petro, Gabriel Boric e Lula parece não ser suficiente para desempenhar tal tarefa.

Nesse sentido, a teoria marxista da dependência, além de ajudar no diagnóstico dessa situação, aponta uma saída, que seria uma estratégia de ruptura revolucionária. Enquanto as condições para isso não estão construídas, manter relações econômicas com a China, aproveitar seus investimentos e auxílio tecnológico para aprimorar a infraestrutura e indústrias estratégicas na região parece ser a possibilidade mais viável, ainda que não seja a mais fácil ou provável de ocorrer, dadas as limitações políticas locais e mesmo a disputa com os EUA se acirrando com efeitos na região.

Portanto, os objetivos específicos foram cumpridos e auxiliaram a chegar em importantes aspectos da investigação sobre a relação entre China e América do sul no período entre 2003 e 2023, confirmando a hipótese trabalhada, de que a China reproduz relações de dependência com os países da região, ainda que com diferenças para a relação destes com os EUA e Europa ocidental, como a política de não intervenção política e a ausência de um

histórico colonialista.

Em relação ao futuro neste caminho de pesquisa, toda relação tem ao menos duas perspectivas e neste trabalho não foi possível se aprofundar em uma visão específica dos países sul-americanos envolvidos. Seus governos, movimentos sociais e pesquisadores podem contribuir para especificar mais das realidades nacionais, assim como alguns caminhos que foram vistos na revisão bibliográfica, como a dependência da indústria 4.0 e o papel da financeirização nesse processo. Certamente é são passos a trilhar em futuras pesquisas no tema.

Referências

AGUILAR-ANTONIO, Juan-Manuel. China y Estados Unidos: antagonismos y liderazgos en el ciberespacio frente a América Latina. **URVIO**, n. 36, p. 66–84, ago. 2023.

ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9.1, p. 1–13, 2010.

ARDILA, Carlos Alberto; RODRÍGUEZ, Jessica Andrea. Chinese geostrategic vision and its incidence on Latin America and Africa: A view from the theory of naval power. **Rev. Cient. Gen. José María Córdova**, v. 16, n. 23, p. 1–22, jul. 2018.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano e sua teoria crítica: uma tentativa preliminar de balanço. In: Rio de Janeiro: Arquivo Vania Bambirra - <https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/>, 1986.

BARROS, Pedro Silva; CARNEIRO, Heliton Christoffer. Chancay, o Brasil e a América do Sul : considerações sobre o megaporto peruano e a integração da infraestrutura regional. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**: n.40, v. 40, p. 131–156, 9 maio 2025.

BERNAL-MEZA, Raúl. América Latina e a nova relação centro-periferia com a China. A reestruturação da economia mundial. **Finisterra**, n. 116, p. 223–246, 30 abr. 2021.

BORQUEZ, Andrés; LEMUS DELGADO, Daniel Ricardo. La Política Exterior de China en la Era de Xi Jinping. **CONfines de relaciones internacionales y ciencia política**, n. 38, p. 1–8, 30 abr. 2024.

BORSA, Julia Garcia. **O lítio na transição energética: implicações geoeconômicas e estratégicas para a economia política internacional**. Porto Alegre: PUC-RS, 2024.

BOTELHO, Maurílio L.; BARREIRA, Marcos. “Capitalismo asiático” e crise global. **Margem Esquerda**, v. 37, p. 59–69, 2021.

BRICS POLICY CENTER. **Fluxos econômicos China – América do sul**. , 2025. Disponível em: <<https://bricspolicycenter.org/painelchina/fluxos.php>>. Acesso em: 10 maio. 2025

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI JR, Umberto. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 91–110, ago. 2012.

CALLINICOS, Alex. As múltiplas crises do imperialismo. **Marx e o Marxismo**, v. v.3, n.4, jan/jun 2015., 2014.

CAPUTO LEIVA, Orlando. El enfoque metodológico de la economía mundial: La teoría marxista de la dependencia y el imperialismo. In: **La ciencia económica en sus principales escuelas teóricas**. [S.l.: S.n.].

CAPUTO, Orlando; GALARCE, Graciela. China Desplazó a EEUU Como Primera Potencia Económica Mundial. **Seminario Internacional XVIII del Partido del Trabajo en México**, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista Economia Contemporânea**, v. v. 12, n. n. 2, p. 247–272, ago. 2008.

CARDOSO, Thiago Marino Leão; COSTA PINTO, Eduardo. Teorias do desenvolvimento: uma análise marxista para além da acumulação. **IE-UFRJ DISCUSSION PAPER**, maio 2015.

CARDOZO DE BARRIOS, Mónica Liseth; LUNA DOMÍNGUEZ, Edgar Mauricio; MORENO TREVIÑO, Jorge Omar. Latin America and China: international trade and economic growth. **Anál. econ.**, v. 38, n. 99, p. 23–52, dez. 2023.

CERVERA, Hugo José Mercado; HERRERA, Tomás José Fontalvo; GRANADILLO, Efraín de la Hoz. Análisis comparativo entre las cadenas productivas del sector textil-confecciones de la provincia de Jiangsu-China y el departamento del Atlántico-Colombia. **Revista chilena de ingeniería**, v. 19, n. 3, p. 429–441, 2011.

CHÁVEZ, Nashira; LEE, Po Chun. Lo que el poder se llevó: la geoeconomía de los recursos energéticos entre China y América Latina. **E&c**, v. 2, n. 9, p. 211–227, dez. 2019.

COELHO, Renato. Índia se torna nação mais populosa do planeta ao mesmo tempo que experimenta boa fase na economia. **Jornal da UNESP**, 8 maio 2023.

COOPER, Joshua. **The Beijing consensus**. London: Foreign Policy Centre, 2004.

CORREA PRADO, Fernando. Ideologia do Desenvolvimento, Teoria Marxista da Dependência e Crítica da Estratégia Democrático-Popular. In: **A revolução brasileira em debate: inventariando a estratégia democrática e popular**. [S.l.: S.n.].

COSTA, Achyles Barcelos da; CONTE, Nilton Carlos; CONTE, Valquiriria Carbonera. A CHINA NA CADEIA TÊXTIL – VESTUÁRIO: IMPACTOS E AJUSTES NAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **VI Seminário internacional sobre desenvolvimento regional: Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional**, 4 set. 2013.

CREUTZFELDT, Benjamin. China en América Latina: seguimiento de la evolución. **CS**, n. 14, p. 19–45, dez. 2014.

CREUTZFELDT, Benjamin. The Boys Who Cried Wolf Warrior: China's Diplomatic Strategy in Latin America. **colomb.int.**, n. 113, p. 61–84, mar. 2023.

CRISTALDO, Rômulo Carvalho. Subdesenvolvimento, integração e administração política no pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 8, n. 1, p. 85–110, 2015.

CTG BRASIL. **Sobre nós**. **CTG Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.ctgbr.com.br/sobre-nos/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 24 nov. 2025

DALBOSCO, Julia. **ENTRE O TIGRE E O DRAGÃO: PARAGUAI E SUAS RELAÇÕES COM TAIWAN E A CHINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2022.

DALPIAZ, Gabriel Luiz Campos; JABBOUR, Elias. Análise filosófica-econômica do conceito de projetamento no socialismo chinês do século XXI. **Princípios**, v. 44, n. 172, p. 36–51, 8 jun. 2025.

DORO, MAURICIO JOSÉCAIRES. **A construção da ferrovia bioceânica Sul-Americana: os investimentos chineses em infraestrutura no Brasil, de 2011 a 2020**. São Paulo, SP: PuC-SP, 2023.

DOSCH, Jörn; GOODMAN, David S. G. China and Latin America: Complementarity, Competition, and Globalisation. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 41, n. 1, p. 3–19, mar. 2012.

DUSSEL PETERS, Enrique. Capitalismo con características chinas. Conceptos y desarrollo en la tercera década del siglo XXI. **El trimestre econ**, v. 89, n. 354, p. 467–489, jun. 2022.

ELLIS, Dr Evan. The Strategic Context of China's Advance in Latin America: An Update. Note d'actualité n°17/24 de l'Observatoire de la Chine. n. Asia Centre, 2018.

ELLIS, Robert Evan. La dimensión estratégica de actividades en China en el sector de telecomunicaciones latinoamericano. **Rev. Cient. Gen. José María Córdova**, v. 11, n. 11, p. 121–140, jan. 2013.

ERSINA, Mariana Collette Piai. **A IIRSA como reflexo da crise estrutural do capital na América do Sul**. [S.l.]: UFGD, 2018.

ESCALANTE MORENO, Helios. Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA-COSIPLAN): neoextractivismo y emergencia de Brasil y China en América Latina. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 9, n. 1, p. 77–113, 18 jun. 2019.

FALEIROS, Rogério Naques *et al.* A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo / The China International Expansion Through Acquisition of Lands in Brazil and in the World. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 13, n. 1, p. 58, 26 ago. 2014.

FEENSTRA, Robert C.; INKLAAR, Robert; TIMMER, Marcel P. The Next Generation of the Penn World Table. **American Economic Review**, v. 105, p. 3150–3182, 2015.

FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 105–130, nov. 2011.

FIERRO DE JESÚS, Tonatiuh. ascenso “pacífico” de China: la moral en la política exterior hacia América Latina. **Estud. int. (Santiago, en línea)**, v. 52, n. 196, p. 9–54, ago. 2020.

FREITAS, Higor De; BORGHI, Roberto Alexandre Zanchetta. Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil: um estudo de setores selecionados. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. e281289, 2024.

FULLER, Esteban Poole. Dinámica socio-ambiental de las inversiones mineras chinas en Perú. **Cuadernos de Trabajo del Centro de estudios China-México de la UNAM**, n. Número 2, 2022.

GACHÚZ MAYA, Juan Carlos. Comercio e inversión de China en el sector minero de Chile, Perú y Bolivia. **Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction**, v. 2, n. 1, p. 43–65, 28 mar. 2022.

GALDINO GOMES, Gabriel; GREMAUD, Amaury. Revisão bibliográfica sistemática das pesquisas sobre China na América Latina. **Estud. int. (Santiago, en línea)**, v. 53, n. 199, p. 115–135, ago. 2021.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **A potência plebeia - ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia**. [S.l.]: Boitempo, 2022.

GIL BARRAGÁN, Juan Manuel; AGUILERA CASTILLO, Andrés. China and Latin America: Strategic partners or competitors? **Rev. esc.adm.neg**, n. 82, p. 73–90, jan. 2017.

GONZALEZ JAUREGUI, Juliana. Latin American countries in the BRI: challenges and potential implications for economic development. **Asian Education and Development Studies**, v. 10, n. 3, p. 348–358, 18 jun. 2021.

GONZALEZ-JAUREGUI, Juliana; TUSSIE, Diana A. La presencia económica de China en Sudamérica: implicaciones para las dinámicas de cooperación intrarregional. **URVIO**, n. 36, p. 7–25, ago. 2023.

GOUVÊA, Paulo Ricardo Oliveira de. **A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS CHINESES E O SEU IMPACTO NAS INDÚSTRIAS DA CADEIA TÊXTIL BRASILEIRA (2002-2018)**. Lisboa: [S.n.].

GOUVÊA, Marina Machado; MASTRAPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. Marx e o marxismo 2019: marxismo sem tabus - Enfrentando opressões. Niterói: UFF. 2019.

GOUVÊA, Marina Machado; NASCIMENTO, Adriano; CASTELO, Rodrigo. Dependência e marxismo: história, teoria e práxis revolucionária. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 1, p. 01–17, 30 abr. 2022.

GRANSOW, Bettina. Chinese Infrastructure Investment in Latin America—an Assessment of Strategies, Actors and Risks. **Journal of Chinese Political Science**, v. 20, n. 3, p. 267–287, set. 2015.

GUEVARA, Pedro Gutiérrez; CARPIO, Sofia; FLORES, Mayra. Fraturas no projeto da usina hidrelétrica de Coca Codo Sinclair. In: **A rota da seda tropical: o futuro da China na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Fórum de Ciência e Cultura - Editora UFRJ, 2025. p. 512.

GUNDER FRANK, André. Desenvolvimento do subdesenvolvimento. n. Rio de Janeiro: Sinal, 1968.

GUO, Jie. The political economy of China–Latin America relations: the making of a post-boom paradigm. **China International Strategy Review**, v. 5, n. 1, p. 113–138, jun. 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE XANGAI. **Wang Jian: A importância do porto peruano de Chancay para o comércio chinês**. , 18 jun. 2025. Disponível em: <<https://iir.sass.org.cn/2025/0618/c443a578676/page.htm?>>. Acesso em: 21 nov. 2025

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Global EV Outlook 2025: Driving electrification forward**. Paris: IEA – International Energy Agency, 2025. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/global-ev-outlook-2025>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 9, n. 4, p. 90–105, 10 jan. 2022.

JABBOUR, Elias Marco Khalil *et al.* A (Nova) Economia do Projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17–48, 7 dez. 2020.

JAEGGER, Bruna Coelho. Investimentos Chineses em Infraestrutura na América do Sul: impactos sobre a integração regional. **Conjuntura Austral**, v. 8, n. 39–40, p. 4, 16 mar. 2017.

JORQUERA MERY, Constanza. El sistema Tianxia como vínculo clave entre China y América Latina*. **Si Somos Americanos**, v. 21, n. 2, p. 203–224, dez. 2021.

KATZ, Claudio. El ajedrez global de la crisis. **Tareas**, v. 142, p. 5–29, dez. 2012.

KATZ, Claudio. **La crisis del sistema imperial**. [S.l.]: Jacobin Latinoamerica, 2023.

KATZ, Claudio. **BRICS: Uma coligação defensiva contra o império**. La Haine - La pagina de Claudio Katz, 2025. Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/brics-uma-coligacao-defensiva-contra-o/>>. Acesso em: 1 out. 2025

KIM, Jungsik; NG, Sik Hung. Perceptions of social changes and social identity: Study focusing on Hong Kong society after reunification. **Asian Journal of Social Psychology**, v. 11, n. 3, p. 232–240, set. 2008.

LAFARGUE, François. China's Presence in Latin America: Strategies, Aims and Limits. **China Perspectives**, v. 2006, n. 6, p. 2–11, 1 nov. 2006.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; LIRA, Ellene Martins de. A CORRIDA CHINESA EM BUSCA DE ENERGIA: A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA CHINESA EM DIREÇÃO À ÁFRICA, AMÉRICA DO SUL E BRASIL. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. v. 2, n.1 (2011), 2011.

LEITERITZ, Ralf J. Changing Weather: China's Role in Latin America's Climate Change Policy. **Pap.polit.**, v. 18, n. 1, p. 321–342, jun. 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP (versão digital), 2011.

LI, Minqi. From Socialism to Capitalism, and to Eco-Socialism? *In: The Political Economy of Emerging Markets*. Routledge frontiers of political economy. 1. ed. London, New York: Routledge, 2017. p. 79–100.

LIU, Zhigao; SCHINDLER, Seth; LIU, Weidong. Demystifying Chinese overseas investment in infrastructure: Port development, the Belt and Road Initiative and regional development. **Journal of Transport Geography**, v. 87, p. 102812, jul. 2020.

LÓPEZ ARÉVALO, Jorge Alberto; RODIL MARZÁBAL, Óscar. La inserción comercial de China en Latinoamérica. **Inv. Econ**, v. 78, n. 310, p. 137–167, dez. 2019.

LUCE, Mathias. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAGGIORELLI, Lorenzo; PINO URIBE, Juan Federico; CIFUENTES, Carlos Felipe. Cuatro formas de percibir a China desde América Latina: análisis de clústeres de la composición de la opinión pública de la región. **colomb.int.**, n. 113, p. 113–144, mar. 2023.

MAJEROWICZ, Esther. A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 73–102, 7 dez. 2020.

MAJEROWICZ, Esther; MEDEIROS, Carlos Aguiar De. CHINESE INDUSTRIAL POLICY IN THE GEOPOLITICS OF THE INFORMATION AGE: THE CASE OF SEMICONDUCTORS. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, 11 jun. 2018.

MANZI, Rafael Henrique Dias. O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira. **Conjuntura internacional**, v. 13, n. 1, p. 36, 5 out. 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos**. 2. ed. São paulo, SP: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Mais-Valia Extraordinária e Acumulação de Capital. **Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo**, v. 2, n. 2, p. 7–46, 19 ago. 2023.

MARTÍNEZ PIVA, Juan Carlos. Política Exterior de China: del ascenso pacífico al sueño chino - implicaciones para el análisis de las relaciones internacionales. **Relaciones Internacionales**, v. 97, n. 2, 14 ago. 2024.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro III: o processo global da produção capitalista**. [S.l.]: Boitempo, 2022.

MARX, Karl. **O capital: Livro I**. 3. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2023.

MEDEIROS, CARLOS AGUIAR DE; CINTRA, MARIA RITA VITAL PAGANINI. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 1, p. 28–42, mar. 2015.

MEDEIROS, Carlos Aguiar De; MAJEROWICZ GOUVEIA, Esther. The “new normal” of the Chinese economy. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. e282794, 2024.

MEJÍAS, Ulisses A.; COULDRY, Nick. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism**. Stanford, California: Stanford University Press, 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Documento sobre a Política de China hacia América Latina y el Caribe**. , 2008. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/200811/t20081105_738109.html?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 10 nov. 2025

MORCEIRO, Paulo; GUILHOTO, Joaquim. **Desindustrialização setorial no Brasil**. IEDI - Instituto de estudos para o desenvolvimento industrial, , 2019. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/20190418_desindustrializacao.html>. Acesso em: 25 jun. 2025

MOREIRA, Mauricio Mesquita. O desafio chinês e a indústria na América Latina. **Novos estudos CEBRAP**, n. 72, p. 21–38, jul. 2005.

MYERS, Margaret. **China’s Regional Engagement Goals in Latin America**. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2020. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2020/05/01/china-s-regional-engagement-goals-in-latin-america-pub-81613>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

NABUCO, Paula. Hukou e migração na China: alguns apontamentos sobre divisão do trabalho. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, n. 2, p. 237–258, ago. 2012.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques. O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea / The new rural reconstruction movement and some social experiments in contemporary China. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 15, n. 1, p. 59, 23 maio 2016.

NAKATANI, Paulo; GOMES, Helder. A NATUREZA E CONTRADIÇÕES DA CRISE CAPITALISTA. **Revista Políticas Públicas**, v. 18, p. 71, 5 ago. 2014.

NIU, Haibin. A STRATEGIC ANALYSIS OF CHINESE INFRASTRUCTURE PROJECTS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. In: **CHINA’S INFRASTRUCTURE PROJECTS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN**. [S.l.]: Enrique Dussel Peters; Ariel C Harmony; Shoujun Cui, 2018. p. 180–192.

NOGARA, Thiago Soares; PAUTASSO, Diego. A ascensão chinesa e a nova guerra fria. **Margem Esquerda**, v. v.37, p. 53–58, segundo semestre 2021.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira *et al.* O BRASIL COMO POLO DE DATA CENTERS DE IA NO SUL GLOBAL: limites regulatórios e riscos socioambientais. **Revista Jurídica Direito & Realidade**, v. 16, 2025.

OGASAVARA, Mário Henrique; MASIERO, Gilmar; NABUCO, Paula Cristina. Demanda de mão de obra: emprego, desemprego e produtividade do trabalho na China. **Ensaio FEE**, v. v. 36, n. n. jun 2015, p. 59–90, 2015.

OUREIRO, José Luís. A natureza da desindustrialização brasileira. UNB Notícias. Disponível em: 14 ago. 2024.

PADULA, Raphael. DA IIRSA AO COSIPLAN DA UNASUL: A INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL NOS ANOS 2000 E SUAS PERSPECTIVAS DE MUDANÇA. *In: O BRASIL E NOVAS DIMENSÕES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL*. [S.l.]: IPEA, 2014.

PAULANI, Leda Maria. A DEPENDÊNCIA REVISITADA: RELAÇÕES DE TROCA, A FASE 4.0 E O CASO DO BRASIL. 2022.

PAUTASSO, Diego. DESENVOLVIMENTO E PODER GLOBAL DA CHINA: A POLÍTICA MADE IN CHINA 2025. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 8, n. 16, 14 nov. 2019.

PAUTASSO, Diego *et al.* três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. e1122, 1 jul. 2021.

PEREIRA, JÉSSICA SCHRODER. **A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DE MORALES E SUAS RELAÇÕES COM A CHINA (2006-2019): TENDÊNCIAS, DILEMAS E CONTRADIÇÕES**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2023.

PÉREZ LUDEÑA, Miguel. Chinese Investments in Latin America Opportunities for growth and diversification. **Production Development Series**, v. n. 208, n. CEPAL, p. 27, 2017.

PÉREZ-SANTILLÁN, Lesbia. Relación comercial con China e implicaciones en las estructuras productivas de América Latina. **El trimestre econ**, v. 90, n. 359, p. 827–864, set. 2023.

PESSANHA, Samir Eid. **A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO SUL-AMERICANO: INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA)**. Rio Claro, SP.: UNESP, 2018.

RADOMSKI, Julie. The Writing on the River Wall: Lessons Learned from Coca Codo Sinclair and the Erosion of the Coca River. **SSRN Electronic Journal**, 2025.

RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin P. China in Latin America: environment and development dimensions. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 2, p. 131–153, jul. 2016.

REIS MELO, Filipe. A geopolítica das terras raras. **Carta Internacional**, v. 12, n. 2, p. 219, 26 set. 2017.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Documento sobre a Política da China para com a América Latina e o Caribe**. , 2016. Disponível em: <https://br.china-embassy.gov.cn/por/szxw/201611/t20161124_4395556.htm>. Acesso em: 1 nov. 2025

REUTERS. Brazil, China discuss railway from Peruvian port to Brazil territory. 9 maio 2025.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A economia política dos Estados Unidos e da China pós crise de 2008: interdependência econômica e relações interestatais. **Geosul**, v. 33, n. 67, p. 11–37, 22 maio 2018.

RIBEIRO, Valéria Lopes. América Latina: desenvolvimento, dependência e o papel do capital chinês*. **Econ. soc.**, v. 33, n. 3, 2024.

ROCHA, Felipe Freitas da. **Acesso chinês a recursos naturais na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2016.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; PADULA, Raphael. POR UMA GEOESTRATÉGIA DO TRIÂNGULO DO LÍTIO SUL-AMERICANO. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. v. 8, n. n 2, 2017.

RUBIOLO, Florencia; FIORE-VIANI, Gonzalo. China en el orden liberal internacional: debates globales y lecturas desde América del Sur. **URVIO**, n. 35, p. 94–109, abr. 2023.

RUBIOLO, Florencia; TELIAS, Diego. China-United States competition in Latin America: evolution, perspectives, and implications in the COVID-19 context. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 9, n. 4, p. 43–62, 10 jan. 2022.

SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

SCHUTTE, Giorgio Romano; DEBONE, Victor Sant'Anna. A expansão dos investimentos externos diretos chineses. O caso do setor energético brasileiro. **Conjuntura Austral**, v. 8, n. 44, p. 90–114, 27 mar. 2018.

SEOANE, Maximiliano Facundo Vila. Chinese and U.S. AI and Cloud Multinational Corporations in Latin America. *In: Towards an International Political Economy of Artificial Intelligence. [S.l.: S.n.]*.

SERBIN, Andrés. Latin America-China Relations: A Review of Recent Literature (2010-2020). **SSRN Electronic Journal**, 2022.

SERRA, Osvaldo Antonio. Rare Earths: Brazil x China. **Journal of the Brazilian Chemical Society**, v. 22, n. 5, p. 811–812, maio 2011.

SERRANO MORENO, Juan Enrique; TELIAS, Diego; URDINEZ, Francisco. Deconstructing the Belt and Road Initiative in Latin America. **Asian Education and Development Studies**, v. 10, n. 3, p. 337–347, 18 jun. 2021.

SHIXUE, Jiang. La inversión china en América Latina: características, mitos y prospectos. *In: La proyección de China en América Latina y el Caribe. [S.l.]: Editorial Pontificia Univ., 2017. p. 267-292.*

SILVA, Raiara Pires da. **Transição energética e a geopolítica do triangulo do lítio: Argentina, Bolívia e Chile**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2025.

SILVA, Lucas Coutinho Marcelino Da. **Relações econômicas entre Brasil e China: o capital chinês no setor elétrico brasileiro**. Mestrado em Geografia Humana—São Paulo: Universidade de São Paulo, 24 fev. 2022.

SILVEIRA, Rafael Bernardo; CASCAES MONTANHA, Otávio. Análise das relações geoeconômicas Brasil – China no período 2013 – 2023. **ENTRE-LUGAR**, v. 15, n. 30, p. 108–139, 12 dez. 2024.

SIMS, Juan Pablo; LEE, Yun-Tso; LEE, Brice Tseen Fu. New Chinese Economic Policy to Latin America? A QCA Approach to the Belt and Road Initiative. **Chinese Political Science Review**, v. 10, n. 1, p. 1–27, mar. 2025.

SOLOMON, Sarah. China's Geopolitical Strategy in Latin America: Pursuing Hegemony. *In: World Outlook*. Dartmouth College: John Sloan Dickey Center, 2020. p. 53–60.

SOUZA, Leonardo Silveira. OS INVESTIMENTOS DA CHINA NO SETOR DE HIDROCARBONETOS DA AMÉRICA DO SUL. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 3–4, 24 fev. 2011.

STALLINGS, Barbara; SANBORN, Cynthia. Investigadores en América Latina se enfocan en las relaciones con China. Economía política, mercados e instituciones. **Apuntes**, v. 51, n. 96, p. 101–128, abr. 2024.

SUISHENG, Zhao. Chinese Foreign Policy under Hu Jintao: The Struggle between Low-Profile Policy and Diplomatic Activism. **The Hague Journal of Diplomacy**, v. 5, n. 4, p. 357–378, 2010.

SVAMPA, Maristella. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, v. n. 244, p. 30–46, abr. 2013.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, guinada ecoterritorial e novas dependências**. [S.l.]: Editora Elefante, 2019.

TENG, Chung-chian. Hegemony or Partnership: China's Strategy and Diplomacy Towards Latin America. In: **China and the Developing World: Beijing's Strategy for the Twenty-First Century**. [S.l.]: Eisenman, Joshua; Heginbotham, Eric; Mitchell, Derek (Eds.), 2007.

TEODORO, Emily Rafany Brito Muniz. **O investimento externo direto chinês no setor hidrelétrico brasileiro Um estudo de caso da Three Gorges Corporation**. Dourados – MS: UFGD, 2021.

TERUI VILLEGAS, Eliane Megumi Akemi; GONZÁLEZ GARCÍA, Juan. El Foro China-CELAC en la disputa por la hegemonía económica global entre Estados Unidos y China, en América Latina y el Caribe. **Méx.cuenca pac**, v. 13, n. 39, p. 9–37, dez. 2024.

TORRES GONZÁLEZ, Jaime. El Pacífico suramericano y su integración con China y Asia. **Apuntes del Cenes**, v. 37, n. 65, p. 77–116, jun. 2018.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suppl 1, p. 57–79, nov. 2011.

VADELL, Javier. La iniciativa BRICS y China: entre la emergencia y la irrelevancia. **Nova Economia**, v. 29, n. 2, p. 401–428, ago. 2019.

VALDERREY VILLAR, Francisco Javier; LEMUS DELGADO, Daniel. Minería, movimientos sociales y la expansión de China en América Latina. **Desafíos**, v. 31, n. 2, p. 375–410, dez. 2019.

VALENZUELA ALVARÉZ, Jose Luis. Evolución de la Política Exterior de China para América Latina. **Relac. int.**, v. 26, n. 53, p. 115–133, 7 dez. 2017.

VAN DE MAELE, Diego L. Xi Jinping and the Sino–Latin American relations in the 21st century: facing the beginning of a new phase? **Journal of China and International Relations**, v. 5, n. 1, p. 35–66, 2017.

VEGA, Karol Stefanny Carvajal; DUQUE, Leidy Dorani Giraldo. **Análisis competitivo del sector textil del mercado colombiano y chino**. Bogotá, Colombia: Universitaria Agustiniana Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, 2020.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165, 12 jul. 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Universalismo europeo: el discurso del poder**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

WEIDONG, Liu. Inclusive Globalization: New Philosophy of China's Belt and Road Initiative. **Bulletin of Chinese Academy of Sciences**, v. 32, n. 4, p. 435–441, 2017.

WU, Kang. China's energy security: Oil and gas. **Energy Policy**, v. 73, p. 4–11, out. 2014.

XING, Li. Conceptualizing China–US rivalry and its dynamic impact on Latin America and the Caribbean. In: XING, Li; VADELL, Javier (Eds.). **China-US Rivalry and Regional Reordering in Latin America and the Caribbean**. 1. ed. London: Routledge, 2024. p. 17–36.

YU, Lei. China's strategic partnership with Latin America: a fulcrum in China's rise. **International Affairs**, v. 91, n. 5, p. 1047–1068, set. 2015.

ZHANG, Xinyu. Strategic Enhancement and Differential Governance: China's Partnership Diplomacy in Latin America. **Relac. Int.**, v. 97, n. 2, p. 54–75, dez. 2024.

ZHANG, Zhexin. The Belt and Road Initiative: China's New Geopolitical Strategy? **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 04, n. 03, p. 327–343, jan. 2018.

ZHAO, Tingyang. Rethinking Empire from a Chinese Concept 'All-under-Heaven' (Tian-xia,). **Social Identities**, v. 12, n. 1, p. 29–41, jan. 2006.

ZHAO, Yong; SHI, Xunpeng; SONG, Feng. Has Chinese outward foreign direct investment in energy enhanced China's energy security? **Energy Policy**, v. 146, p. 111803, nov. 2020.